



HELTON RANGEL COUTINHO JUNIOR
(ORGANIZADOR)

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADE E DIFERENÇAS


Atena
Editora
Ano 2020



HELTON RANGEL COUTINHO JUNIOR
(ORGANIZADOR)

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADE E DIFERENÇAS

Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F339	<p>Fenomenologia e cultura [recurso eletrônico] : identidades e representações sociais / Organizador Helton Rangel Coutinho Junior. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-078-0 DOI 10.22533/at.ed.780202805</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Fenomenologia. 3. Identidades. I.Coutinho, Helton Rangel.</p> <p style="text-align: right;">CDD 323</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book Fenomenologia e Cultura: Identidades e Representações Sociais apresentará dez artigos relacionados a uma diversidade de temáticas que se espraiam em nossos cotidianos de diferentes formas. Antes de iniciar sua leitura cabe uma breve ponderação sobre os conceitos implicados.

Fenomenologia é aqui compreendida como o desvelar de agentes inerentes a fenômenos sociais que permitem a melhor compreensão das relações instituídas nas arenas coletivas. Prima por caracterizações que extrapolem as noções de conflito inerentes a uma situação de exploração decorrente de um sistema de produção, muito comum nas leituras marxianas. Atem-se, principalmente, a dados que permitam aos leitores, por si sós, descreverem e reterem informações referentes ao universo que se abre com as apreciações de materiais coletados expostos de forma a aguçar o espírito crítico e investigador.

Desta feita, todos os artigos presentes englobam aspectos relacionados a formação de identidades e representações sociais em um campo cultural. Cultura é então percebida como o conjunto de valores e práticas sociais vertidas diante de um contexto social. Identidade implica na concepção de projetos de vida que se atrelem a construção de projetos societários. Enquanto representações sociais se referem aos níveis de performance, linguagens, uso da língua, posturas e retratações que infiram percepções sobre identidades e elementos de dados momentos da nossa história e da trajetória de nossas instituições.

Mas calma, no capítulo 1 será esmiuçado um pouco das bibliografias pertinentes aos conceitos de fenomenologia e cultura em suas possibilidades correlatas. Já os capítulos 2 ao 7 referendam experiências práticas relacionadas ao campo da educação em sua multiplicidade de abordagens possíveis, destacando, principalmente, consequentes relacionados a nossa miscigenação cultural e os tensionamentos postos pela valorização dessa que envolvem desde a ressignificação de noções de pertencimento a raízes africanas até questões de gênero decorrentes do perfil de professores.

Em consequente, dos capítulos 8 ao 10, são expostas possibilidades de tratamento do cosmos espraiado por práticas em saúde. Explicitam-se as provocações advindas de todo um ecossistema de fauna e flora, do histórico de algumas fundações em saúde firmadas pela nobreza clerical e dos avanços representados pelos transplantes de órgãos, suas normas e distorções.

Dessarte, os referidos artigos, para sua melhor leitura, perpassam o conceito de hipertexto. Esse requer não só a atenção às narrativas apresentadas por seus autores, mas a percepção de suas interconexões com outras leituras, associações e veículos que lhes dão vida. Salienta-se o conjunto de questões que é trazida

pelo bojo de uma multiplicidade de nuances e repercussões correlatas a realidade hodierna.

Por esse prisma, o elemento cultural marcador, que agrega os diferentes textos aqui apresentados, se relaciona ainda a premente necessidade da multidisciplinaridade de saberes e importância de uma visão integral sobre as arrebações dos viventes e seus dilemas consoante o conjunto de possibilidades postas pelo universo telúrico.

Helton Rangel Coutinho Junior

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A SOCIOLOGIA FENOMENOLÓGICA DE ALFRED SCHÜTZ: UM PARADIGMA PARA PENSAR A CULTURA	
José Vitor Lemes Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.7802028051	
CAPÍTULO 2	14
LITERATURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS: UM RESGATE DA CULTURA NEGRA EM PROL DA INSERÇÃO SOCIAL E ELIMINAÇÃO DE RACISMOS E PRECONCEITOS	
Gleides Ander Nonato	
DOI 10.22533/at.ed.7802028052	
CAPÍTULO 3	25
ASPECTOS CULTURAIS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PRESENTES NA LITERATURA MOÇAMBICANA: UMA ANÁLISE SOBRE JOÃO PAULO BORGES COELHO	
Patricia de Oliveira Rezende	
DOI 10.22533/at.ed.7802028053	
CAPÍTULO 4	38
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A CAPOEIRA, CONSTRUINDO A ESCOLA: ANÁLISE DO DISCURSO DA CANÇÃO “DONA ISABEL”, DO MESTRE TONI VARGAS”	
Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro	
DOI 10.22533/at.ed.7802028054	
CAPÍTULO 5	50
HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: A LEI 10.639/03 NO DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA DO CNPQ	
Nicácia Lina do Carmo	
Leilah Santiago Bufrem	
DOI 10.22533/at.ed.7802028055	
CAPÍTULO 6	58
O ESPAÇO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA: PERTENCIMENTO E REAFIRMAÇÃO CULTURAL	
Kellison Lima Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.7802028056	
CAPÍTULO 7	67
SOBRE PROCESSOS E ELEMENTOS PRESENTES NAS RECONFIGURAÇÕES IDENTITÁRIAS DE PROFESSORES HOMENS NOS ANOS INICIAIS	
Maria da conceição Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.7802028057	
CAPÍTULO 8	78
A IMPORTÂNCIA DA INTERSETORIALIDADE NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA REGIÃO CENTRO SUL DO ESPÍRITO SANTO - BRASIL	
Daniele Custódio Gonçalves das Neves	
Katia Cilene Tabai	
DOI 10.22533/at.ed.7802028058	

CAPÍTULO 9	91
AÇÕES DE CONTROLE DA RAIVA ANIMAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA USINA HIDRELÉTRICA DE SERRA DA MESA, NORTE DE GOIÁS, BRASIL	
Leonardo Aparecido Guimarães Tomaz	
Valéria de Sá Jayme	
Marlon Zortéa	
Aires Manoel de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.7802028059	
CAPÍTULO 10	110
A LITERATURA DEVOCIONAL OS CUIDADOS A SAÚDE EM PORTUGAL (SÉCS. XV-XVI)	
André Costa Aciole da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.78020280510	
CAPÍTULO 11	123
ANÁLISE DO TRÁFICO DE ÓRGÃOS SOB O ÂNGULO JURÍDICO-SOCIAL	
Marcela Rodrigues Almeida	
Laís Moreira Barros	
Orisval Paulino Dos Junior Santos	
Renata Botelho Dutra	
DOI 10.22533/at.ed.78020280511	
SOBRE O ORGANIZADOR	135
ÍNDICE REMISSIVO	136

A SOCIOLOGIA FENOMENOLÓGICA DE ALFRED SCHÜTZ: UM PARADIGMA PARA PENSAR A CULTURA

Data de aceite: 12/05/2020

José Vitor Lemes Gomes

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor na Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: emaildozevitor@gmail.com .

RESUMO: Este artigo objetiva apresentar a Sociologia Fenomenológica de Alfred Schütz explicitando seus conceitos e ideias essenciais. O trabalho ressalta o potencial dessa teoria em análises sobre o conceito de cultura. O estudo é realizado por meio da pesquisa bibliográfica que mobiliza a leitura e interpretação de textos relevantes da obra de Schütz, assim como de autores que lhe possuem afinidade.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia; Fenomenologia; Cultura.

THE PHENOMENOLOGICAL SOCIOLOGY OF ALFRED SCHÜTZ: A PARADIGM FOR THINKING CULTURE

ABSTRACT: this article aims to present Alfred Schütz's Phenomenological Sociology

1. Informações sobre a biografia de Schütz, assim como um esboço geral de sua teoria, podem ser encontradas em artigos como: CASTRO, Fábio. *A fenomenologia de Alfred Schütz*. Ciências Sociais Unisinos, n°48(1), pp. 52-60, Janeiro/abril, 2012; NATANSON, M. *Introducción*. In: SCHÜTZ, A. *El problema de la realidad social*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1974.

explaining his essential concepts and ideas. The work highlights the potential of this theory in the analysis of culture. The study is carried out through bibliographic research that mobilizes the reading and interpretation of relevant texts from Schütz's work, as well as texts that have affinity with the theme.

KEYWORDS: Sociology; Phenomenology; Culture.

1 | INTRODUÇÃO

Alfred Schütz nasceu em Viena no ano de 1899. Na Áustria, desenvolveu sua formação intelectual em direito e filosofia e durante a primeira guerra mundial serviu ao exército Austro-Húngaro. Apesar da erudição intelectual, a atuação profissional de Schütz sempre esteve voltada a negócios empresariais. Sua atividade intelectual não foi a fonte primordial de seu sustento. Em 1938, diante da ameaça de ocupação nazista na Áustria, Schütz migrou para Paris, Lá permaneceu por um ano. Posteriormente, imigrou para os Estados Unidos da América, onde residiu até sua morte, ocorrida no ano de 1959 na cidade de Nova York.¹

Sua única obra completa, publicada em vida, *Fenomenologia del mundo social*, evidencia que os principais fundamentos de sua teoria advêm de Max Weber e Edmund Husserl. Assim como Weber, Schütz entende que a ação dos indivíduos em sociedade é o principal objeto da sociologia. Tanto para ele, quanto para Weber, a sociedade e a ordem social são frutos da concatenação de várias ações individuais dotadas de sentido, sentido esse que é parte dos aspectos subjetivos dos viventes.

Schütz aprofunda, mais do que Weber, o caráter subjetivo do sentido das ações humanas e para isso recorre à filosofia fenomenológica de seu conterrâneo, o austríaco Edmund Husserl, autor de uma obra que revela a postura pré-reflexiva do homem em seu cotidiano. Schütz, assim como Husserl, entende que no mundo da vida cotidiana, os homens adotam uma “atitude natural”, isto é, tratam como naturais, óbvias e necessárias, condutas e concepções que podem ser questionadas e transformadas. Além disso, é importante lembrar que Schütz estava sintonizado com as inovações metodológicas do meio universitário de expressão germânica, introduzidas por Dilthey. Esse foi conhecido por ter polemizado a necessidade de adoção de um método próprio necessário às ciências do espírito que fosse diferente do método das ciências naturais.

Para apresentar, em detalhes, alguns dos principais pontos do pensamento de Schütz e suas aplicações nesse trabalho, enfatizaremos os seguintes pontos no desenrolar do texto: 1º) as condições da racionalidade e da subjetividade na ação social; 2º) o mundo da vida cotidiana como espaço da atitude natural e sua organização; 3) o acervo de conhecimentos, 4º) o acesso às múltiplas realidades como possibilidade de comoção humana; e 5º) a fenomenologia como instrumento para análise da cultura.

2 | AÇÃO SOCIAL, RACIONALIDADE E SUBJETIVIDADE

Alfred Schütz reconhece que nem todas as ações humanas são providas de sentido, pois certos comportamentos não passam de reflexos fisiológicos ou de experiências que não deixam rastros na memória². Schütz entende que nem toda conduta advém da experiência provida de sentido subjetivo racional.

A ação racional é uma conduta projetada pelo ator de maneira consciente, ou seja, é o projeto idealizado, baseado em um plano pré-concebido. Além do planejamento, Schütz atribui à ação “racional”³ as seguintes características: 1) previsibilidade; 2) deliberação; 3) razoabilidade; 4) lógica; e 5) eleição (escolha entre dois ou mais meios voltados para um mesmo fim).

2. O tema da ação desprovida de sentido está apresentado em SCHÜTZ, A. *Agindo e planejando*. In: WAGNER, H. (Org.). *Sobre fenomenologia e relações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2012.

3. Os significados da palavra racional são apresentados em SCHÜTZ, A. *Estudios sobre teoria social*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1974b; capítulo 3.

Na vida cotidiana, os homens interpretam suas próprias ações e a dos demais. Schütz pensa a interpretação subjetiva do sentido como uma tipificação dos comportamentos dotados por um sentido comum. Para Schütz, a interpretação do sentido e a tipificação da vida social envolvem o empreendimento de todos os atores envolvidos nas interações sociais propiciando a construção de sentidos comuns para a vida coletiva, sentidos que orientam uma ação social. Assim, certas situações e condutas são vistas como típicas e, logo, bem aceitas.

Para Schütz:

“las ciencias que aspiran a interpretar y explicar la acción y el pensamiento humanos deben comenzar con una descripción de las estructuras fundamentales de lo pre-científico, la realidad que parece evidente para los hombres que permanecen en la actitud natural. Esta realidad es el mundo de la vida cotidiana” (Schütz; Luckmann, 2001, p. 25).

O papel da sociologia fenomenológica da ação é desvendar a vida cotidiana, pois a entende como fonte dos sentidos comuns que motivam a ação dos diversos atores que, pelo seu agir, legitimam um tipo de ordem social.

3 | MUNDO DA VIDA COTIDIANA: O REINO DA ATITUDE NATURAL

Segundo Schütz, o mundo da vida cotidiana engloba o “ámbito de la realidad que el adulto alerta y normal simplemente presupone en la actitud de sentido común. Designamos por esta presuposición todo lo que experimentamos como incuestionable...” (SCHÜTZ; LUCKMANN, 2001, p.25). Na atividade de sentido comum predomina a crença, e, até mesmo, o inquestionável, ou seja, uma atitude tida como natural.

De acordo com Schütz, a atitude natural no mundo da vida cotidiana é a atitude que pressupõe: 1º) a existência corpórea de outros homens dotados da consciência de naturalidade; 2º) que coisas do mundo externo são semelhantes para todos; 3º) que posso ter relações recíprocas com meus semelhantes e me entender com eles; 4º) que o mundo social-cultural possui determinações com similitudes a do mundo natural; 5º) que a situação em que me encontro é, só em pequena parte, criada por mim; 6º) que o mundo e minha situação nele podem ser explicitados como realidades tipicamente familiares; e 7º) que o mundo já existe antes de meu nascimento e existirá após minha morte.

Assim, se por um lado, o mundo da vida cotidiana é o espaço da intersubjetividade, a região da realidade em que o homem pode intervir e modificar, por outro, é fonte de comportamentos pré-reflexivos típicos de atitudes tidas como naturais.

A organização do mundo da vida cotidiana, sob a vigência da atitude natural, é garantida ainda pela transmissão de tradições e saberes através das gerações.

O mundo da vida cotidiana é a dimensão social na qual, através das interações face-a-face, ocorrem a produção e a reprodução cultural da sociedade. A cultura, enquanto reservatório de cosmovisões, pode ser fonte de sentidos para os atores que atuam no mundo da vida cotidiana garantindo a ordem social.

No mundo da vida cotidiana, muitas vezes, não há o predomínio da ação racional teleológica, mas sim ações, que quanto a seu sentido, se justificam a partir de crenças, hábitos, costumes e normas, os quais, são, muitas vezes, ilógicas do ponto de vista racionalista. Não temos garantias de que o sol nascerá amanhã, mas agimos sem questionar isso e sob esse rogo; não temos garantias de que nosso voto é devidamente processado nas urnas eletrônicas ou que o candidato em quem votamos irá cumprir suas promessas, porém, mormente, tendemos a votar.

Portanto, a atitude natural implica na prevalência de crenças irrefletidas que propiciam aos atores uma economia cognitiva que garante a motivação de suas ações, que podem ser questionáveis aos olhos de um análise racionalista. O predomínio do comportamento pré-reflexivo no mundo da vida cotidiana é uma demonstração da limitação da razão como móvel de ações.

Contrária a “atitude natural” é a “redução fenomenológica”⁴. Instrumento conceitual advindo da fenomenologia de Husserl⁵, que Schütz utiliza para colocar toda crença em suspensão. Tanto para Husserl, quanto para Schütz, a realidade, os objetos naturais e socioculturais não têm sentido em si. Todo sentido que orienta a ação humana não passa de uma rede de significados tecida na consciência e pela consciência.

Assim, reduzir um objeto a sua essência só é possível pelo entendimento dos significados que a realidade tem na consciência e em função das intenções da consciência. A rede de significados que é tecida na consciência, pela consciência, não se compõe apenas de premissas e relações lógicas, mas envolve, também, a compreensão dos elementos míticos e dogmáticos que predispõe os atores a se manterem na atividade natural/racional.

Quando o sujeito, pela intenção deliberada em sua própria consciência, se dispõe a colocar “entre parêntesis”⁶ as crenças socialmente compartilhadas, que guiam seu entendimento da realidade e sua ação no mundo, há uma mudança da atitude tida como dogmática e/ou natural à luz da *epoché*⁷. Ao operar essa mudança, pela intenção da consciência, o sujeito passa a avaliar a realidade e se guia pela racionalidade.

4. Redução fenomenológica, ou redução eidética, é conceito da filosofia fenomenológica de Edmund Husserl que designa reduzir o objeto ao seu significado (eidos) e questioná-lo.

5. O entendimento da Fenomenologia de Husserl, aqui presente, é fruto da leitura de: HUSSERL, E. *A ideia da fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, 2008; e ZILLES, Urbano. *Fenomenologia e teoria do conhecimento em Husserl*. Revista da abordagem Gestáltica, XIII (2), 216-221, jul-dez, 2007.

6. Expressão de Edmund Husserl que designa a atitude do agente que põe em prática a redução fenomenológica.

7. Expressão de Edmund Husserl que designa a própria redução fenomenológica.

Ao adotar o método fenomenológico para avaliar a ação social, Schütz revela duas premissas fundamentais: 1^a) a consciência humana é a sede da subjetividade e da produção de sentido da realidade; 2^a) a subjetividade humana é a fonte matricial de todo sentido que é conferido a realidade natural e sociocultural. Portanto, um entendimento apurado da ação e de seus motivos não pode ignorar a primazia da subjetividade e a vida social como realidades intersubjetivas.

3.1 Ordenamento do mundo na vida

No mundo da vida cotidiana prevalece a atitude natural. Como vimos, essa atitude pode ser substituída pela “redução fenomenológica” que pode auxiliar os viventes a continuarem ancorados no mundo e darem sentidos a suas vidas de forma que sua consciência transcenda por outros “âmbitos de sentido”⁸. Isso porque, a consciência que sedia a subjetividade é capaz de acessar realidades não disponíveis no aqui-agora ampliando a perspectiva de ação dos sujeitos.

O trânsito da consciência, entre diferentes âmbitos de sentido, pode ser compreendido pelo entendimento do ordenamento do mundo da vida apresentado por Schütz. Para esse autor, o mundo da vida cotidiana, onde o ator vivencia seu aqui-agora, tem pelo menos três dimensões: 1^o) o mundo da vida ao alcance efetivo; 2^o) o mundo da vida ao alcance potencial e 3^o) o mundo da vida ao alcance acessível.

O “mundo da vida ao alcance efetivo” é o setor do mundo acessível a minha experiência imediata, é o mundo que está ao alcance material do agente. Schütz et al. (2001) advertem:

“La persona alerta en la actitud natural se interesa sobre todo en el sector de su mundo cotidiano que está a su alcance, y que se ordena espacial e temporalmente al redor de El como centro. El lugar en que me encontré, mí aquí concreto, es el punto de partida de mi orientación en el espacio. Es el origen del sistema de coordenadas dentro del cual las dimensiones de la orientación, las distancias y perspectivas de los objetos quedan determinadas en el campo que me rodea. (...) Llamaremos al sector del mundo que es accesible a mi experiencia imediata el mundo al alcance efectivo” (SCHÜTZ; LUCKMANN, 2001, p. 54).

O “mundo ao alcance potencial” refere-se à recordação de experiências passadas na consciência. É a dimensão do mundo da vida em que a consciência transcende a algo que já esteve em seu alcance efetivo ou que já se viu experienciado no mundo de alguma forma.

O “mundo ao alcance potencial” é acessado, por exemplo, quando “en la calle, recuerdo que dejé un libro sobre la mesa. El libro estaba antes a mi alcance; ahora ya no lo está. Trasciende mi alcance efectivo, pero en este caso pertenece a mi experiencia de esta transcendencia, y por ello está dentro de mi alcance recuperable”

8. A expressão “âmbito de sentido” é um conceito específico da sociologia fenomenológica de Schütz que será devidamente explicada na seção 4 que aborda as múltiplas realidades acessíveis à consciência.

(Schütz; Luckmann, 2001, p. 55). Logo, toca no devir a ser.

Por fim, o “mundo ao alcance acessível” refere-se ao futuro. Trata-se da dimensão a que a consciência acessa ao almejar algo que nunca esteve ao seu alcance, mas que poderá estar.

Ao apresentar a estrutura do mundo na vida, Schütz afirma que o mundo ao alcance, nas suas três dimensões, é uma zona de operações onde os sujeitos podem tentar influir pela ação direta.

Dessarte, chamaremos a atenção, agora, para os mecanismos hodiernos e suas influências sobre as categorias espalhadas por Schütz. A tecnologia tem ampliado enormemente a zona de operação dos atores sociais, uma vez que, propicia a comunicação à longa distância. O autor, na segunda metade do século XX, já menciona a televisão e o telefone, nesse bojo:

“Puedo hablar por teléfono, seguir en la televisión acontecimientos que ocurren en otros continentes, etc. Es obvio que, mediante el desarrollo tecnológico, se ha producido un salto cualitativo en el dominio de la experiencia y una ampliación de la zona de operación” (SCHÜTZ; LUCKMANN, 2001, p. 61).

Não se pode deixar de evidenciar que foram acrescentadas outras dimensões às tecnologias hoje, além de diversificadas suas aplicações. Dessarte, pensemos em duas dessas: a televisão/rádio e internet/computadores. Salienta-se que, atualmente, a televisão aberta e o rádio são meios amplamente disseminados em todas as camadas sociais. Não requerem um aprendizado específico para que os sujeitos os acessem de modo compreensível. No caso da internet e dos computadores, a difusão do acesso é mais complexa, pois envolve maior custo financeiro, requer pré-disposição para leitura e, no caso da internet, ainda existem os dilemas de interface do sujeito com a linguagem básica da informática. Fato é que os meios de comunicação disponibilizam diversos temas à vida cotidiana dos cidadãos comuns e implicam nos alcances que lhes fazem possíveis.

4 | O ACERVO DE CONHECIMENTOS

Cada ator pode acumular na memória uma sucessão de experiências que vão desde as interações da mais tenra infância com seus pais e professores até uma série de significações advindas das interações sociais da vida adulta, com seus cônjuges, amigos e colegas do meio profissional. Essas interações preenchem o mundo da vida cotidiana e consistem em uma contínua transmissão de tradições, hábitos, valores, cosmovisões e saberes que culminam na efetivação de um conjunto estruturado e sistematizado de “conhecimentos”⁹. Schütz chama esse conjunto de

9. Nesse caso, conhecimento não designa somente conhecimento científico, mas, na maioria das vezes, concepções subjetivas arraigadas aos atores em sua rotina, mesmo que tais concepções sejam incoerentes do ponto de vista lógico.

saberes de “acervo de conhecimentos”.

Conforme Schütz et al. (2001), o acervo de conhecimentos inerente a cada ator é o resultado das suas sucessivas experiências no mundo da vida cotidiana, geralmente com seus próximos (pais, professores, etc.) que lhes transmitem saberes tais como concepções pré-reflexivas da realidade. Tais experiências são decantadas na consciência, processo pelo qual se configura o acervo de conhecimentos que orientarão suas ações. Os autores denotam que:

“Cada paso de mi explicación y comprensión del mundo se basa, en todo momento, en un acervo de experiencia previa, tanto de mis propias experiencias inmediatas como de las experiencias que me transmiten mis semejantes, y sobre todo mis padres, maestros, etc. Todas estas experiencias, comunicadas e inmediatas, están incluidas en una cierta unidad que tiene la forma de mi acervo de conocimiento, el cual me sirve como esquema de referencia para dar el paso concreto de mi explicación del mundo” (SCHÜTZ; LUCKMANN, 2001, p. 28).

É importante notar que o acervo de conhecimentos possui duas dimensões: uma social e outra individual. Cada sujeito possui seu acervo de conhecimentos que é sediado na sua consciência, porém, esse acervo é fruto de suas relações sociais, tendo, tão logo, como fonte a vida social e também as intersubjetividades.

A vida social, por sua vez, não é a mesma para todos os sujeitos, pois cada um, possui sua própria trajetória. Cada sujeito vive uma sucessão de experiências que lhes é específica, ou seja, possui uma trajetória biográfica específica. Schütz et al. (2001) enfatizam os determinantes da situação biográfica diante da formação do acervo de conhecimentos, reconhecendo que, mesmo a situação biográfica, é, em grande parte, determinada pela sociedade. Segundo os autores:

“Puesto que un individuo nasce en un mundo histórico social, su situación biográfica está, desde el comienzo, socialmente delimitada e determinada por elementos sociales dados que encuentran expresiones específicas. Desde el comienzo, las estructuras subjetivas de significatividades se desarrollan en situaciones intersubjetivas o, al menos, son situadas mediatamente en contextos de sentido socialmente determinados” (SCHÜTZ; LUCKMANN, 2001,p.236)

O acervo de conhecimentos de cada ator é limitado. Ainda que um ator saiba de muitas coisas, sempre haverá temas que não domina. Essa deficiência do acervo de conhecimentos individual é anestesiada pela atitude natural, quando não há estímulos para dúvidas. Segundo Schütz “en la actitud natural, tomo conciencia del carácter deficiente de mi acervo del conocimiento únicamente si una experiencia nueva no se adecua a lo que hasta ahora ha sido considerado como el esquema de referencia válido presupuesto.” (SCHÜTZ et al. 2001, p 29).

As desiguais situações biográficas contribuem para a desigualdade de conhecimentos entre os diversos atores sociais. É esperado de alguém que viveu em diversos países, que saiba vários idiomas, possua acervo de conhecimentos mais amplo, por exemplo.

A desigualdade de conhecimentos entre os homens, é abordada por Schütz et al (2001) em três dimensões que formalizam três tipos de condutas típicas das sociedades contemporâneas: o senso comum, a percepção bem informada e a percepção especializada.

O primeiro tipo se refere a aqueles que possuem conhecimentos inatos ao “homem comum”. O segundo tipo é o:

“cidadão bem informado” quem não possui o grau de profundidade do conhecimento do especialista, mas não se satisfaz com o conhecimento vago e dogmático do homem comum. “Estar bien informado significa, para él, llegar a opiniones razonablemente fundamentadas en campos que, según sabe, tienen para él interés por lo menos mediato” (SCHÜTZ, 1974b, 122).

O terceiro tipo é o “*expert*” (ou especialista), isto é, aquele que possui conhecimento especializado, claro e coerente, de um campo restrito da realidade. O *expert* possui opiniões fundamentadas em informações justificadas pelo raciocínio lógico e racional do pensamento científico voltados a uma realidade específica.

De acordo com Schütz, “en cualquier momento de la vida cotidiana cada uno de nosotros es simultáneamente experto, ciudadano bien informado y hombre común, pero en cada caso con respecto a diferentes ámbitos del conocimiento” (SCHÜTZ, 1974b, p. 122).

Todos são homens comuns, na medida em que, têm explicações genéricas e pré-reflexivas sobre tudo, ou quase tudo. Muitos homens são cidadãos bem informados sobre um tema sobre o qual tenham interesses específicos, o conhecendo bem, apesar de não serem profissionais especializados no assunto. Cada homem que têm uma profissão, é um especialista em um ramo específico de conhecimento, sendo um *expert* nesse ramo.

Apesar do fato de os três tipos estarem expressos em muitos homens em aspectos específicos, é factual que não é possível a ninguém ser *expert* em tudo, o que cria uma relação de dependência e cooperação entre os homens¹⁰, pois para que todos possam usufruir de todos os recursos do mundo da vida cotidiana é necessário ao homem comum recorrer ao *expert*, muitas vezes.

Desse modo, os homens podem seguir suas rotinas no mundo da vida cotidiana usufruindo de inúmeros recursos que não compreendem em seu funcionamento, apenas acreditam que, sempre que necessário, encontrarão os recursos, meios e vias funcionando como o esperado.

Assim, enquanto as experiências não contrariam as expectativas e crenças do homem comum, esse mantém-se em uma economia cognitiva estável para entender o mundo a sua volta. Por outro lado, quando a experiência surpreende sua expectativa, o homem se vê obrigado a recorrer a um *expert*. Se o caixa eletrônico

10. Essa cooperação entre os homens para que cada um ofereça seus serviços e conhecimentos em prol dos não especializados é a solidariedade orgânica descrita por Durkheim.

não reconhece seu cartão, recorre a um técnico da área bancária; se o automóvel não dá a partida, recorre a um mecânico; se seu candidato não cumprir as promessas eleitorais, procura ouvir um especialista em política para compreender os motivos da ação política em jogo. As experiências frustradas podem levar o homem comum a rever suas opções e modificá-las. Pode, por exemplo, mudar sua conta para outro banco, comprar um carro de outra marca e votar em outro candidato ou outro partido nas eleições seguintes.

5 | A TEORIA DAS MÚLTIPLAS REALIDADES

Além de explicitar a influência de Max Weber e Edmund Husserl sobre seu pensamento, Alfred Schütz demonstra que William James e Henri Bergson são, também, autores de ideias fundamentais para sua teoria. Tais influências tornam-se evidentes quando Schütz teoriza sobre as realidades múltiplas. Nessa abordagem, Schütz explica que apesar do mundo da vida cotidiana ser a realidade fundamental da vida humana, existem outros planos de realidade que a consciência pode acessar por uma operação de transcendência, ainda que se mantenha ancorada no mundo da vida cotidiano.

Segundo Schütz, James defendeu que a origem da realidade é subjetiva, pois algo é real desde que tenha relação com a consciência, ainda que se trate de uma relação subjetiva. Isso significa que as folhas de papel em que escrevo não tem realidade equivalente às ideias que expresso com as palavras que imprimo em tais folhas, mas, tanto as folhas quanto as ideias são reais, porém, tem âmbitos de realidade diferentes. Para James existem várias ordens de realidade, as quais chama de subuniversos. Entre os subuniversos existem o das coisas físicas, que é a realidade eminente; mas existem, também, os subuniversos dos sentidos, tais como a ciência, a religião, a mitologia, a opinião individual, *inter alia*.

Reconhecendo que a consciência acessa diversos planos de realidade, Schütz mobiliza o conceito 'tensões da consciência' de Bergson. Tensões da consciência são estados específicos da consciência relativos aos diferentes planos que se pode acessar, ou seja, para cada plano da realidade há uma tensão específica da consciência. O menor grau de tensão pode ser o do sonho e o maior o da ação, por exemplo.

A oscilação de tensão da consciência se deve a variação do grau de interesse na vida. “La atención a la vida es, pues, el principio regulador básico de nuestra vida consciente. Define el ámbito de nuestro mundo que es importante para nosotros; articula nuestra corriente de pensamiento en flujo continuo; determina el alcance y la función de nuestra memoria...” (SCHÜTZ, 1974a, p.201). O plano em que a consciência atinge elevada tensão é o estado de alerta que se dá entre o tempo

presente vivido¹¹ e as ações decorrentes do espaço da área manipuladora¹².

A partir do conceito de subuniverso (de James), Schütz cria a noção de âmbitos finitos de sentido. Schütz enfatiza que existem inúmeros âmbitos finitos de sentido diferentes que podem receber o acento de realidade, ou seja, a consciência pode transitar por diferentes âmbitos finitos de sentido, desde que altere o seu grau de tensão. Essa transição de um âmbito de sentido a outro Schütz chama de comoção (ou salto), variação do grau de tensão da consciência que se dá pela modificação de atenção a vida. Assim, há a comoção ao cair no sono, que consiste em um salto para o mundo dos sonhos. Ao contrário há o salto de regresso ao despertar no mundo da vida cotidiana, rotina na qual a atenção da consciência pode se focar em diversos temas dotados de âmbitos específicos de sentido passíveis de receber acento de realidade.

6 | FENOMENOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DA SOBRE CULTURAS

Compreendemos a sociologia fenomenológica de Schütz como um paradigma apropriado para análise da cultura, fenômeno dinâmico que se reproduz através das interações sociais do mundo da vida cotidiana. Schütz busca desvendar a vida cotidiana por concebê-la como fonte do sentido que motiva a ação dos atores sociais, ou seja, a rede de significados compartilhada socialmente que, normalmente, contribui para legitimação da ordem social.

Tomamos definição de Alfred Kroeber que entende cultura como o:

“...conjunto de comportamentos, saberes e saber-fazer, característicos de um grupo, sendo essas atividades adquiridas através de um processo de aprendizagem, e transmitidas ao conjunto de seus membros” (Laplantine, 2003, 96).

Assim, compreendemos os saberes mencionados na definição de Kroeber, como ideias, crenças, cosmovisões e conhecimentos que orientam as ações individuais consolidando padrões de comportamento, tradições, hábitos e costumes partilhados socialmente. O processo de aprendizagem apontado nessa definição de cultura é o próprio processo de socialização viabilizado nas interações sociais ocorridas no mundo da vida cotidiana.

O mundo da vida cotidiana, abordado por Schütz, é o âmbito da realidade propício para a produção cultural, na qual os indivíduos produzem ideias, crenças e cosmovisões a partir das quais interpretam a realidade, normalmente, sem questioná-la. Como espaço de intersubjetividade, o mundo da vida cotidiana possibilita o questionamento, contém o potencial para que o homem interfira e modifique a

11. Presente vivido é expressão pela qual Schütz se refere à intersecção de duas dimensões do tempo: o tempo externo, cósmico, aquele que é medido pelos cronômetros e o tempo interior, subjetivo, a *durée*. Assim o presente vivido é o tempo em que a consciência se concentra na ação efetiva no mundo da vida cotidiana.

12. Área manipuladora é expressão que equivale a zona de operação do mundo da vida cotidiana.

realidade, mas, normalmente, prevalece o comportamento pré-reflexivo, típico da atitude natural. Essas condições podem favorecer a transmissão de tradições e crenças de geração para geração caracterizando uma forma de reprodução cultural de uma sociedade. A partir da leitura da fenomenologia de Schütz podemos compreender a cultura como reservatório de ideias, crenças e cosmovisões que fornecem sentidos para a ação dos indivíduos no mundo da vida cotidiana.

A fenomenologia tem como pressuposto que todo sentido que orienta a ação humana consiste em uma rede de significados tecido na consciência e pela consciência. Desse modo, o objetivo da fenomenologia é questionar e compreender essa rede de significados que podem ser compreendidos como componentes da cultura. Colocar tais significados “entre parêntesis”, ou seja, questioná-los, é exercitar o prisma de olhar fenomenológico. A fenomenologia, então, pode ser compreendida como um instrumento metodológico para análise e compreensão da cultura.

Cada indivíduo acumula ao longo de sua vida um conjunto de saberes que envolve ideias, crenças, valores, hábitos, cosmovisões e saberes que compõem, nos termos de Schütz, seu acervo de conhecimentos. Tal acervo é essencial ao indivíduo pois serve como fonte para sua compreensão de mundo, viabilizando seu agir. O acervo de conhecimentos é parte da cultura que manifesta, no âmbito da transcendência, a transição de uma consciência individual para uma consciência coletiva.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Sociologia da ação, ramo da disciplina que inclui pensadores como Weber e Schütz, parte do pressuposto de que a sociedade é o resultado da concatenação de várias ações individuais. Esse pressuposto se sustenta no entendimento de que as referidas ações, geralmente, são vertidas por comportamentos motivados por uma rede de significados (sentidos) elevados às suas consciências ao longo do processo de socialização por influência de seu meio social e relações de proximidade. Nesse paradigma a sociedade é o reflexo de várias ações individuais guiadas por ideias, crenças, valores e cosmovisões compartilhados coletivamente de forma a se criar, compor cultura.

Compreendemos que Schütz realiza um estudo culturalista ao passo que busca analisar a ação social a partir da subjetividade humana no intuito de identificar os motivos que determinam o agir. Schütz demonstra que, normalmente, o comportamento humano não é pautado somente por aspectos intelectualistas da racionalidade, mas também por crenças, hábitos e costumes ilógicos e ideias pré-reflexivas. Tais móveis de ação são assimilados pelos atores sociais em um âmbito

específico da vida social que Schütz chama de mundo da vida cotidiana.

O mundo da vida cotidiana é o espaço das interações sociais face-a-face, típicas do dia-a-dia, em que os indivíduos estabelecem as possibilidades postas por seu acervo de conhecimentos. O mundo da vida cotidiana é a dimensão social propícia para a produção e reprodução espontânea de ideias, crenças, cosmovisões e valores que, compartilhados coletivamente, expressam a cultura de um povo ou comunidade.

Ainda assim, o autor adverte que a dinâmica do mundo da vida cotidiana é, normalmente, pautada pela atitude natural, ou seja, a atitude que se orienta por crenças irrefletidas, tradições e ideias ilógicas que inviabilizam o questionamento por parte dos agentes e os levam às certezas frente ao devir que é intrinsecamente incerto.

O prisma fenomenológico, oposto a atitude natural, é a atitude questionadora, normalmente adotada por analistas racionais e intelectuais ligados a trabalhos científicos e filosóficos, geralmente. Esses profissionais colocam as crenças e os costumes em suspensão para desvendar as reais causas dos fenômenos naturais e sociais.

Compreendemos a Sociologia Fenomenológica de Schütz como instrumento metodológico apropriado para análise de elementos da cultura que atuam sobre as motivações de ações individuais, pois são esses elementos que, muitas vezes, dão sentido ao agir. Schütz construiu uma teoria que desvenda os aspectos ilógicos do senso comum que norteiam o pensamento e a ação da maioria dos atores sociais, chamando a atenção para um caráter pré-reflexivo dos comportamentos e do agir.

Nesse bojo, a análise fenomenológica faz parte da prática subjetiva em que a consciência individual pode questionar a própria cultura (rede de significados partilhados socialmente). Se tal questionamento for partilhado socialmente poderá ocorrer transformação de padrões culturais, afinal a cultura se reproduz através das relações intersubjetivas.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Fábio. *A fenomenologia de Alfred Schütz*. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, n. 48(1), pp. 52-60, jan.-abr. 2012.

HUSSERL, Edmund. *A ideia da fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

NATANSON, Maurice. *Introducción*. In: SCHÜTZ, A. El problema de la realidad social. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1974.

SCHÜTZ, Alfred. *Agindo e planejando*. In: WAGNER, H. (compilador). Sobre fenomenologia e

relações sociais. Petrópolis: Vozes, 2012.

SCHÜTZ, Alfred. *El problema de la realidad social*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1974a.

_____. *Estudios sobre teoría social*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1974b.

_____. *Fenomenología del mundo social*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1972.

SCHÜTZ, Alfred. e LUCKMANN, Thomas. *Las estructuras del mundo de la vida*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001.

WEBER, Max. *Ciência como vocação*. In: *Ciência e Política, duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

ZILLES, Urbano. *Fenomenologia e teoria do conhecimento em Husserl*. *Revista da abordagem Gestáltica*, XIII (2), 216-221, jul-dez, 2007.

LITERATURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS: UM RESGATE DA CULTURA NEGRA EM PROL DA INSERÇÃO SOCIAL E ELIMINAÇÃO DE RACISMOS E PRECONCEITOS

Data de aceite: 12/05/2020

Data de submissão: 05/03/2020

Gleides Ander Nonato

Centro Universitário Newton Paiva

Belo Horizonte – Minas Gerais

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9020273118009457>

RESUMO: Este artigo tem o objetivo demonstrar a pertinência de estudos sobre as literaturas africanas e afro-brasileira para a valorização da cultura negra no Brasil. Procura-se compreender os fatos e aspectos que culminaram na Lei 10.639/2003 apontando a relevância das referidas literaturas como contribuidoras à eliminação de preconceitos e racismos e valorização de elementos de nossa história que, por vezes, foram amarelados. Analisa-se aqui a importância da educação multicultural e seus contributos na compreensão da nossa sociedade. A pesquisa é estruturada a partir de levantamento bibliográfico. Conclui que os estudos literários da literatura africana e afro-brasileira, em conjunto com os estudos históricos, viabilizam a compreensão da formação do povo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Lei 10.639/2003; Literatura Africana; Literatura Afro-Brasileira.

AFRICAN AND AFRO-BRAZILIAN
LITERATURE: THE REDEMPTION OF THE
NEGRO CULTURE IN FAVOR OF SOCIAL
INSERTION AND ERADICATION OF RACISM
AND PREJUDICE

ABSTRACT: This paper has the aim to demonstrate the contributions of the studies on African and Afro-Brazilian Literatures are investigated in order to comprehend how those literatures can promote an African-Brazilian culture appreciation in Brazil. It was tried to understand the facts and aspects which contributed to the pronouncement of the Law # 10.639/2003, pointing to the relevance of the studies of those literatures as determiners to the elimination of prejudice and racism, thus, contributing to the value of a culture that was ignored during Brazil as a Colony and during the Imperial of Brazil. The importance of a multicultural education was analyzed, as well as how this education can contribute to the understanding of the history of the formation of Brazil. A qualitative research was conducted, characterized by bibliographic and documental

researches. It was concluded that the studies on African and Afro-Brazilian Literatures, in combination with historical studies, enable the understanding of the formation of the Brazilian people, as well as African cultures, which were imported to Brazil.

KEYWORDS: Law # 10.639/2003; African literature; Afro-Brazilian Literature.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de demonstrar as contribuições que os estudos das Literaturas Africanas e Afro-brasileiras podem trazer para a valorização da cultura negra no Brasil.

Sabe-se que as desigualdades sociais brasileiras possuem raízes profundas que datam do regime escravocrata do Brasil colônia e que perduram até os dias atuais.

Os processos de exclusão existentes no Brasil e os resquícios de racismo e preconceito há muito têm sido combatidos e se tornaram alvo de denúncias via movimentos sociais que trazem em seu bojo, muitas vezes, representações do negro brasileiro como um indivíduo que é capaz de se organizar na tentativa de “fugir à situação de marginalização que lhe foi imposta”. (SINGER; BRANT, 1983, p. 143).

Segundo Singer e Brant (1983):

Essa tendência do negro a se organizar não surge por acaso. Os grupos que se identificam na sociedade de classes por um estigma que essa sociedade lhes impôs podem, ao invés de procurarem fugir a essa *marca*, transformá-la em herança positiva e organizar-se através de um *ethos* criado a partir da tomada de consciência da diferença que as camadas privilegiadas em uma sociedade etnicamente diferenciada estabeleceram. (SINGER; BRANT, 1983, p. 144)

Fato sabido é que a formação do povo brasileiro passou por uma repressão violenta a segmentos sociais, desde seu passado escravocrata, que relegou precariedades às tentativas de libertação e consolidação de grupos de resistência e pertencimento. Contudo, esses movimentos seguiram se organizando e conseguiram avançar, aos poucos, ganhando representatividade social na busca pela garantia de direitos.

Movimentos internacionais negros, como a Negritude, por exemplo, promoveram a busca pela construção da personalidade e consciência negras e, em África, seus adeptos passam a protestar contra a perduração de uma ordem colonial e efetivação de uma emancipação política.

No Brasil do século XX, mais especificamente, a partir da década de 80, a busca pelo direito à cidadania tornou-se ainda mais veemente e estava, de certa maneira, vinculada ao processo de democratização de nosso país.

Para Gomes (2010):

É na década de 80, no processo de abertura política e redemocratização da sociedade que assistimos uma nova forma de atuação política dos negros e negras brasileiros. Esses passaram a atuar ativamente por meio dos novos movimentos sociais, sobretudo os de caráter identitário trazendo um outro conjunto de problematização e novas formas de atuação e reivindicação política. (GOMES, 2010, p. 99)

Segundo Gomes (2010), esses movimentos sociais fazem indagações, reivindicações e denúncias, exigindo um Estado que assuma uma posição política em prol do combate às desigualdades, deixando de ser “neutro e omissos diante da centralidade da raça na formação do país”. (GOMES, 2010, p. 99).

A opressão sofrida pelos negros, acompanhada de sua desvalorização e exploração, necessitava ser contida. O Movimento Negro tenta estancar esta sangria que ainda se faz presente e exasperada visto a exploração capitalista, os racismo e preconceitos em suas nuances.

Nas últimas décadas do século XX, outros movimentos sociais também eclodiram no cenário nacional. Tratava-se dos movimentos das classes populares, dos sindicatos de trabalhadores, dos movimentos de bairro, do feminismo, da mobilização partidária, que buscavam um processo de inclusão social, de conquista de direitos e de garantia da cidadania.

Nonato (2018) afirma que:

Esse processo tem sido motivo de discussões e lutas, especialmente nas últimas décadas, quando se passou a denunciar, mais contundentemente, o fato de que, historicamente, na sociedade brasileira, tem sido negado a diferentes grupos sociais, especialmente aqueles advindos das camadas mais populares, o acesso a uma educação que possa atender a todos. (NONATO, 2018, p. 35)

Segundo Nonato (2018, p. 35): “a luta em prol dos direitos humanos se intensificou na segunda metade dos anos 1980”. Várias foram as ações que buscavam a construção de uma rede que pudesse empreender atividades capazes de abranger toda a sociedade brasileira. Os grupos envolvidos nesses movimentos tinham a convicção de que era imperativa a criação de uma cultura que valorizasse os direitos humanos e, para isso, era necessária a concepção de práticas sociais que impulsionassem a construção da ampliação de meios democráticos na sociedade brasileira.

Conforme Candau (2003):

Nesse sentido, o papel da educação era visto como fundamental. Formar para a cidadania e democracia constituía um objetivo irrenunciável e esta preocupação passava necessariamente pela afirmação teórico-prática dos direitos humanos. (CANDAU, 2003, p. 95)

Assim, à escola cabe desenvolver os ideais propostos para se chegar à conscientização do que é necessário que se atinja em uma sociedade para que todos possam ser respeitados como iguais. Segundo Candau (2003):

É importante ressaltar que, embora a escola possa refletir desigualdades estruturais, ela não se resume a um mero instrumento de reprodução, uma vez que possui também autonomia em relação à sociedade na qual está inserida. Afirmar que ela seja apenas um produto da sociedade é negar a riqueza e a possibilidade produtiva da escola. Acreditamos no potencial de mudança da escola e em um tipo de educação que favoreça a inter-relação dos diferentes grupos sociais e culturais, na perspectiva da construção da igualdade, e que promova positivamente, através de práticas pedagógicas democráticas. (CANDAU, 2003, p. 30-1)

Compreende-se, então, que a educação é o local onde estratégias podem ser empreendidas de maneira a que se viabilize a construção de uma cultura atendida com a “interação entre o saber sistematizado sobre direitos humanos e o saber socialmente produzido”. (CANDAU, 2003, p. 98). Tensiona-se, dessa forma, para “que a cultura dos direitos humanos penetre todo o processo educativo.” (CANDAU, 2003, p. 98).

A promulgação da Constituição Brasileira, em 1988, representa um avanço do ponto de vista jurídico em relação aos direitos humanos, bem como a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, que garante a proteção dos direitos daqueles ainda em formação. Entre outras ações governamentais, vão se incorporando direitos que sinalizam à construção de relações mais respeitosa entre os brasileiros.

Cury (2002) ressalta:

[...] ao mesmo tempo em que ela <a Constituição> assume o uno (igualdade), aponta o direito à diferença (múltiplo) como algo que enriquece a igualdade. Mas, quando a diferença se torna motivo de discriminação, é o princípio da igualdade que se impõe seja para se fazer justiça (igualdade), seja para não aceitar que uma diferença de fato se torne motivo para uma diferença (discriminatória) de direito. (CURY, 2002, p. 69)

Nesse bojo, o art. 206, da Carta Maior, firma garantias de respeito às diferenças, celebrando possibilidades relacionadas, inclusive, ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas. Essa garantia engloba ainda, conforme o art. 242, § 1º, o ensino da história, por exemplo, posto que o: “ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro”. (CURY, 2002, p. 73).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – 9.394/96 – reafirma tal dispositivo legal, garantindo que o ensino de História do Brasil considere as diversas contribuições culturais e étnicas para a formação do povo brasileiro.

Diz a LDBEN 9.394/96, em seu artigo 26:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013); **§ 4º** O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e

etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. (BRASIL, 1996)

Nessa miríade, cabe destacar também que a Lei 9.394/96, de forma geral, fortaleceu ações com fins a inclusão da questão racial e étnica, promovendo mudanças relacionadas a conscientização do valor que se deve dar à formação do povo brasileiro em sua diversidade.

Segundo Gomes (2013):

[...] em uma sociedade multirracial e pluricultural, como é o caso do Brasil, não podemos mais continuar pensando a cidadania e a democracia sem considerar a diversidade e o tratamento desigual historicamente imposto aos diferentes grupos sociais e étnico-raciais. (GOMES, 2013, p. 70)

Dessa maneira, enfatiza-se que há necessidade de investigação do processo histórico-cultural no tocante a suas diversas etnias formadoras, suas desigualdades forjadas por processos civilizatórios e as resultantes provenientes desses fatores.

Aposta-se que quanto maior for o conhecimento das raízes africanas na formação do povo brasileiro, maiores são as chances de combater comportamentos culturais preconceituosos existentes, consoando então uma nação menos desigual, pautada pelo respeito às diferenças.

Para Gomes (2013):

Do ponto de vista pedagógico, a superação dos preconceitos sobre a África e o negro brasileiro poderá causar impactos positivos, proporcionando uma visão afirmativa acerca da diversidade étnico-racial e entendendo-a como uma riqueza da nossa diversidade cultural e humana. Do ponto de vista político, essa mesma visão deverá sempre ser problematizada à luz das relações de poder, de dominação e dos contextos de desigualdade e de colonização. (GOMES, 2013, p. 72)

Em 2003, uma nova redação é dada à LDBEN 9.394/9 pela Lei nº 10.639, torna obrigatório o ensino de História e cultura africana, afro-brasileira, demandando a ressignificação do conteúdo programático e envolvendo estudos literários africanos e afro-brasileiros. O Art. 26-A da lei nos traz:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena; § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil; § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de **educação artística, de literatura e história brasileiras.** (Destaque nosso.) (BRASIL, 2008)

Percebe-se que a intenção é ampliar ainda mais o alcance dos estudos relacionados ao conteúdo histórico que, aliado à literatura e à arte, possam gerar

uma visão mais abrangente da cultura que se quer valorizar e preservar.

2 | A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

A educação intercultural, sendo analisada em perspectiva crítica e emancipatória, representa desafio para a educação. Segundo Candau (2008), em primeiro lugar, há necessidade de desconstrução (de conceitos), penetrando: “universo de preconceitos e discriminações que impregna – muitas vezes com caráter difuso, fluido e sutil a todas as relações sociais que configuram os contextos em que vivemos”. (CANDAU, 2008, p. 53).

Além desse aspecto, questionar o caráter monocultural e o eurocentrismo, os quais, de uma certa forma, se fizeram presentes tanto na escola, quanto nas políticas educativas e “impregnam os currículos escolares”. (CANDAU, 2008, p. 53) é fator que possibilita a desconstrução a que a autora faz referência.

Depreende-se que a perspectiva multicultural promove “a construção de valores não discriminatórios, reforçando os propósitos de uma educação voltada para o acolhimento às diversidades culturais presentes na sociedade brasileira”. (NONATO, 2018, p.73)

Outros aspectos, tais como a articulação entre igualdade e diferença “no nível das políticas educativas, assim como das práticas pedagógicas” (CANDAU, 2008, p. 53) e o resgate dos processos de construção das identidades culturais, tornam-se pontos fundamentais ao tema.

Para se atingir a valorização e superação de preconceitos e racismos, há necessidade de enfrentamento de impasses historicamente construídos na tentativa de desconstruir ou desmistificar atos há muito enraizados em nosso país.

Segundo Gatti (2013-14):

No foco das licenciaturas, esse enfrentamento não poderá ser feito apenas em nível de decretos e normas, o que também é importante, mas é processo que deve ser feito também no cotidiano da vida universitária. Para isso, é necessário poder superar conceitos arraigados e hábitos perpetuados secularmente e ter condições de inovar. Aqui, a criatividade das instituições, dos gestores e professores do ensino superior está sendo desafiada. (GATTI, 2012-14, p. 36)

Percebe-se, assim, a importância dos estudos das literaturas africanas e afro-brasileira, não só como atendimento à inteligência das previsões legais, mas como maneira de superação de atitudes antirracistas e preconceituosas.

2.1 Literaturas Africanas e Afro-brasileira: em busca da valorização da cultura negra

Em se tratando das literaturas africanas e afrodescendente, considera-se que essas literaturas possam abrir portas a interpretações várias, bem como promover

a análise de processos históricos desconhecidos pela população de nosso país.

Amâncio destaca:

A leitura dos textos africanos de Língua Portuguesa corresponde, portanto, a uma viagem em diferença: durante a trajetória, montam-se e desmontam-se cenas imaginárias em espaços poéticos e ficcionais ainda pouco navegados. Isso porque, em se tratando de referências africanas, o cenário comumente configurado para/por nós, brasileiros, são principalmente os de miséria e analfabetismo, bem como o exotismo das roupas coloridas, do batuque e do rebolado, ou seja, um imaginário que, em seu caráter reducionista e preconceituoso, não prevê a elaboração intelectual e a produção da literatura. (AMÂNCIO, 2008, p. 49)

Nesse sentido, a abordagem das várias produções literárias poderá mostrar as diversas culturas africanas que o território brasileiro assimilou para si, expandido conhecimentos pouco divulgados durante os anos precedentes. Um exemplo dessa pouca divulgação é a questão da “resistência ao colonialismo português e das consequentes lutas de libertação nacional (anos 40 a 70)” (AMÂNCIO, 2008, p. 50).

Nota-se que tal tema na Guiné-Bissau gerou produções literárias que:

se consolidaram e explicaram as ambigüidades (sic) da relação colonizador/colonizado, bem como as distintas realidades locais, principalmente no que tange às práticas racistas portuguesas e às tentativas de silenciamento das expressões culturais africanas por parte do sistema salazarista. (AMÂNCIO, 2008, p. 50)

Em outras literaturas, por exemplo, é possível vislumbrar a percepção de como a língua e tradição oral podem representar vivências sociais, ideologias, culturas e questionamentos relacionados ao regime escravocrata. Ou, ainda, apontar opressões coloniais, resistências e tensões. Tudo isso, e muito mais, poderá ser estudado, mostrando que o processo escravocrata que ocorreu em território brasileiro também foi espelhado em outros países por onde Portugal exerceu domínio fato espreado em uma diversidade de movimentos libertários. Movimentos esses que estão registrados na literatura e contribuem para o desmanche de uma visão equivocada de que no território africano tudo é igual ou “de que o africano não demonstrou resistência formal ao processo colonizatório”. (AMÂNCIO, 2008, p. 84).

Dessarte, a comparação entre as literaturas produzidas em território africano e as produzidas em território brasileiro pode revelar que os autores dessas literaturas dialogam de forma estético-ideológica, principalmente na extrapolação dos temas de que tratam. Amâncio destaca que:

a recepção das diversas obras das literaturas africanas leva não só à percepção da existência de um rico universo lingüístico-cultural (sic), como também à compreensão de que existe um cânone literário nessa produção e de que há um forte dinamismo nos processos de cada país, uma vez que, recentemente, novas vertentes estético-discursivas têm se consolidado, articulando cultura, erotismo, globalização e outros temas, para além do discurso literário anticolonial. (AMÂNCIO, 2008, p. 84)

Nesse sentido, percebe-se que a valorização das literaturas africanas e afro-brasileiras tem como consequência a ampliação dos estudos sobre a formação

cidadã, configurando uma tomada de consciência voltada para uma visão hegemônica monolítica de saber a ser superada. Abrem-se espaços então para discussões sobre a diáspora da língua portuguesa, ao mesmo tempo em que se ampliam as capacidades de conhecer história e culturas portuguesas, promovendo um fortalecimento emancipatório que envolve: o saber conviver com o outro; o fazer uso de ética, do compartilhamento de direitos iguais, rechaçando a exclusão e, para, além disso, realizando a promoção de um processo libertário diante de preconceitos e valores discriminatórios que ainda impregnam o imaginário e as práticas sociais telúricas.

Segundo Nonato (2018, p. 62): “com respeito às influências, tem sido discutida e destacada a influência da literatura brasileira na criação de textos da literatura africana”, por exemplo. Referidas influências são confluências que se fazem entre as literaturas afro-brasileiras, africanas, brasileiras e portuguesas.

Visível é que muitos autores brasileiros foram e são estudados na África, influenciando também produções literárias de outros países colonizados por Portugal.

Segundo Fonseca¹ (2003 apud NONATO, 2018, p. 62):

Manuel Ferreira dá destaque a Jorge Amado, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge de Lima, Carlos Drummond de Andrade. Ainda segundo Fonseca (2003), Guimarães Rosa também pode ser identificado na produção de obras com sentido político do escritor africano Luandino, em especial em suas obras *Nós, os do Makulusu*, publicado em 1975; em *João Vêncio: os seus amores*, de 1979 e em *Lourentino, Dona Antónia de Souza Neto & eu*, de 1981. Em tais obras, segundo a pesquisadora Fonseca, o sentido político se faz presente e se trata de aspecto peculiar às literaturas africanas, “principalmente quando se empenharam na luta pela afirmação de identidades.” (FONSECA, 2003, p. 84 apud NONATO, 2018, p. 62)

Noutro giro, a busca pela independência dos países africanos também influenciou as produções literárias brasileiras na década de 1970 e acabou por motivar os afro-brasileiros a continuarem o seu projeto contra a discriminação racial.

A esse respeito, Souza (2003) informa:

Já os fundadores do bloco Ilê-Ayê, na década de 70, referem-se sempre à motivação trazida pelas notícias das lutas dos países africanos pela independência, mais especificamente daqueles de colonização portuguesa. Assim, poemas, textos jornalísticos, notícias sobre o empenho dos escritores africanos e da diáspora nas suas lutas específicas e naquelas que reuniriam africanos e seus descendentes compõem e tecem os fios, forjam os laços que motivarão os afro-brasileiros a impulsionar seus projetos e lutas contra a discriminação racial. (SOUZA, 2003, p. 33)

Percebe-se, com isso, que a literatura, nesses momentos, tornou-se um veículo carregado de função social. Aspectos culturais, peculiaridades dos povos

1. FONSECA, Maria Nazareth Soares. Presença da literatura brasileira na África de língua portuguesa. In: LEÃO, Ângela Vaz. **Contatos e ressonâncias: Literaturas africanas de língua portuguesa**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

brasileiro e africanos, seus sofrimentos, suas lutas, suas ideologias, sua oralidade, a busca por libertação são fatos que ficaram e estão a ser registrados.

Segundo Nonato (2018, p. 62):

“Unem-se os espaços históricos, políticos, sociais, culturais em produções literárias que deixam visíveis aspectos de uma África pouco conhecida para muitos. Produções que, por vezes, foram influenciadas pela literatura brasileira”.

Desse modo, nota-se que os estudos literários permitem fazer uma apreensão do mundo de maneira a desconstruir hierarquias, possibilitando dissipar preconceitos, abrindo espaço para uma África que, até bem pouco, era desconhecida no mundo literário.

E, ao haver possibilidade de investigações e estudos literários de produções africanas, pode-se ampliar estudos de povos que são partes da raiz do Brasil, se compreendendo e valorizando nossas culturas de formação e criando uma nova cultura relacionada aos povos de língua portuguesa em suas peculiaridades. Além disso, contorna-se então um panorama cultural dos países que possuem essa língua nativa, proporcionando discussões sobre o multiculturalismo de maneira mais veemente.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAS

A dedicação aos estudos da literatura africana e afro-brasileira viabiliza a compreensão de formação do povo brasileiro e das culturas africanas.

Por vários séculos referidas culturas ficaram submersas no esquecimento visto a prioridade dada aos estudos dos cânones da literatura brasileira e europeia.

A promulgação da Constituição de 1988 e da LDBEN 9.394/96, e sua modificação pela Lei 10.639/2003, permitiu que se abrissem espaços para que houvesse a correção de uma dívida que o país tinha para com os afro-brasileiros.

Ao se fazer estudos relacionados aos estudos literários africanos e afro-brasileiros asseguram-se a diversidade cultural e social. Ampliam-se os conhecimentos sobre um dos pilares de formação do povo brasileiro, valorizando-se culturas que foram silenciadas e ignoradas durante o processo colonial e imperial brasileiro.

Impõe-se, tão logo, a necessidade de consolidação de uma visão crítica em relação ao processo de formação do povo brasileiro e sua conseqüente formação e seus enfrentamentos diante da desigualdade social e processo exploratório da mão de obra escrava. Compreende-se que o racismo advém de aspectos culturais relacionados a subjugação e que, conhecer suas raízes, ressignificá-las e atribuir-lhes representações sociais diversas ajuda em seu combate. Desse modo, a língua portuguesa em si e suas assimilações, igualdades e diferenças também é aspecto

relevante ao tema.

Com isso, abre-se a possibilidade de, por via de discussões históricas e literárias, fazer-se uma investigação muito maior da formação cultural brasileira, angariando-se uma visão mais fidedigna de suas construções em diferentes âmbitos.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Iris Maria da Costa. *O universo literário africano de Língua Portuguesa como ferramenta para a efetivação da Lei 10.639/03*. In: AMÂNCIO, Iris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Míriam Lúcia dos Santos. Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. *Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, 2004.

CANAU, Vera Maria. *Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença*. In: Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

CANAU, Vera Maria. *Somos todos iguais: Escola, discriminação e educação em direitos humanos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Legislação Educacional Brasileira: o que você precisa saber sobre... 2*. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Literatura afro-brasileira: um conceito em construção*. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, nº. 31. Brasília, janeiro-junho de 2008, p. 11-23. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323127095001>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

GATTI, Bernadete A. *Formação inicial de professores para a educação básica: As licenciaturas*. In: REVISTA USP. São Paulo, n. 100, p. 33-46, DEZEMBRO/JANEIRO/FEVEREIRO 2013-2014. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1899/1899.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

GOMES, Nilma Lino. *A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03*. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANAU, Vera Maria (org.). Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOMES, Nilma Lino. *Diversidade étnico-racial e Educação no contexto brasileiro: algumas reflexões*. In: GOMES, Nilma Lino. Um olhar além das fronteiras: educação e relações sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NONATO, Gleides Ander. *Formação inicial de professores para a diversidade étnico-racial nas licenciaturas em Letras e Pedagogia em duas IES mineiras*. 2018. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais. Disponível em: <http://www.sistemas.pucminas.br/BDP/SilverStream/Pages/pg_ConstItem.html>. Acesso em: 29 jul. 2018.

SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira (org.). *São Paulo: O povo em movimento*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

SOUZA, Florentina. *Laços poéticos forjados pelo Atlântico negro*. In: LEÃO, Ângela Vaz. *Contatos e ressonâncias: Literaturas africanas de língua portuguesa*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

ASPECTOS CULTURAIS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PRESENTES NA LITERATURA MOÇAMBICANA: UMA ANÁLISE SOBRE JOÃO PAULO BORGES COELHO

Data de aceite: 12/05/2020

Patricia de Oliveira Rezende

Mestre pelo Programa de Pos-Graduacao em
Estudos de
Literatura da Universidade Federal Fluminense

RESUMO: o referido artigo versa sobre as contribuições de crônicas, reportagens jornalísticas, literatura e história na estruturação de elementos culturais e representações sociais sobre dada realidade. Para tanto, terá como referência o personagem histórico ficcional João Albasini retratado pelo autor moçambicano João Paulo Borges Coelho em seu livro *O olho de Hertzog*.

PALAVRAS-CHAVE: Historia. Ficcao. Mocambique. Joao Albasini.

CULTURAL ASPECTS AND SOCIAL REPRESENTATIONS IN THE MOZAMBICAN LITERATURE: AN ANALYSIS ON JOÃO PAULO BORGES COELHO

ABSTRACT: this article deals with the contributions of chronicles, journalistic reports, literature and history in the structuring of cultural elements and social representations about a

given reality. For that, it will have as reference the fictional historical character João Albasini portrayed by the Mozambican author João Paulo Borges Coelho in his book *O Olho de Hertzog*.

KEYWORDS: History. Fiction. Mozambique. Joao Albasini.

1 | INTRODUÇÃO

O referido artigo parte dos pressupostos apresentados na dissertação intitulada “O ficcional e o histórico na literatura de João Paulo Borges Coelho” apresentada ao Programa de Pos-Graduacao em Estudos de Literatura da Universidade Federal Fluminense – Mestrado em Estudos Literários.

A dissertação propôs-se a realizar uma reflexão sobre a fronteira entre o ficcional e o histórico na literatura de Joao Paulo Borges Coelho, autor moçambicano, nascido em 1955, vivo até a atualidade. Na ocasião, buscou-se investigar estratégias narrativas relacionadas a elaboracao de estruturas romanescas capazes de expandir e subverter a imagem revelada do passado através da literatura. Nesse artigo, serão apresentadas análises sobre a construcao do personagem Joao Albasini como recurso narrativo para

recuperação e inserção da história na trama romanesca de *O olho de Hertzog*.

2 | OS PAPÉIS DOS ALBASINIS: ENTRE O FICCIONAL E O HISTÓRICO

João Albasini, a figura histórica, foi um jornalista moçambicano, pioneiro no desenvolvimento da imprensa de Moçambique, iniciada na segunda metade do século XIX. Os jornais criados por ele e o seu irmão José Albasini – *O Africano* e *O Brado Africano* – foram de grande contribuição ao jornalismo e grande ferramenta para a publicação de textos dos principais escritores no início do século XX, servindo de incentivo ao momento inicial da literatura no país.

João dos Santos Albasini (ou *Nwandzengele* – seu nome em ronga) nasceu em 2 de novembro de 1876, no Magule, foi filho da aristocracia local, de mãe mulata, estudou em uma missão católica de Lourenço Marques. Estudou Direito em Lisboa, tornou-se caçador e negociante de marfim, e, posteriormente, chefe de uma comunidade changana no norte do Transvaal. Em 1861, tornou-se vice-cônsul de Portugal na República do Transvaal e, em 1868 doou suas terras ao governo português para a formação da colônia de São Luís. No entanto, a partir dessa mudança para o Transvaal até o fim de sua vida, em 1888, parece que havia perdido contato com a sua família pertencente ao primeiro casamento.

Em 1897, João dos Santos Albasini, o neto, casou-se com Bertha Carolina Heitor (Nwana-wa-tilu, também conhecida como Bondade) e teve dois filhos: Beatriz (Minyembeti) e Carlos Eduardo. O casamento durou 19 anos e, após o divórcio, Albasini escreveu diversas cartas não correspondidas a Michaela Loforte, que seriam publicadas em 1925, em um livro póstumo de crônicas e contos: *O livro da dor*. O escritor e jornalista moçambicano, já bastante conhecido pelos jornais publicados em sua época, morreu de tuberculose jovem, aos 46 anos, em 16 de agosto de 1922, em Lourenço Marques.

Vale lembrar que o jornalista João Albasini foi, antes de tudo, cronista, fato que lhe gerou algum prestígio. Abandonou suas reflexões de gabinete e revolucionou o jornalismo moçambicano, adotando a reportagem de maneira bastante própria, única e crítica. Quando ia atrás da notícia, estivesse ela nas ruas, nos ambientes miseráveis, no meio político, nos lugares da boemia ou qualquer outro espaço, lá ia o cronista investigar. Esse escritor do final do século XIX e início do XX, demonstrava uma grande consciência do papel da imprensa no mundo moderno. Ligado ao instante, prendia-se à matéria, delineando uma obra em construção, aberta, inacabada, como se fosse uma narrativa poética semanal, feita do imediato, do retrato do cotidiano urbano. Foi justamente a partir dessa combinação entre a vida literária e a imprensa, num momento de necessidade contínua de informações, que fez avançar a vinculação dos literatos aos jornais, que também se renovavam

tecnicamente. Como homem de letras que era, abarcou por toda a vida o jornalismo e foi considerado um dos primeiros grandes repórteres moçambicanos do período inicial do século XX.

Segundo os pesquisadores César Braga-Pinto e Fátima Mendonça:

O jornal *O Africano* (1908 – 1918) e *O Brado Africano* em sua primeira fase (1918-1938), ambos fundados por João Albasini, inserem-se no contexto de uma série de iniciativas reivindicatórias que se manifestaram isoladamente em diversas partes da África subsaariana, assim como dos emergentes movimentos intelectuais de afro-descendentes nas Américas, cujas idéias começavam a ser conhecidas também no continente africano. Desde o começo do século, nota-se um grande intercâmbio de idéias entre as elites de intelectuais negros nas colônias africanas e intelectuais da diáspora africana nas Américas e nas metrópoles europeias. (MENDONÇA; BRAGA-PINTO, 2014, p. 45)

É importante destacar que João Albasini fazia parte de uma nova categoria social integrada pelos assimilados que constituíam parte de uma elite mulata questionadora em relação à rigidez da estrutura colonial. Além disso, existiam muitos outros desafios tais como a escassez de papel impresso, a censura de autoridades portuguesas ou burocratas que se sentiam ofendidos por alguma publicação, a falta de meios de transporte para a circulação dos jornais, o reduzido número de leitores diante de uma maioria analfabeta e a diversidade de línguas:

Percebe-se assim que o ambiente intelectual em Lourenço Marques na virada do século era bastante diversificado, e nele a língua portuguesa predominava, embora não fosse a única empregada nos meios de comunicação. Historiadores têm notado que os primeiros jornalistas profissionais de Lourenço Marques teriam sido ingleses que escreviam para o público que passava por Lourenço Marques, cidade que na época ficara conhecida em inglês como “Delagoa Bay”. Muitos jornais da região eram publicados integralmente em inglês, a língua geralmente associada aos negócios, tais como *The Lourenço Marques Advertiser* e o anuário *The Delagoa Directory*. (...) (MENDONÇA; BRAGA-PINTO, 2014, p. 47)

João Albasini, sendo um profissional da imprensa, registrava não só as transformações e o cotidiano de Lourenço Marques quanto acontecimentos do país e do mundo. E para divulgar seus escritos, também optava por pseudônimos como disfarce, estratégias para a conquista de diversos leitores, multiplicava-se em algumas máscaras. Ainda de acordo com César Braga-Pinto e Fátima Mendonça:

(...) É nestes jornais que João Albasini desenvolve uma intensa actividade como jornalista e publica os editoriais e crónicas que o viriam a tornar famoso pelo seu carácter reivindicativo e polémico. Com seu estilo retórico poderoso, o cronista pugnava por direitos civis para os africanos. Muitos de seus textos não eram assinados, e alguns escritos sob pseudônimos, sendo os mais famosos João das Regras e Chico das Pegas. Consta nos seus obituários que, antes de fundar *O Africano* em 1908, teria colaborado para os jornais *Vida Nova* e *Diário de Notícias*. Em 1918, os fundadores do *O Africano* o venderam ao Padre Vicente do Sacramento, para logo em seguida fundarem *O Brado Africano*.

Em 24 de setembro de 1919, um ano antes de ser revogada a portaria do assimilado, João Albasini, já muito doente, deslocou-se a Portugal a bordo do vapor Beira para tratar da saúde e, segundo notícias da época, de “interesses

João Albasini, preocupado com questões vigentes do seu tempo, levava reais reivindicações a Lisboa para tratar de questões legislativas acerca da discriminação dos indígenas e assimilados.

Conforme os estudiosos Fátima Mendonça e César Braga-Pinto (2014), a partir do século XX, a publicação de periódicos nas colônias portuguesas em África passa a ser mais sólida, constante e com tiragens maiores, sem um exclusivo objetivo comercial ou colonial tão evidente. Os escritores desses jornais passam a ter reconhecimento como autores e ganham um público próprio.

Nessa sociedade moderna, ávida de informações, o uso político da imprensa visando manter o direcionamento das transformações, expandiram e desenvolveram a importância dos jornais; ampliaram-se os espaços onde os literatos podiam atuar e surgia aos poucos o típico profissional da imprensa. Somente no início do século XX, a partir de um misto híbrido de jornalismo e literatura, é que a crônica ganharia espaço nesse contexto, seria tão frequente nas publicações de João Albasini, que passou a virar uma marca nas publicações jornalísticas da época. Segundo o historiador Sidney Chalhoub:

Surgidas ao acaso, da espontaneidade de uma conversa, as crônicas teriam como uma de suas características primeiras a leveza. Ao tratar de temas diversos, alinhavados pela arte das transições, fariam dos pequenos acontecimentos sua matéria-prima privilegiada. Presos aos assuntos do dia, tais textos seriam efêmeros e passageiros, ligando-se de forma direta a seu tempo (...) Por não terem sido ‘escritas para a posteridade’, como apontou John Gledson, foram muitas vezes tomadas como textos ligeiros e sem importância, a serem esquecidos nas páginas dos jornais velhos”. (CHALHOUB, 2005, p. 9-10)

A crônica, como diálogo mais direto e estreito de temas e questões de seu tempo, delineava os contornos de um gênero que teria importância central na produção literária da época. Não se trata de um gênero tão leve e simples, o cronista tinha que buscar incessantemente os acontecimentos de maior divulgação e destaque, a fim de construir uma cumplicidade entre autor e leitor. Isso só se dava através de temas que permitissem a ambos uma discussão de questões de interesse desse público leitor. A leitura das crônicas exige uma atenção especial para interpretar o processo de sua elaboração narrativa e os escritores diários não separam o texto do contexto, tornando a crônica uma possível construção de realidade, passível de questionamentos e transformações. Um elemento peculiar desse tipo de narrativa que diverge de outros gêneros literários é a indeterminação.

3 | CRÔNICAS EM ÁFRICA

O campo temático, os objetivos da série, estão intrínsecos a discussões que o cronista deseja suscitar, sendo sempre vulnerável a situações do cotidiano que não

se pode avaliar com precisão. Há uma abertura da parte do escritor de criar novas identidades — pseudônimos — e estar sempre refletindo, de forma flexível, sobre pontos que queira modificar e redirecionar.

O interessante dessa flexibilidade do cronista, é a possibilidade de novas discussões a qualquer momento; em determinada coluna, por exemplo, ao identificar que determinado assunto já estava esgotado de questionamentos, propunha-se temas novos, o que era notório nos escritos de João Albasini. Ancorado no presente, partindo da observação do cotidiano que lhe fornecia os assuntos, o cronista não abria mão de testemunhar o seu tempo, de ser seu porta-voz. As crônicas, quase sempre, são respostas a certas perplexidades pessoais e sociais. Contudo, o jornalista moçambicano ainda ia além:

Como foi sugerido, mesmo não tendo até agora sua obra reunida, João Albasini não deixa de ser um escritor canônico e fundador de uma tradição das mais significativas dentro da história literária de Moçambique; (...) pode-se sem dúvida identificar uma linhagem que se insinua a partir da publicação do primeiro número de *O Africano* (...), chegando àqueles hoje considerados de maneira unânime como figuras verdadeiramente fundadoras da literatura nacional moçambicana, e que sem dúvida estão entre seus maiores expoentes: nomeadamente, os admiráveis poetas José Craveirinha e Noémia de Sousa. Confirma-se assim a partir da publicação d' *O Africano* uma rede ao mesmo tempo transnacional e trans-histórica de textos e ideologias, cujo significado só poderá ser compreendido a partir da leitura e estudo comparado de obras que em grande parte permanecem inéditas e dispersas em outros jornais. (MENDONÇA; BRAGAPINTO, 2014, p. 50-51)

É relevante ressaltar que *O Brado Africano*, fundado por João Albasini em 1918, também será um semanário e, da mesma forma que o jornal *O Africano*, publicará uma página em landim ou língua ronga, o que o tornou extremamente popular. No entanto, dessa vez, havia uma preocupação pontual em atingir especificamente o público mestiço e os raros negros alfabetizados, além de brancos que pudessem ter algum interesse por suas notícias, muitas vezes consideradas polêmicas. A importância desse jornal também será incontestável para a imprensa de Moçambique:

O Africano e o *O Brado Africano* funcionaram por isso como veículo de um contra-discurso retórico de resposta a esse aparelho jurídico o qual viria a consagrar-se no Acto Colonial em 1930. Foi talvez este o único período em que, na generalidade, a Imprensa, independentemente dos seus interesses de grupo e da sua proveniência ideológica - maçónica anarco-sindicalista ou protonacionalista -, se posicionou de forma crítica relativamente ao governo (local ou central), cujo poder se fazia sentir nas diversas leis. (MENDONÇA; BRAGA-PINTO, 2014, p. 22)

No fundo, uma das grandes contribuições de João Albasini foi a de demonstrar que se pode transformar tudo que está à nossa volta em objeto de literatura, de jornalismo e de História, o seu olhar próximo ao mundo miserável, foi uma profunda denúncia de uma sociedade moçambicana pouca disposta a refletir às reivindicações

levantadas pelo jornalista.

Na concepção do cronista, para a compreensão da real identidade de sua cidade era preciso caminhar por um mundo ocultado pelo processo de urbanização. Não simplesmente para contrapor ao mundo do luxo burguês, mas para revelar o lado oprimido e sofrido do novo tempo e para descobrir o cotidiano e a alegria de viver dos populares que mantinham sua cultura e hábitos singulares.

Sendo assim, João Albasini foi reconhecido como o primeiro jornalista relevante de Moçambique, autor de obra literária que divide fases na construção da literatura moçambicana e grande divulgador dos primeiros escritores do país. Como sujeito bastante atuante politicamente, defendeu ferozmente a cidadania do mulato e do indígena, demonstrou preocupações com as questões de gênero, ao refletir sobre o papel social da mulher, e valorizou enfaticamente a educação como mola propulsora da formação de uma outra sociedade e civilização.

Albasini realizou ainda a denúncia de diversos desajustes sociais. Em suma, em suas crônicas, trazia à tona reflexões de seu tempo sobre uma série de elementos legislativos, até então desconhecidos pela maioria, em uma descrição minuciosa de “um mundo invisível” a muitos que ganha destaque e atenção em seus jornais.

4 | O OLHO DE HERTZOG

Após este breve estudo histórico sobre a vida do escritor e jornalista João Albasini, analisaremos o seu papel ficcional em *O olho de Hertzog*, de João Paulo Borges Coelho (COELHO, 2010). É relevante ressaltar, no entanto, que embora este não tenha sido o protagonista da obra — e sim Hans Mahrenholz ou Henry Miller — a sua participação foi fundamental para a compreensão histórica, cultural e geográfica não exatamente de Lourenço Marques, em Moçambique, mas também de outros espaços desconhecidos do leitor, onde até mesmo Portugal, por exemplo, seria quase um acaso ali.

Vale lembrar, também, que o romance não se propõe a ser a continuação de fatos históricos, levando o leitor a apreender representações multifacetadas do real. O autor da obra literária em questão parece lançar-nos algumas perguntas pontuais, um tanto quanto complexas e filosóficas para respondê-las: O que é, então, a realidade? Há uma outra verdade? O que é o contar? Todos os relatos dos personagens em *O olho de Hertzog* (COELHO, 2010) parecem ser inacabados, desfiados e pouco amarrados na trama construída por João Paulo Borges Coelho.

No início da narrativa, após os conflitos de guerra apresentados, o controverso e conhecido coronel Glück envia uma missão a Hans Mahrenholz: recuperar um diamante perdido. A partir dessa relação pessoal de confiança estabelecida em

campo de batalha, o alemão viaja pela primeira vez à Lourenço Marques, na identidade do jornalista inglês Henry Miller, estratégia para poder se aproximar de João Albasini, única referência para a sua chegada em Moçambique. Entretanto, na construção dessa interação entre os dois últimos, Hans só tem o específico interesse pela investigação que o levou para aquele lugar, nada mais além disso.

Hans o tempo todo procura relembrar as recomendações de Glück, porém, descobrir a identidade de Albasini passa a suscitar, ao menos, a curiosidade do alemão, em um território em que as questões étnicas são um tanto quanto complexas para a compreensão de um europeu ainda distanciado da realidade de vida dos povos das colônias africanas.

Para compreender essa realidade sob os olhos do alemão Hans Mahrenholz, o leitor perambula pelas ruas de Lourenço Marques, na exclusiva companhia de Albasini, e enxerga através de um olhar mais sensível e humanizado do narrador a desigualdade explícita dos trabalhadores que dão vida e contorno à formação daquela cidade. O jornalista mestiço, rebelde e crítico dos problemas sociais assume grande importância na narrativa não só por conta do jornal, mas também dos laços estreitos de amizade que vão sendo construídos lentamente entre os dois.

Hans começa a se cobrar, precisa, de alguma forma, legitimar a identidade do inglês Henry Miller, contudo, é necessário que seja mais próximo e agradecido à única referência de contato confiável estabelecido naquela cidade, onde cada espaço percorrido o intrigava e surpreendia a todo instante.

A veia histórica de João Paulo Borges Coelho, assim como a teia de informações e reflexões tecidas através do histórico e ficcional de João Albasini e o seu periódico, é marcante na caracterização da narrativa. Outra questão também peculiar na obra são os diversos recortes de fragmentos de anúncios comerciais da época, frequentemente desconexos e escritos em diferentes línguas, como o português, o francês, o inglês e até a língua ronga, dependendo da localização do lugar.

Em contraponto, fica evidente o quanto a memória de cada personagem pode construir e reconstruir os espaços de identidades recortadas e soltas no decorrer da história. Ao mesmo tempo que Hans já parece percorrer todos os lugares apresentados em Lourenço Marques, o foco do seu olhar ainda é cumprir a sua missão pessoal, parece que o protagonista ainda não estabeleceu uma relação de pertencimento ao ambiente explorado e nem quer aprofundar laços naquela cidade.

Somente no momento em que Albasini encontra o seu espaço de trabalho destroçado, se dá conta de sua participação quase direta na investigação do diamante, só restando a Hans esclarecer a real situação e, finalmente, revelar a sua verdadeira identidade.

Aqui fica evidente a dependência de Hans e a sua disposição em buscar a

amizade de Albasini, momento ficcional misturado ao imaginário histórico-cultural daqueles anúncios e ruas pertencentes a Lourenço Marques. Vale lembrar que essas inúmeras formas de propaganda se destacam na narrativa como um todo; há uma noção, em várias situações do romance, do excesso de reclames espalhados pela cidade, reveladores do crescimento urbano desordenado. História e Literatura no mesmo universo ficcional.

Quando Hans chega em Moçambique, tudo é novo, depende do apoio do povo africânder, de João Albasini e dos rumos da própria História de Moçambique, todavia o alemão se depara com personagens que também escondem a própria trajetória de vida, cada interlocutor relata o seu olhar diante dos mesmos acontecimentos. O que essa passagem revela é que ao longo do tempo Hans passa a escolher essa dependência construída com o jornalista — que inesperadamente também se revela como sujeito de ambiguidades —, ao mesmo tempo em que se desfaz de outras dependências.

João Albasini, através de vários heterônimos, assumia diferentes identidades sociais de acordo com o contexto apresentado e o público-alvo que quisesse atingir. O jornalista, em meio às contradições, procurava se flexibilizar para ser ouvido, por meio de uma escrita que variava entre a formalidade e a informalidade, preocupação, ou até mesmo uma despreocupação proposital, em relação às regras gramaticais da língua portuguesa.

Esse enfoque histórico do livro traz registros essenciais para a compreensão real sobre a política adotada pelo jornal de Albasini, em protesto à discriminação para com assimilados. Retoma uma reflexão contundente da estrutura do sistema colonial e as distâncias e aproximações entre culturas e povos, e o lugar social de cada um dentro dessa realidade: “Finalmente, não será até a sua raça — nem branco nem preto — ela própria uma ambiguidade?”(COELHO, 2010, p. 383).

Diante das contradições de cada um, a amizade entre Hans e Albasini estabelece-se de fato, sem mais questões, provavelmente a única história consolidada em um emaranhado de outras histórias no romance de João Paulo Borges Coelho.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas das passagens referentes as personagens do livro ‘O olho de Hertzog’ decorrem de algum conhecimento proveniente das histórias vividas e narrativas de sujeito histórico representado por João Albasini. Tais narrativas acabam por perdurar em imaginário histórico-cultural, revelando identidades por meio da literatura e do escritor e historiador moçambicano João Paulo Borges Coelho.

A produção literária e registros jornalísticos de Albasini, trazem à tona

reivindicações ricas para um espaço de reflexões sobre a condição colonial, além de tornar visível um novo significado àquele espaço, outrora de muitos silêncios. A memória de Albasini apresenta-nos uma espécie de denúncia sobre a situação de vida de trabalhadores, massacrados pela miséria e condições precárias de trabalho em detrimento ao domínio do espaço urbano, excludente socialmente e etnicamente. O editorial do jornalista moçambicano, não deixava passar despercebido nenhum tipo de notícia sobre o universo de trabalhadores que viviam à margem dessa sociedade.

Entre entraves profissionais e pessoais, Albasini revelou em sua escrita uma espécie de arma de defesa e acusação de fatos silenciados por muitos outros jornais de sua época. O jornalista explorava todos os espaços e conhecia de perto o cotidiano e realidade dos trabalhadores, o próprio *O Brado Africano* se destacava por ter um editorial bastante peculiar, crítico, irônico e polêmico para o olhar da maioria da colônia portuguesa.

Sua obra auxilia na percepção das mudanças na cidade, na identificação dos mistérios da religião, das artes e das tradições populares, que desapareciam por ação de um projeto de urbanização. Tenta captar todas as experiências de vida, em um tempo tão turbulento do pós-guerra, de mudanças sociais. O escritor trazia à tona a questão étnica, tão relevante naquele contexto. Surpreende, em seu texto, a particularidade do feminino em tempos sem espaço para qualquer tipo de discussão de gênero, seu retrato da degradação e miséria gritantes

O misto Albasini histórico e ficcional, se desenha pelas personagens presentes em *O olho de Hertzog* (COELHO, 2010). Estrutura-se por alguma lógica e unidade, dentro de uma diversidade de identidades alinhavadas por João Paulo Borges Coelho, cujo papel de criação — por mais amplo, criativo e bem construído que seja — delimita-se na própria história. Há um recorte da complexidade do mundo real. Ainda assim, Albasini destaca-se no entre-lugar, já que é um personagem repleto de contradições, entre a frágil fronteira da realidade e da ficcionalidade. Sendo assim, o jornalista não poderia ser representado em sua totalidade no romance moçambicano, mesmo diante das transcrições de publicações reais dos seus escritos em vida, em outro tempo e espaço.

Contraditoriamente, o leitor empírico ainda permanece em uma posição diferente dessa análise, e, embuído pelo encanto da ficção, acredita que aqueles personagens certamente viveriam o real, tal qual vivemos a história narrada. O valor da criação artística estaria também na interpretação, transformação dessa realidade e capacidade do escritor de reinventar, por exemplo, uma biografia, como a do jornalista Albasini, seguida de uma nova rede de relações desenvolvidas ao seu redor, dentro do plano ficcional. Provavelmente, se João Paulo Borges Coelho fixasse o seu trabalho estritamente nos documentos do plano real, o romance

perderia o seu caráter por essência, embora a narrativa moçambicana, em estudo, seja marcada justamente por transitar entre a história e as histórias fictícias construída pelo autor.

Em consequência, um personagem bem fundamentado em pesquisas possui uma credibilidade e originalidade singulares, mais amplas que a própria vida aos olhos do leitor. Nesse contexto, Antonio Cândido destaca um questionamento relevante:

No processo de inventar a personagem, de que maneira, o autor manipula a realidade para construir a ficção? A resposta daria uma ideia da medida em que a personagem é um ente reproduzido ou um ente inventado. Os casos variam muito, e as duas alternativas nunca existem em estado de pureza. (CANDIDO, 2009, p. 62)

O escritor, por mais empenhado e determinado que seja, não está apto para apreender o real em sua integridade, e a vida nas particularidades de cada ser; somente o poder de readaptação, transformação e seleção de fragmentos dessa realidade seriam, provavelmente, as estratégias viáveis para a produção de um romance histórico, como a narrativa em estudo de João Paulo Borges Coelho, no qual a ficcionalização e o mundo próprio criado pelo autor são mais relevantes. Ainda, conforme Antonio Cândido: “Neste mundo fictício, diferente, as personagens obedecem a uma lei própria. São mais nítidas, mais conscientes, têm contorno definido, — ao contrário do caos da vida — pois há nelas uma lógica pré-estabelecida pelo autor, que as torna paradigmas e eficazes” (CANDIDO, 2009, p. 63).

Vale ressaltar que a obra literária, em foco, não é uma continuação do real, assim como não se propõe a trazer para o leitor uma representação definitiva sobre qualquer sujeito histórico, tempo ou espaço; há mesmo uma representação multifacetada do real, descortinada através das memórias dos personagens, ou seja, o romance transforma a vida.

Nesse sentido, em uma entrevista feita com João Paulo Borges Coelho, pela pesquisadora Rita Chaves, o próprio autor traz uma importante reflexão sobre a linha tênue entre a atividade literária e a atividade de historiador, nas quais o escritor moçambicano transita:

Certamente que haverá traços da actividade de historiador na minha prática literária: no talvez excessivo rigor na localização do espaço-tempo das tramas, nas estruturas causais das explicações etc. Todavia, não vejo a literatura como complemento do discurso histórico (“dizer pela ficção aquilo que a história não seria capaz de dizer”), longe disso! Pelo contrário, procurei a literatura como quem procura, não a complementariedade, mas o contraste. A história está sujeita ao paradigma da verdade, procura ser objectiva, ao passo que a literatura está mais próxima da imaginação e da intuição. Certamente que a imaginação também joga um papel fundamental da prática historiográfica, mas trata-se de uma imaginação responsável, freada, que se solta para logo em seguida a procurarmos controlar. (COELHO *apud* CHAVES, 2009, p. 153)

João Paulo Borges Coelho é um historiador que conhece bem a História de Moçambique e os diferentes modos de demonstração da cultura moçambicana, e através de personagens históricos, assim como João Albasini, tenta resgatar memórias no espaço da literatura, capazes de refletir no momento presente e passar por marcos relevantes do país. A propósito, a cidade de Lourenço Marques, em *O olho de Hertzog* (COELHO, 2010), parece sugerir temas ao jornalista da narrativa, cujo trabalho propiciava uma especial entrega a um estudo minucioso de observação das ruas, a fim de lhes descobrir sua essência. Nesse ínterim, o leitor do romance teve a oportunidade até de apreciar alguns fragmentos de crônicas reais, escritas em vida pelo Albasini histórico.

Sob esse aspecto, dentro do romance de João Paulo Borges Coelho, a imprensa de Albasini representaria como uma das molas propulsoras para a cultura, o que se publicava seria importante pela provocação do debate e, de certa forma, fragmentos de transcrições das crônicas da época também seriam formas de recuperar, para o leitor, parte desse passado.

Em linhas gerais, o percurso profissional de João Albasini e enfrentamentos em torno da legislação discriminatória sobre os indígenas e os assimilados, entre outros acontecimentos, são fatos que aparecem de maneira tão espontânea na narrativa, que o leitor nem percebe se há uma outra verdade, ou como o dado factual é desfigurado dentro da metaficção historiográfica de João Paulo Borges Coelho.

Nesse ínterim, a pesquisadora Elena Brugioni traz uma relevante contribuição para esse estudo, ao elaborar uma análise bastante particular para a relação entre o real, o ficcional e a memória, em *O olho de Hertzog* (COELHO, 2010):

É ainda por via desta estratégia narrativa que a dicotomia entre verdade e ficção é ultrapassada, configurando o texto literário como um lugar de resgate da História e, sobretudo, como um espaço de enunciação da memória. Aliás, a questão que concerne a dimensão epistemológica que se prende com a prática de construção de uma cultura histórica, antes salientada pelo próprio autor, representa um eixo crítico matricial deste texto. A este propósito, as categorias cruciais são, sem dúvida, as que remetem para constelações críticas e conceptuais tais como público/privado, história/memória, objectividade/ testemunho proporcionando uma reflexão teórica e epistemológica complexa no que concerne a escrita literária e os seus desdobramentos numa dimensão cultural e política contextual e situada. (BRUGIONI, 2012, p. 394-395)

Diante desse apontamento, qual seria, afinal, a função de João Albasini na trama? Tal personagem, criado por João Paulo Borges Coelho, foi fundamental para o encadeamento dos fatos no romance, um dos porta-vozes de seu tempo, das contradições do sistema colonial e das fragilidades da presença portuguesa não só em Moçambique, mas em outros territórios africanos, em um contexto ainda mais amplo, assim como a própria figura histórica de Albasini, simbólico na História de Moçambique. Através do jornalismo, muitas de suas críticas contundentes

ganharam alguma visibilidade, gerando debates significativos sobre a queda de projetos sociais e políticos, bastante silenciados na sociedade colonial.

O autor moçambicano parece reorganizar elementos identitários singulares da figura histórica de Albasini, a fim de reconstruir o personagem no texto literário; espaço onde a História e a memória se fundem. O que é importante ressaltar sobre essa dualidade entre a figura histórica do jornalista moçambicano e o personagem do romance, são as memórias das publicações, para que o leitor possa apreender muito mais acerca do recorte histórico de tempo e espaço na obra literária. Para Myrian Sepúlveda dos Santos: “Escrever sobre a memória é escrever, por um lado, sobre a relação entre indivíduo e sociedade e, por outro, sobre a relação entre passado, presente e futuro” (SANTOS, 2012, p.196). Desta forma, o Albasini histórico não se encerra naquele período colonial, pois o personagem ainda dialoga, neste instante, com o indivíduo — leitor.

Constatamos, assim, a relevância em pensarmos o quanto a visibilidade de jornalistas mestiços, qual João Albasini, representam uma realidade peculiar no período colonial moçambicano. E é preciso registrar que para o crítico literário Homi K. Bhabha:

O afastamento das singularidades de “classe” ou “gênero” como categorias conceituais e organizacionais básicas resultou em uma consciência das posições do sujeito – de raça, gênero, geração, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual – que habitam qualquer pretensão à identidade no mundo moderno. O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade. (BHABHA, 1998, p. 19-20)

A busca da identidade na diferença, revela muitas culturas, assim como Albasini e as denúncias publicadas em seu jornal sobre as questões de gênero, étnicas, entre tantas outras discussões sociais e políticas debatidas em discursos originais e únicos. O personagem Albasini dialoga, na narrativa, sobre a sua preocupação a respeito de todos terem um sentimento de unidade, de identificação pelo sofrimento comum, em um mesmo coletivo de marginalizados da colônia moçambicana, ainda que cada um carregue sua história pessoal de vida.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BRUGIONI, Elena. “Resgatando Histórias Épica Moderna e Pós-Colonialidade: uma Leitura de *O Olho de Hertzog*, de João Paulo Borges Coelho”. In: BRUGIONI, Elena; PASSOS, Joana;

SARABANDO, Andrea; SILVA, Marie-Manuelle (Org.). *Itinerâncias: Percursos e Representações da Pós-Colonialidade*. Braga: Universidade do Minho, 2012.

CÂNDIDO, A. "A Personagem do Romance". In: CÂNDIDO, A; GOMES, Paulo Emílio S; PRADO, Décio de A; ROSENFELD, A. *A Personagem de Ficção*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.

CHAVES, Rita. "Entrevista com João Paulo Borges Coelho." In: *Via Atlântica* (Ensaio sobre trabalhos de João Paulo Borges Coelho e sobre o escritor) / Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – n. 15 e 16 (2009) – São Paulo: Departamento, 2009.

COELHO, João Paulo Borges. *O olho de Hertzog*. Alfragide: Editora Leya, 2010.

CHALHOUB, Sidney, Neves, Margarida de Souza e Pereira, Leonardo Affonso de Miranda (organizadores). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

MENDONÇA, Fátima & BRAGA-PINTO, César. *João Albasini e as luzes de Nwanzengele*. Maputo: Alcance Editores, 2014.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2ª edição, 2012.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A CAPOEIRA, CONSTRUINDO A ESCOLA: ANÁLISE DO DISCURSO DA CANÇÃO “DONA ISABEL”, DO MESTRE TONI VARGAS”

Data de aceite: 12/05/2020

Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro
URCA

Grupo de Estudos em Discurso, Cultura e
Identidades – DISCULTI
claudiarejanep@yahoo.com.br

RESUMO: Esse artigo apresenta possíveis contribuições da capoeira para o universo escolar. Para tanto, contempla alguns pressupostos da Escola Francesa, aqui representada por Foucault. Considera ainda as normas do Ministério da Educação e da UNESCO, que reconhece a capoeira como patrimônio imaterial da humanidade, como fonte de saberes e parte da bibliografia pertinente ao tema.

PALAVRAS-CHAVE: Capoeira, Ensino-aprendizagem, Escolas, Educação, Patrimônio.

**SOCIAL REPRESENTATIONS ABOUT
CAPOEIRA, BUILDING THE SCHOOL:
ANALYSIS OF THE SPEECH OF THE SONG
“DONA ISABEL”, BY MESTRE TONI VARGAS”**

ABSTRACT: This article presents possible contributions of capoeira to the school universe.

To this end, it will present some assumptions of the French School, represented here by Foucault. It also considers the norms of the Ministry of Education and UNESCO, which recognize capoeira as an intangible heritage of humanity, as a source of knowledge and part of the bibliography relevant to the theme.

KEYWORDS: Capoeira, Teaching-learning, Schools, Education, Heritage.

1 | INTRODUÇÃO

A Capoeira é uma expressão cultural brasileira que congrega arte marcial, esporte, cultura popular e música. Foi desenvolvida nas senzalas brasileiras como forma de resistência dos escravos à violência dos senhores e capitães do mato. O que a distingue das outras artes marciais é a sua musicalidade. Praticantes desta arte, aprendem não apenas a lutar e a jogar, mas também a tocar os instrumentos e a cantar.

Em 24 de novembro de 2014, a Roda de Capoeira recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO. Além disso, é hoje a grande embaixatriz da língua portuguesa brasileira no exterior, com muitos grupos presentes em diversos países.

Apesar de todo esse reconhecimento internacional, diversas instituições brasileiras ainda não reconhecem seu valor cultural e as inúmeras possibilidades de aplicação pedagógica transdisciplinar de suas canções.

Nessa perspectiva, pois, esperando modestamente contribuir com a mudança desse quadro, procedemos uma análise da letra da canção “Dona Isabel”, do Mestre Toni Vargas, no intuito de exemplificar possibilidade de abordagem dos mecanismos linguísticos e históricos mobilizados na construção da ideia de “abolição”. Como base da referida análise foram considerados os fundamentos teórico-metodológicos da Escola Francesa aqui representada por Foucault (1996;1997;1999

Tal propósito corrobora ainda com a aplicabilidade da Lei 10.639/03 que estabelece o ensino de história e cultura afro-brasileira, por meio de temas como história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional como parte dos conteúdos pertinentes a formação básica.

De acordo com o texto, o ensino deve se basear nos seguintes princípios: consciência política e histórica da diversidade, fortalecimento de identidades e de direitos e construção de ações educativas de combate ao racismo e às discriminações. Os conteúdos devem ser ministrados de forma transversal em todo o currículo, em especial nas áreas de artes, literatura e história.

Tal perspectiva coaduna-se também com as orientações para o ensino da língua materna no Brasil. As Orientações Curriculares Nacionais do Brasil (2006, p. 36), documento conhecido como “PCNs +”, atesta para a área de linguagens e códigos que: “[...] o objeto de ensino privilegiado são os processos de produção de sentido para os textos, como materialidade de gêneros discursivos, à luz das diferentes dimensões pelas quais eles se constituem”.

É, portanto, com raiz em tais pressupostos, que analisaremos modalidades do cancionário capoeirista com fins a demonstrar as inúmeras possibilidades de trabalhos que lhes perfazem.

2 | MESTRE TONI VARGAS: O POETA GUERREIRO DA CAPOEIRA

A raça negra não nasceu para ter senhor
Minha alma é livre o berimbau me libertou
(Mestre Toni Vargas)

Antonio César de Vargas nasceu em 5 de abril de 1958. Começou a jogar capoeira em 1968 com o mestre Rony (do Grupo Palmares de Capoeira). Depois foi aluno do mestre Touro, do grupo Corda Bamba, onde obteve Cordel Azul. Em 1977 ingressou no grupo Senzala como aluno do mestre Peixinho, com o qual obteve o cordel vermelho em 1985. É formado em Educação Física com Pós-graduação

em dança pela UFRJ. Mestre de Capoeira, professor de Educação Física, poeta, músico, compositor e educador, desenvolve um trabalho com crianças, sendo coordenador de uma instituição de educação infantil. Participou de diversos discos e tem várias músicas gravadas, como “Salve Obaluaiê”, 2006, “Liberdade”, 2007, “Quadras e corridos”, 2009. Mestre Toni Vargas é reconhecido pela comunidade da capoeira como um dos maiores poetas dessa arte, tendo sido homenageado pela Superliga Brasileira de Capoeira em Curitiba no ano 2000. Além da beleza poética, rítmica e melódica das suas canções, as letras trazem temáticas relacionadas ao questionamento das relações sociais e da situação do negro brasileiro desde o período escravista até as questões atuais.

A canção “Dona Isabel” é a primeira faixa do repertório do *compact disc (CD)* “Liberdade” de 2007. Canção extremamente executada nas rodas de capoeira do Brasil e do exterior. Foi selecionada para análise, por ser uma canção que, por si, já traz a possibilidades de reflexão sobre os temas que aborda. Além disso, a canção, traz na sua letra, uma questão cara à historiografia brasileira e ao ensino: a forma de contar a história da abolição da escravidão.

A historiografia oficial, por meio livros didáticos atribui, muitas vezes, à Princesa Isabel, cognominada de “A Redentora”, o protagonismo do fim da escravidão. Pesquisas posteriores demonstraram que no momento em que a Lei Áurea foi promulgada, restava não mais que 5% de pessoas oficialmente escravizadas e que a promulgação da lei, mormente, ocorreu por pressão da comunidade econômica internacional representada pela Inglaterra em virtude de seus interesses monetários e não por beneplácito da elite branca brasileira.

3 | A CAPOEIRA E A MULTIPLICIDADE DAS CANÇÕES

A Capoeira, além de ser uma luta de resistência e jogo, é também: “defesa, ataque, é ginga no corpo, é malandragem” (canção anônima). Além de possuir dimensão cultural muito forte relacionada a dança, malemolência e musicalidade.

As canções, antes anônimas, transmitidas apenas pela oralidade, hoje contam com as tecnologias do registro em CDs, vídeos e meios eletrônicos outros disponíveis, o que fortalece a figura do autor/compositor e a transmissão dessa cultura a novas gerações.

Nessa arte, tem-se uma gama variada de estilos musicais, como por exemplo, os corridos, as quadras, as chulas e as ladainhas. Vejamos quais campos sensoriais são implicados em tais ritmos:

Corrido: São cantos responsoriais, cantigas com versos curtos e simples, os quais são repetidos e usados como refrão pelo coro- esse aqui representado

por todos os participantes da roda de capoeira. O texto cantado, pode ser oriundo de uma quadra, de uma ladainha ou de uma chula, entoado a partir de toques mais acelerados. As temáticas referem-se ao passado, à memória da capoeira ou a cenas da vida cotidiana. No corrido, não há a preocupação com uma narrativa, as frases são enunciadas quase que aleatoriamente. Exemplo:

Cantador: Ai ai Aidê
Joga bonito que eu quero aprender
Coro: Ai ai Aidê
Cantador: Como vai como passou
Como vai vosmecê
Coro: Ai ai aidê
Cantador: Joga bonito que eu quero ver
Coro: Ai ai Aidê

Quadra: Estrofe de quatro versos simples cujo conteúdo varia. Pode fazer brincadeiras com algum comportamento de algum companheiro de jogo, pode fazer advertências, falar de lendas, fatos da capoeira ou figuras importantes da capoeira. Normalmente as quadras terminam com uma chamada ao coro que pode ser: camaradinho, camará, volta ao mundo, aruandê, dentre muitas. Ex:

A palma estava errada
Bimba parou outra vez
Bata esta palma direito
A palma de Bimba é um, dois, três. (Repete refrão)

Chula: é uma cantiga curta, normalmente feita de improviso, que faz alguma apresentação ou identificação. É entoada pelo cantador para fazer a abertura de sua composição. Normalmente faz uma louvação aos seus mestres, a origens. Pode ainda invocar culto a fatos históricos, lendas ou algo que diga respeito à roda de capoeira. É comum aos cantadores da roda usarem a chula como introdução para os corridos e ladainhas e, durante a mesma, é sugerido um refrão para o coro cantar¹. Ex:

“Luta que era o maculelê
Virou dança para não morrer
Capoeira, Cruzeiro, Cerrado
Roda aberta pra quem quer jogar
O meu mestre quer ver você balançar”

Cântico: é entoado na Roda de Capoeira tradicionalmente. Deve ser cantada por um Mestre - o mais velho e/ou mais considerado. Nesse último caso, a escolha

1. As informações aqui vinculadas foram inferidas do site: <http://capoeiranovagera.blogspot.com/2011/12/corridos-quadra-chula-e-ladainha-musica.html>

Nesse podem ser ainda conferidas outras entoadas e expressões relacionadas a capoeira.

passa pela autorização do Mestre da Roda que escolhe o capoeirista que vai “fazer um jogo” ao “pé do Berimbau” embalado por tal ritmo.

Ladainhas: trazem em seu bojo: a história da Capoeira e de seus grandes personagens; concepções de mundo; orientações a algum aprendiz, etc. Segundo os “Velhos Mestres” da Bahia, enquanto a Ladainha está sendo cantada, não se realiza nenhum “jogo físico”. É necessário aproveitar esse momento concentrando-se no entendimento da(s) mensagem(ns) que nela está(estão) contida(s).

É um ritmo lento, sofrido, dolente. É como uma reza, uma oração muito parecida com as que são feitas na igreja em louvor. O conteúdo de uma ladainha corresponde a uma oração longa e desdobrada pelo cantador em versos entremeados pelo refrão repetido pelo coro.

As ladainhas são cantadas antes do jogo. Os participantes da roda devem ficar atentos ao cantador, pois na ladainha pode ser feito um desafio e, quando esse for dado, se inicia o jogo. Qualquer um pode ser chamado nesse desafio. Na ladainha, sempre, conta-se uma história. Geralmente, sem a resposta do coro, que participa apenas no momento que o cantador acaba a história, entoando dizeres como “lê vamos simhora/lê é hora é hora” e assim por diante, até chegar em expressões como “dá volta ao mundo”.

Nota-se, tão logo, que as ladainhas se dividem em duas partes: uma falada e outra cantada. Apresentam, inclusive, fatos de nossa história conforme veremos na canção abaixo:

Dona Isabel
Mestre Toni Vargas

Código Penal da Republica dos Estados Unidos Do
Brasil
Decreto numero 847
De 11 de outubro de 1890
Capítulo 13
Dos vadios e capoeiras

Artigo 402
Fazer nas ruas e praças públicas
Exercícios de agilidade e destreza corporal
Conhecido pela denominação “Capoeiragem”
Andar em correrias com armas e instrumentos
Capazes de produzir lesão corporal
Provocando Tumulto ou desordem
Ameaçando pessoa certa ou incerta
Ou incutindo temor de algum mal
Pena: De Prisão celular de 2 à 6 meses

Parágrafo único
É Considerável circunstancia agravante
Pertencer o capoeira a algum bando ou maúrea
Aos chefes ou cabeças
Se em porá pena em dobro

lêê

Dona Isabel que história é essa?
Dona Isabel que história é essa
Oi ai ai!
de ter feito abolição?
De ser princesa boazinha que libertou a escravidão
To cansado de conversa
to cansado de ilusão
Abolição se fez com sangue
Que inundava este país
Que o negro transformou em luta
Cansado de ser infeliz
Abolição se fez bem antes
E ainda há por se fazer agora
Com a verdade da favela
E não com a mentira da escola
Dona Isabel chegou a hora
De se acabar com essa maldade
De se ensinar aos nossos filhos
O quanto custa a liberdade

Viva Zumbi nosso rei negro
Que fez-se herói lá em Palmares
Viva a cultura desse povo
A liberdade verdadeira
Que já corria nos Quilombos
E já jogava capoeira

lê! viva Zumbi
(lêê Viva Zumbi, Camará)
lê! Rei de Palmares
(lêê Rei de Palmares, Camará)
lê! Libertador
(lêê Libertador, Camará)
lê! Viva Meu Mestre
(lêê Viva Meu Mestre, Camará)
lê! quem me ensinou
(lêê quem me ensinou, camará)
lê! A Capoeira
(lêê a Capoeira, Camará)²

Em sua parte falada, a referida ladainha, faz citação literal do Código Penal de 1890, em seu Capítulo XIII, livro III - Das contravenções em espécie, que tratava “dos vadios e capoeiras” em seu artigo 402. Período em que a “capoeiragem” era tipificada como contravenção penal e proibida de ser realizada nas ruas. As prisões não eram realizadas somente mediante flagrante. O fato de ser capoeira já era motivo para prisões, o que ocasionou também os apelidos dos praticantes. Somente na década de 1930 a capoeira foi descriminalizada.

Nesse sentido, é interessante compreender o significado da citação literal do Código. No contexto em tela, adquire o sentido de denúncia das condições do negro naquele período. A atividade, por estar associada aos negros, era criminalizada e implicava em penalidades, que não eram pequenas. Envolviam muitas chibatadas e um período de trabalho forçado em locais afastados das cidades.

Na segunda parte da ladainha citada, percebe-se a expressão: iêeeeeee. Essa expressão, muitas vezes, abre as ladainhas cantadas no jogo de Angola. Serve

2. A letra da canção, dentre outras pode ser conferida no site: <https://www.letras.mus.br/mestre-toni-vargas/353001/>

para atrair as energias positivas, a atenção das pessoas. Funciona ainda como uma bênção inicial para que os capoeiristas façam um bom jogo.

A ladainha, no caso em análise, segue sendo construída com base em um enunciador que interpela uma senhora pelo pronome de tratamento seguido de seu nome: Dona Isabel. O texto assume um tom de questionamento crítico quando o sujeito-enunciador interpela o coro utilizando a forma diminutiva que, no contexto, adquire um tom irônico: “Dona Isabel que história é essa de ser princesa “boazinha” que aboliu a escravidão”. A informação de uma abolição concedida é criticada ainda com a contraposição feita na frase subsequente da ladainha que afirma: “Abolição se fez com sangue que inundava este país/Que o negro transformou em luta/Cansado de ser infeliz”.

Para compreender o jogo entre verdade e mentira, estabelecido em seguida, recorremos a Foucault (1996;1997;1999) em suas análises sobre os mecanismos de produção de verdades históricas.

Para o autor, as verdades universalmente atribuíveis ao sujeitos, nos termos do conhecimento científico, são, em última instância, efeitos de verdade ou “vontades de verdade” produzidos por mecanismos estratégicos de poder presentes nas práticas sociais. Isso significa dizer que não existe verdade *a priori*. As construções históricas funcionam “como se fossem verdades”, com o objetivo de justificar racionalmente relações de poder.

Para o autor, o binômio opositivo “verdadeiro/falso” de um discurso é determinado pelas formas possíveis ao dizível e pelas formas como “verdades/falsidades” circulam em determinadas sociedades, o que envolve necessariamente questões concernentes também a legitimidade do dizer.

‘Quem pode dizer’, ‘o que se pode dizer’ e ‘para quem’ são questões que tocam diretamente na relação do sujeito com o seu discurso, conforme um contexto, o que implicará ainda sua legitimidade ou não. Legitimidade que se constitui a partir de relações de poder. Ainda assim, sobressalta-se que o próprio discurso já é portador de poder. Dessa forma, não existe verdade, ou mentira, dissociada das representações de poder. (Foucault, 1996, 1997).

Temos ainda que todo discurso é, em verdade, um contradiscurso, porque se relaciona dialogicamente com outros, com o dito anteriormente, com o não-dito, com o seu outro. Todo discurso está ancorado em outros anteriormente pronunciados e também busca silenciar outros, estando intrinsecamente relacionado também a questões como fazer/saber/dizer.

Foucault (1999, p. 10.) afirma ainda: “*O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.*” É, pois, nessa perspectiva que vamos encontrar na letra da canção um jogo de validações/questionamentos consoados

pela luta pelo direito à palavra, constituição de significações válidas à história brasileira, de um reconhecimento musical e do espírito/identidades coletivas que permeiam a referida melodia e o seu entoar em rodas de capoeira.

Que metáforas foram instituídas para representar a abolição da escravatura? Que sujeitos foram historicamente construídos através do discurso escolar?

Durante muito tempo, os livros didáticos traziam as “datas comemorativas”, dentre elas, o 13 de maio, data da assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, segundo os livros da época, a “redentora”, “aquela que aboliu a escravidão no Brasil”. Instala-se, pois, a luta pela legitimidade de que se firmem outras narrativas relacionadas a abolição. Sobressalta-se, nesse bojo, que a abolição foi paulatina e os rogos provenientes da escravidão se alongam em nossa história. Assim, ainda há muito por se fazer agora.

Nesse momento, ocorre uma curiosa construção semântica:

Frei David Santos Ofm, diretor da Educafro, uma ONG voltada à educação de jovens descendentes de africanos, sustenta que a lei Áurea “não passa de uma farsa”, pois, quando foi assinada, “só 5% do povo negro viviam sob regime de escravidão”. A liberdade dos negros tampouco foi acompanhada de sua inclusão social. Os ex-escravos foram deixados à sua própria sorte em uma sociedade fundamentalmente racista. Muitos continuaram a fazer os mesmos serviços a troco de comida. Para se ter uma idéia da estratégia de controle social da época, em julho de 1888 – apenas dois meses depois da abolição – foi apreciado na Câmara dos Deputados um projeto elaborado pelo ministro Ferreira Viana estabelecendo instrumentos de repressão à ociosidade. “O projeto prevê que os ociosos serão conduzidos à colônia de trabalho, com preferência para atividades agrícolas, onde serão internados com o objetivo de adquirir o hábito do trabalho”, registrava. Dessa forma, para que a liberdade fosse admitida, os negros teriam que, sem meias palavras, permanecer escravos.

Ainda hoje os descendentes africanos são, em sua maioria, marginalizados, discriminados e excluídos das atividades sociais e culturais. A pesquisa “Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho”, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) em 1998, mostrou “indicadores sistematicamente desfavoráveis aos trabalhadores negros”. De acordo com esse estudo, por exemplo, em Salvador (BA) os negros são 86,4% dos desempregados. No Distrito Federal, a porcentagem chega a cerca de 68%. Mesmo assim, até hoje, o 13 de maio — data da assinatura da lei Áurea — ainda é oficialmente comemorado como a dia da libertação dos escravos³.

Dessarte, o reconhecimento dos valores musicais presentes nas rodas de capoeira e de sua representatividade como elemento capaz de consolidar dados sobre o movimento negro no Brasil, em suas trocas culturais provenientes das diferentes etnias de nossa Nação, acresce força ao reconhecimento dessa como mecanismos capaz de mitigar os efeitos perniciosos de situação de desvantagem social elencada acima.

3. Maiores informações no site: <https://www.educafro.org.br/site/>

4 | COM A VERDADE DA FAVELA: CONSTRUINDO A ESCOLA

Descendentes de guerreiros *imbangalas* (ou *jagas*), de Angola, Zumbi, o maior líder escravo brasileiro no século XVII, nasceu provavelmente em 1655 no quilombo dos Palmares. Quilombos eram povoamentos de escravos fugitivos que se organizavam de forma comunitária para viver em liberdade e se proteger das expedições de captura. O quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, em Pernambuco, foi o maior e o mais resistente do Brasil: chegou a abrigar mais de 20 mil negros e durou cerca de 100 anos — estima-se que de 1590 a 1694.

Dentre as narrativas sobre sua trajetória de vida de Zumbi destacamos:

Quando criança, Zumbi foi aprisionado por uma dessas expedições e levado ao distrito de Porto Calvo, em Alagoas. Foi doado a um padre chamado Antônio Melo, que o batizou como Francisco. Documentos históricos registram que, aos 10 anos, o garoto já sabia latim e português. Aos 15 anos, o jovem Francisco, já com corpo de homem, conseguiu fugir do padre e sumiu na mata. Voltou a Palmares e mudou seu nome para Zumbi — palavra que significa “morto-vivo”.

Este apelido inspiraria uma das várias lendas que sobrevoam o mito criado em torno deste líder. Durante um derradeiro ataque a Palmares, na iminência de ser capturado pelo mercenário Domingos Jorge Velho, Zumbi preferiu suicidar-se. E sangrou até a morte: era melhor morrer do que voltar a ser escravo. Mesmo assim, um ano depois, eis que Zumbi aparece guerreando ferozmente contra bandeirantes e capitães do mato caçadores de negros, fortalecendo ainda mais a lenda de guerreiro imortal. No entanto, traído por um de seus principais comandantes, o líder de Palmares foi morto em 20 de novembro de 1695. Sua cabeça foi decepada e pendurada em local público, até que apodrecesse à vista de todos⁴.

Diante das significâncias de Zumbi, não à toa, que esse tornou-se tema de diversas canções capoeiristas. Na música “Dona Izabel”, quando as referências a sua pessoa ocorrem, é quando o coro é invocado. Cabe a uma voz coletiva louvar seu reinado, seu heroísmo, a cultura de seu povo e a luta por liberdade que representou sua vida.

Na música, rememora-se ainda os primórdios da ginga capoeirista, que datam desde sua época, posto que afirma-se que no Quilombo já se jogava Capoeira e essa era inclusive considerada uma vivência da liberdade. Mais que isso, retoma-se nessa dinâmica, o avivamento de um sujeito coletivo relacionado aos negros, ao povo e suas culturas, memórias e histórias: dignos de louvores. A ladainha se encerra, então, em um cânone representado por ‘salves’ e ‘vivas’ ao mestres como Zumbi, que ensinou a Capoeira.

Retoma-se, nessa toada ainda, a significância da oralidade, já que naquele tempo, parques eram os escritos, geralmente ocorria a transmissão falada de informações e mensagens.

Não se pode deixar de sobressaltar que tanto a oralidade como estruturas

4. Narrativa exposta no site: <http://www.novaeconomia.inf.br/historia-mal-contada/>

canônicas são formas muito presentes nas tradições africanas, vide os cantos responsoriais, refrões, frases simples, repetidas inúmeras vezes, que figuram como chama viva das significâncias e narrativas do povo negro.

Neste sentido, não se pode deixar de sobressaltar que domínios sobre a oralidade e o cancionero são requisitos primordiais para graduar-se como mestre em capoeira e/ou participar de suas rodas na atualidade. A organização dessas perpassa, mais que tudo, interesse e identificação com essa manifestação cultural de nosso país⁵.

4.1 Aproximações entre o universo da unidade de ensino e segmentos escolares

As Orientações Curriculares Nacionais (2006) traçam, em seu eixo relacionado a linguagens, códigos e tecnologias, no tocante a disciplina língua portuguesa o seguinte desiderato:

Espera-se, portanto, dessa etapa de formação o desenvolvimento de capacidades que possibilitem ao estudante: (i) avançar em níveis mais complexos de estudos; (ii) integrar-se ao mundo do trabalho, com condições para prosseguir, com autonomia, no caminho de seu aprimoramento profissional (iii) atuar, de forma ética e responsável, na sociedade, tendo em vista as diferentes dimensões da prática social (p. 17).

No mesmo eixo, mas no tocante a disciplina de educação física, atenta-se que:

A leitura da realidade pelas práticas corporais permite fazer com que essas se tornem “chaves de leitura do mundo”. As práticas corporais dos sujeitos passam a ser mais uma linguagem, nem melhor nem pior do que as outras na leitura do real, apenas diferente e com métodos e técnicas particulares. Pode-se dialogar em uma aula de Educação Física com outras linguagens, como a escrita ou a linguagem audiovisual. Porém, as práticas corporais possuem valores nelas mesmas, sem a necessidade de serem “traduzidas” para outras linguagens para obter o seu reconhecimento. Estão diretamente ligadas a uma formação estética, à sensibilidade dos alunos. Por meio do movimento expressado pelas práticas corporais, os jovens retratam o mundo em que vivem: seus valores culturais, sentimentos, preconceitos, etc (p. 218).

O referido eixo abarca ainda a disciplina de Artes. Nesse campo de saber são englobadas:

manifestações da linguagem e o universo específico da arte. Essas duas perspectivas não são excludentes, pois a arte hoje estabelece vínculos muito estreitos com o cotidiano e com todas as outras formas de saber. No entanto, essas diferenças precisam ser explicitadas para caracterizar a especificidade da disciplina Arte, mesmo quando ela aborda temas que não sejam propriamente artísticos. No primeiro vetor, é salientada a dimensão simbólica e estética do ser humano no seu sentido mais amplo. Nesse caso, o estudo sobre as diversas linguagens (visual, sonora, corporal e também verbal) permite a abordagem dos mais diversos aspectos da cultura ligados ao cotidiano, ao entretenimento, aos ofícios, às ciências, etc. No segundo, é destacada a especificidade da experiência simbólica e estética da arte, que gera – especialmente na tradição ocidental – um tipo particular de narrativa sobre o mundo, diferente da narrativa científica, da

5. Nos seguintes sites podem ser encontradas maiores informações sobre a capoeiragem: <http://www.rodadecapoeira.com.br/artigo/O-Legado-de-Mestre-Mendonca-para-a-Capoeira/>
<http://www.capoeira.gov.br/>

A mesma norma, em seu eixo ciências humanas e suas tecnologias, repisa como atribuição da disciplina de história: “oferecer aos alunos possibilidades de desenvolver competências que os instrumentalizem a refletir sobre si mesmos, a se inserir e a participar ativa e criticamente no mundo social, cultural e do trabalho (p.69)”.

Tais metas são vertidas por Souza da seguinte forma:

O aluno, ao longo de sua formação, deverá: “conviver, de forma não só crítica mas também lúdica, com situações de produção e leitura de textos, atualizados em diferentes suportes e sistemas de linguagem – escrito, oral, imagético, digital, etc. –, de modo que conheça – use e compreenda – a multiplicidade de linguagens que ambientam as práticas de letramento multissemiótico em emergência em nossa sociedade, geradas nas (e pelas) diferentes esferas das atividades sociais–literária, científica, publicitária, religiosa, jurídica, burocrática, cultural, política, econômica, midiática, esportiva, etc. (p. 130)

Tal perspectiva adensa corpo também nos Parâmetros Curriculares (1998), cujo texto enfatizava a oralidade, a escrita, a corporalidade, as posturas, etc, como aspectos relevantes a serem considerados no processo formativo. Incorporam-se, na referida normativa, questões relacionadas a multiplicidades semióticas hodiernas povoadas por gêneros híbridos e multimodais.

Nesse sentido, o conceito tradicional de letramento, como inserção do cidadão no universo da fala, escrita, aprendizagem para o trabalho, domínio de diferentes formas da língua e linguagem, ultrapassa conservadoras práticas relacionadas ao uso do quadro/giz.

Dessa feita, considerando também, que vivemos em um país multifacetado culturalmente, detentor de um imenso mosaico social, regional, cultural, é importante a valorização dessa diversidade linguístico-cultural de gêneros a serem trabalhados de forma multitemática nas escolas.

Não é possível, nesses tempos de diversidade cultural, a escola continuar, por exemplo, insistindo em monólogos literários canônicos, silenciando outras formas poéticas oriundas da oralidade.

Nesse arcabouço, aponta-se que os conhecimentos do mestre de capoeira podem ser incorporados nas unidades de ensino, conforme a mediação de conhecimentos de professores de diversas disciplinas.

Noutro giro, por exemplo, podemos encarar o *rap*, a literatura de cordel, as canções e, outras expressões culturais como expressões plausíveis também de serem incorporadas no currículo escolar.

A exemplo, o uso do *hip-hop* como uma agência de letramento visa levar educação, senso crítico e politização à comunidade negra e multi étnica usando os elementos *-rap, DJ, grafite, dança* - como ferramentas (SOUZA, 2011). Nisso

percebe-se que:

A singularidade está nas microrresistências cotidianas ressignificadas na linguagem, na fala, nos gestos, nas roupas [...]. Essa perspectiva de letramento, que acolhe e legitima os letramentos no movimento hip-hop [...], pelo fato de fazerem sentido e de serem significativos para os sujeitos de conhecimentos e de direito [...]. (SOUZA, 2011, p.37)

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Orientações Curriculares Nacionais*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2006.

_____. *Lei 10.639*. Congresso Nacional: Brasília, 2003.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyla, 1999.

_____. M. *Resumo dos cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Letramentos de Reexistência: poesia, grafite, música, dança: Hip-Hop*. São Paulo: parábola Editorial, 2011.

VARGAS, Toni. *Dona Isabel*. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mestre-toni-vargas/353001/>, acesso em 21 de julho de 2016.

HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: A LEI 10.639/03 NO DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA DO CNPQ

Data de aceite: 12/05/2020

Data de submissão: 21/02/2020

Nicácia Lina do Carmo

Universidade Federal do Ceará
Fortaleza – Ceará

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2956518637213310>

Leilah Santiago Bufrem

Universidade Federal do Paraná
Paraná

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1526528881898399>

RESUMO: O artigo em tela relata o estudo realizado a partir do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), registrado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sobre temas correlatos a Lei 10.639/03 e as produções científicas sobre ela desenvolvidas. Desenvolve uma pesquisa exploratória por meio das buscas e recuperação dos dados no Diretório. Contempla uma revisão bibliográfica sobre a Lei a partir da produção científica dos diferentes pesquisadores encontrados. Conclui destacando a relevância do DGP, dos grupos e pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores, bem como a pertinência do

fomento a seu acesso para o enriquecimento das temáticas correlatas a história e cultura africana e afro-brasileira e também para a construção e disseminação de conhecimentos. **PALAVRAS-CHAVE:** História e Cultura Afro-brasileira. Lei 10.639/03. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Produção Científica.

HISTORY, AFRICAN AND AFRO-BRAZILIAN CULTURE: THE LAW 10.639 / 03 IN THE DIRECTORY OF CNPQ RESEARCH GROUPS

ABSTRACT: It reports a study carried out in the Directory of Research Groups in Brazil (DGP) registered by the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq), which contemplate Law 10.639 / 03 and the scientific productions developed on it. It seeks to identify the research groups that develop studies on Law 10.639 / 03 and their attributions, emphasizing the importance of its implementation. It develops an exploratory search through searches and data retrieval in the Directory. It includes a bibliographic review of the Law in the scientific production of researchers from groups and lines of research. It presents the research lines recovered, the group of researchers who carry out the

studies, the areas and institutions in which these lines are inserted in the groups and their respective scientific productions. Demonstrates through content analysis the characterization of works published in journals by researchers. He concludes by highlighting the relevance of the DGP, the groups and research developed by the researchers for the enrichment of the themes they studied and the construction and dissemination of knowledge.

KEYWORDS: Afro-Brazilian History and Culture. Law 10.639 / 03. Directory of Research Groups in Brazil. CNPq Research Groups. Scientific production.

1 | INTRODUÇÃO

Este estudo volta-se aos pesquisadores que estudam a Lei 10.639/03, cujo objetivo é o reconhecimento da população negra, da sua cultura, da sua história e de suas lutas no currículo mínimo nacional.

Alterando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a Lei 10.639/03 inclui a obrigatoriedade do ensino da história e das culturas africana e afro-brasileira no currículo oficial do ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas. Com isso, busca-se demonstrar as contribuições que a população negra proporciona para a sociedade brasileira, além de minimizar estereótipos desenvolvidos em relação aos negros (BRASIL, 2003) em prol da reconstrução da identidade e história negra, por meio de práticas que avancem no reconhecimento e valorização da miscigenação cultural e étnica como elementos fundantes de nossa sociedade.

Este trabalho foi engendrado por dissertação de mestrado que versou sobre o seguinte questionamento: Como se caracteriza a produção científica dos pesquisadores de linhas de pesquisa que discutem a Lei 10.639/03 nos grupos de estudos registrados no diretório do CNPq? Objetiva, tão logo, caracterizar a produção científica relativa ao tema.

2 | CONTEXTUALIZAÇÃO E TRAJETÓRIA

O universo da pesquisa compõe-se, portanto, pela identificação de pesquisadores visualizados por meio da ferramenta de busca, em meio digital na plataforma do CNPQ. Vale salientar que a missão desse é “fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas” contribuindo para o avanço do conhecimento e da produção científica. (CNPQ, [2014]).

Correlato ao uso de tal banco de dados foi realizada a procura o do *currículo lattes* dos autores das produções científicas com fins a identificação de seus grupos e linhas de pesquisa.

Destaca-se que a plataforma lattes tem por fim possibilitar análises sobre a liberdade criativa dos pesquisadores, seus vínculos institucionais, tornando a ciência e a tecnologia brasileiras verdadeiramente internacionais, fortalecendo a capacidade educacional interna ao país”. (SCHWARTZMAN, p. 2, 1993).

3 | BUSCA E RECUPERAÇÃO DOS DADOS

Assim, para o desenvolvimento desse trabalho, foram mapeados e quantificados os trabalhos de estudiosos publicados em veículos acadêmicos relacionados à lei.

Nesse contexto, para obter os resultados esperados, fez parte desse processo a análise de conteúdo utilizando-se Bardin (2009), que permitiu elencar e dividir em categorias as temáticas dos trabalhos publicados e também caracterizar a produção desses pesquisadores.

Dessarte, a identificação dos quantitativos de grupos, linhas que desenvolvem estudos sobre a Lei 10.639/03 e de pesquisadores envolvidos será apresentada no Quadro 1, como observaremos abaixo:

Área	Grupos	Linhas – Lei 10.639/03	Pesquisadores – Grupos	Pesquisadores - Linhas	Estudantes Linhas
Artes	1	1	14	1	-
Educação	11	12	91	30	24
História	2	2	18	8	4
Letras	3	3	20	12	3
Sociologia	1	1	3	3	2
Total	18	19	146	54	33

Quadro 1 - Dados relativos aos números de pesquisadores por grupo e por linhas que estudam a Lei 10.639/03 e estudantes que fazem parte dessas linhas.

Fonte: Elaborado pela autora

Como observamos no Quadro 1, há cinco áreas de conhecimento principais que tratam o tema.

No Quadro 2, a seguir, serão apresentadas exemplificações dos temas trabalhados por esses:

PESQUISADORES/Titulação	ARTIGOS PUBLICADOS/ANO	PALAVRAS-CHAVE
Luciane Ribeiro Dias Gonçalves/ Doutora	<p>1 - Cultura, educação e Lei 10.639/03: discussões, tendências e desafios. Horizontes (EDUSF), v. 30, p. 17, 2013.</p> <p>2 - Políticas curriculares e descolonização dos currículos: a Lei 10.639/03 e os desafios para a formação de professores. Educação e políticas em debate, v. 02, p. 27- 33, 2013.</p>	<p>Cultura negra, valores civilizatórios, africanidades</p> <p>Lei 10.639/03, prática docente, pesquisa</p>
Guimes Rodrigues Filho/ Doutor	<p>Concepções de professores de ciências do ensino fundamental e médio a respeito da Lei Federal 10.639/03. Ensino em Re-vista (UFU. Impresso), v. 19, p. 393-402, 2012.</p> <p>4 - A bioquímica do candomblé - Possibilidades didáticas de aplicação da lei federal 10.639/03. Química Nova na Escola, v. 33, p. 85-92, 2011.</p>	<p>Lei 10.639/03. Professores de Ciências. Concepções.</p> <p>Candomblé, lei federal 10639/03, química, bioquímica</p>
Roberta Fusconi /Pós Doutora	<p>5- A bioquímica do candomblé - Possibilidades didáticas de aplicação da lei federal 10.639/03. Química Nova na Escola, v. 33, p. 85-92, 2011.</p>	<p>Candomblé, Lei federal 10639/03, química, bioquímica</p>
Benjamin Xavier De Paula/ Doutor	<p>6- 10 anos da Lei Federal nº 10.639/2003 e a formação de professores: uma leitura de pesquisas científicas. Educação e Pesquisa (USP), v. 40, p. 435-448, 2014.</p>	<p>Ensino - História da África - Formação de professores - História afro-brasileira</p>
Renato Nogueira Dos Santos Junior/ Doutor	<p>7- Afrocentricidade e Educação: princípios gerais para um currículo afrocentrado. Revista África e Africanidades, v. III, p. 01-18, 2010.</p>	<p>---</p>
Claudemir Figueiredo Pessoa / Mestre	<p>8- A Lei n.º 10.639/03 e a folclorização racista. Pesquiseduca, v. I, p. 20-27, 2010.</p>	<p>Políticas afirmativas; Lei n.º10.639/03; ensino de Artes; folclorização racista</p>
Alexandre Do Nascimento/ Pós-Doutor	<p>9- Educação das Relações Étnico-Raciais: Elementos teóricos e metodológicos de uma prática de formação docente. Revista Magistro, v. 8, p. 19-27, 2013</p>	<p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação, educação das relações étnicorraciais, formação de professores</p>
Cláudia Regina De Paula/ Doutora	<p>10- O protagonismo negro: o Movimento Negro na luta por uma educação antirracista. Acervo (Rio de Janeiro), v. 22, p. 95-107, 2009.</p>	<p>Educação antirracista; lei n. 10.639/03; movimento negro</p>

Cristiane Coppe De Oliveira/ Doutora	11- Implementação da Lei 10639/03 nas licenciaturas da FACIP/UFU: investigando práticas sob a perspectiva da Etnomatemática. Revista EDUCAmazônia - Educação, Sociedade e Meio Ambiente, v. XI, p. 219-242, 2013.	Lei 10.639/03, formação inicial, Etnomatemática.
Luciano Magela Roza/ Doutor	12- O Ensino de História entre o dever de memória e o direito à história. Revista História Hoje, v. 1, p. 89-110, 2011.	--
Júnia Sales Pereira/ Doutora	13-O Ensino de História entre o dever de memória e o direito à história. Revista História Hoje, v. 1, p. 89-110, 2012. 14- Diálogos sobre o exercício da docência no contexto de recepção das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Educação e Realidade, v. 36, p. 147-172, 2011. 15- Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-Lei 10.639/03. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 21, p. 21-44, 2008.	-- -- Ensino de História. Recepção da Lei 11.645/08.
Lorene dos Santos/Doutora	16 - Ensino de História e Lei 10.639/03: diálogos entre campos de conhecimento, diretrizes curriculares e os desafios da prática. Cadernos de História (Belo Horizonte), v. 12, p. 59-92, 2011. 17 - A temática africana e afro-brasileira na educação básica: desafios para a formação docente. Revista do Instituto de Ciências Humanas, v. 1, p. 83-96, 2010. 18- Desafios da mudança no ensino de história - currículo e formação de professores. Revista do Instituto de Ciências Humanas, v. 2, p. 111- 124, 2006	História e cultura africana e afro-brasileira; Educação antirracista; Historiografia; Ensino de história -- --

Quadro 2 - Produções dos pesquisadores

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 2 apresenta os nomes dos pesquisadores e suas publicações, incluindo também as palavras-chave dos trabalhos. Porém, alguns não possuem resumo, palavras-chave ou não estão disponíveis em sua versão completa.

A elaboração do Quadro 2 foi realizada ainda a partir dos seguintes

descritivos: categoria: Lei 10.639/03; e subcategorias: Implementação da Lei; Educação/Currículo Escolar; Prática/Formação Docente; Religião de Matriz Africana e Movimento Negro.

Nesse contexto, serão vertidas a seguir análises sobre os pressupostos que compõem os materiais encontrados:

- **IMPLEMENTAÇÃO DA LEI: artigo 1** – a autora apresenta as dificuldades de implementação da Lei e fala sobre o desconhecimento por parte da escola sobre a temática. Apresenta os desafios em compreender a cultura negra e em proporcionar um diálogo entre essa temática e as demais. **Artigo 2** – evidencia as implicações para implementação da Lei a partir de uma entrevista com o pesquisador Kabenguele Munanga. Demonstra que a aprovação da Lei é resultante do fato do Brasil não viver em perfeita harmonia racial, sendo o mito da democracia racial ainda persiste no imaginário social. **Artigo 8** – realiza uma análise sobre a implementação da Lei e reflete sobre como ocorre o desenvolvimento dessa junto as escolas municipais a partir da disciplina de Artes. **Artigo 11** – relata e discute sobre a implementação da Lei 10.639/03 e sua aplicabilidade em sete licenciaturas da Universidade Federal de Uberlândia por meio da formação docente.
- **EDUCAÇÃO/CURRÍCULO ESCOLAR: artigo 4/5** – Discutem a aplicação da Lei 10.639/03 na disciplina de Química estudando as espécies de plantas utilizadas nos rituais do candomblé, religião de matriz africana. Ressaltam a falta de material didático para se trabalhar com a temática em outras disciplinas, dificultando assim a implementação da Lei. **Artigo 7** – trabalho que resulta de uma pesquisa na área de fundamentos da educação, apresentado em um evento do IPEAFRO. Volta-se para as discussões sobre o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar. **Artigo 8** – Realiza uma discussão sobre a Lei 10.639/03 e o ensino de Artes nas séries iniciais de escolas públicas municipais. **Artigo 12/13** – Realiza uma análise sobre as possibilidades existentes de estudar a cultura afro-brasileira no ensino de História. **Artigo 15** – Versa sobre o surgimento da Lei 10.639/03 fazendo reflexões sobre seus objetivos e discute a importância desse aparato para a educação, ressaltando os desafios enfrentados por professores de História diante do currículo escolar. **Artigo 18** – Relata sobre os desafios da mudança no ensino da história ocasionada após a aprovação da Lei 10.639/03.
- **PRÁTICA/FORMAÇÃO DOCENTE: Artigo 2-** Além de refletir sobre os desafios de implementação da Lei, destaca a importância da prática e formação docente diante dos conteúdos designados pela legislação e aponta o empenho de professores em produzir livros com novos conteúdos que atendam aos objetivos da Lei 10.639/03. **Artigo 3** - Esse trabalho realiza uma pesquisa com professores de ciências e matemática indagando-os a respeito do seu conhecimento sobre a Lei 10.639/03 e sua utilização prática em sala de aula. **Artigo 6** – Esse trabalho versa sobre a formação de professores no âmbito da Lei 10.639/03. Realiza um mapeamento de teses e dissertações da CAPES e artigos científicos na base de dados SCIELO com fins a identificar os trabalhos produzidos no decorrer da formação docente no que concerne à história e cultura africana e afro-

-brasileira. **Artigo 8** – Além de tratar da implementação da Lei e a sua inserção no currículo escolar, busca também descobrir e refletir sobre as abordagens de professores consoante a temática em sala de aula. Destaca a importância dessa para a história e cultura africana e afro-brasileira. Porém, a pesquisa remete que há uma ‘folclorização’ racista do tema. **Artigo 9** – Apresenta e discute sobre elementos componentes do “Curso de Extensão em Educação das Relações Étnico-Raciais” realizado desde o ano de 2007 por instituição do Rio de Janeiro voltada à formação de professores. **Artigo 11** - Ressalta a prática e experiências dos professores de sete licenciaturas da Universidade Federal de Uberlândia no tocante à educação das relações étnico raciais. **Artigo 14** – Esse trabalho reflete sobre a prática na formação docente a partir de uma investigação junto a professores da educação básica e as aplicabilidade que realizam das leis 11.645/08 e Lei 10.639/03. **Artigo 16** – Busca destacar os desafios existentes na prática pedagógica dos professores da educação básica diante de suas responsabilidades e compromissos em trabalhar, na sala de aula, as temáticas propostas pela Lei 10.639/03. **Artigo 17** – Trata do ensino da história africana e afro-brasileira na educação básica discutindo os desafios da formação docente. **Artigo 18** – Discorre também sobre os desafios na formação de professores após a mudança do currículo escolar.

- **RELIGIÃO DE MATRIZ AFRICANA – artigo 4/5** – Esses trabalhos relatam a inserção da história e cultura africana e afro-brasileira na disciplina de Química, e para isso, dissertam sobre o candomblé que, segundo o artigo, é uma das religiões de matriz africana mais disseminada em todo o país. Dessa forma, os autores se utilizam dos rituais do candomblé para trabalhar a temática em sala de aula, estudando as propriedades das plantas utilizadas nesses rituais.
- **MOVIMENTO NEGRO – Artigo 10** – o artigo analisa a luta do movimento negro no Brasil em prol de uma educação antirracista. Destaca a fundação da Frente Negra Brasileira diante do tema.

Destarte, pode-se afirmar que o assunto mais presente nos artigos publicados é a prática e formação docente, sendo tema esse representado por dez trabalhos. Tais estudos refletem sobre as dificuldades enfrentadas pelos docentes, em sala de aula, diante dos métodos a serem aplicados por diversas disciplinas para contemplar as premissas da Lei 10.639/03. Sobrepujam também o desconhecimento de alguns profissionais da educação sobre e temática, além da falta de incentivos à formação e, até mesmo, o desinteresse de alguns educadores.

Salienta-se, contudo, que o cruzamento dos buscadores relacionados a categorias e subcategorias apresentou repetição de materiais.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, conforme determinações dadas à temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira e Africana’ a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais, aventa-se que:

“Caberá, aos sistemas de ensino, às mantenedoras, à coordenação pedagógica dos estabelecimentos de ensino e aos professores, ... estabelecer conteúdos de ensino, unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares”. (BRASIL, 2004, p. 18).

Deve-se considerar, nesse bojo, a pertinência de realização de capacitações com os educadores para que eles possam lecionar a respeito da temática, pois a ausência de conhecimentos relacionados a identificação de abordagens possíveis, por parte de alguns professores, foi apresentada como dificuldade a ser enfrentada. Fato esse constatado nas produções elencadas nesse artigo que, em sua maioria, retratam os desafios e dificuldades enfrentados por professores, em sala de aula, diante do tema conforme lacunas postas também por suas formações.

Destaca-se ainda que a ampliação do número de revistas, periódicos e livros que perfaçam as aplicabilidades da Lei 10.639/03 pode auxiliar sua efetivação, desde que acompanhada da ampliação de acesso aos referidos materiais.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. *Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Presidência da República – Casa civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 20 jun. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. *O CNPQ*. [2014?]. Disponível na internet.

DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL. *O Diretório*. Disponível na internet.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, 2004. Disponível na internet.

MOREIRA, P. F. S. D. et al. *A Bioquímica do candomblé: possibilidades didáticas de aplicação da Lei Federal 10639/03*. Química Nova na Escola, v. 33, n. 2, p. 86, maio 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. (Org.). *Ciência e Tecnologia no Brasil: Uma nova política para um mundo global*. São Paulo: [s.n.], 1993.

O ESPAÇO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA: PERTENCIMENTO E REAFIRMAÇÃO CULTURAL

Data de aceite: 12/05/2020

Kellison Lima Cavalcante

Licenciado em Filosofia (UFPI), Especialista em Ensino de Sociologia no Ensino Médio (UFBA) e Mestre em Tecnologia Ambiental (ITEP).

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – Campus Petrolina (IF Sertão-PE).
Petrolina – Pernambuco

RESUMO: A construção identitária no espaço escolar é desenvolvida pelas relações entre todos os indivíduos que fazem parte do ambiente, constituindo um processo coletivo. Assim, a construção da identidade negra dos estudantes reflete diferentes relações sociais encontradas no espaço escolar, percorrendo conflitos, reconhecimentos, ações e participações dos estudantes no debate e discussão. O problema surge a partir das descobertas e conflitos vivenciados por jovens adolescentes no espaço escolar, onde eles constroem suas identidades e são constantemente colocados a prova dos limites da diferenciação da sociedade em que vivemos. Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo proporcionar a discussão sobre a construção da identidade negra no espaço escolar a partir de uma abordagem descritiva

no sentido do liame entre a relação da identidade e as relações sociais estabelecidas no espaço escolar. A pesquisa foi desenvolvida através de uma pesquisa bibliográfica e estudos exploratórios em busca de ampliar e fundamentar a análise do tema em discussão. Dessa forma, o espaço escolar, através de práticas socializadoras tem a capacidade de engajar os jovens no debate e reflexão crítica para um processo de reconhecimento de sua identidade racial.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade Negra. Afrodescendência. Espaço Escolar.

ABSTRACT: The identity construction in the school space is developed by the relations between all individuals that are part of the environment, constituting a collective process. Thus, the construction of the black identity of students reflects different social relationships found in the school space, covering conflicts, recognitions, actions and participation of students in debate and discussion. The problem arises from the discoveries and conflicts experienced by young adolescents in the school space, where they build their identities and are constantly put to the test of the limits of the differentiation of the society in which we live. In this sense, this work aims to provide the

discussion about the construction of black identity in the school space, from a descriptive approach towards the link between the identity relationship and the social relations established in the school space. The research was developed through a bibliographical research and exploratory studies in order to broaden and substantiate the analysis of the subject under discussion. Thus, the school space, through socializing practices has the ability to engage young people in debate and critical reflection for a process of recognition of their racial identity.

KEYWORDS: Black Identity. Africandescent. School Space.

1 | INTRODUÇÃO

Todos os indivíduos já nascem com alguns elementos que irão lhe auxiliar a constituir uma identidade. A partir de nossa inserção social e de nossas relações, aspectos dessa identidade são reafirmados ou, até mesmo negados, em um processo permanente de estruturação identitária. Assim, depreende-se que a construção da identidade é fortemente influenciada pelas relações sociais.

Bourdieu (1983) salienta, nesse bojo, que os fenômenos sociais não são produtos das ações individuais, contudo, a lógica das ações individuais e suas racionalidades influi na conformação desses.

A construção da identidade negra foi e, ainda é, muitas vezes, permeada pela discriminação e por preconceitos étnico-raciais que possuem raízes históricas predominantes em nossa sociedade brasileira. Não é possível negar aspectos de ignorância que prezam pela desvalorização da cultura negra na formação da nossa sociedade. Com fins a romper com tais comportamentos e posturas é necessário que se ampliem perspectivas, discussões e ocorra o resgate, mormente, das contribuições dos negros na formação de nossa identidade em todo seu leque de riquezas culturais, lutas pela sobrevivência e traços identitários próprios.

Nesse sentido, o espaço escolar tem como dever instigar o conhecimento, proporcionar condições, contextos e relações que resultem em socializações, reflexões e esclarecimentos que perpassem à construção das identidades dos estudantes de forma a que haja ponderações sobre a diversidade e multiculturalismo que são essência da formação identitária de uma nação.

Isso porque, visível é que o espaço escolar proporciona a formação social e cultural, consistindo então em lugar ideal para a construção, ressignificação e consolidação de identidades. Sendo essa construção parte de todo processo educativo. De acordo com Silva (2011), o espaço escolar consiste em um ambiente rico para aprendizagens, mas pode converter-se em um espaço de conflitos e exclusões que se naturalizadas, em seu cotidiano, reafirmam racismos e preconceitos. Fato é que estereótipos, assim como representações sobre a identidade negra,

influem no desenvolvimento pessoal, social e educacional dos jovens, cabendo ao ambiente escolar auxiliar na percepção dessa realidade pelos próprios estudantes para que então haja escolha consciente diante das possibilidades de abordagens e identidades possíveis lhes possíveis.

A construção identitária do negro não é uma ação individual, e sim um processo coletivo. Dessa forma, esse processo de construção identitária, no espaço escolar, é desenvolvido pelas relações entre alunos, alunos e professores, e todas as interações sociais que contribuem para a formação social dos estudantes na comunidade escolar. Conforme Mizael e Gonçalves (2015), pensar a construção da identidade dos sujeitos é algo bastante complexo, pois os seres humanos são submetidos a constantes interações sociais, que os formam no que diz respeito a sentimentos, ações, ideologias, pensamentos etc. Assim, essas experiências da realidade, de forma coletiva e individual, permitem a compreensão de comportamentos nos vários espaços sociais, sua reafirmação, resignificação ou superação. Sendo a unidade de ensino parte das instituições onde os indivíduos estão submetidos a inúmeras relações sociais de diferentes ordens. Nesse âmbito, a construção da identidade negra dos, e nos, estudantes tem no ambiente escolar território ímpar para percepções sobre a miscigenação cultural que nos é característica.

Na escola, o jovem pode passar a confrontar a imagem que constrói de si próprio com as imagens que os outros lhe atribuem, assim surtem elementos para que sejam trabalhadas a diversidade cultural, étnica e social da nossa sociedade.

Problema tendem a surgir diante das descobertas e conflitos vivenciados por jovens no ensino médio, por exemplo, posto que regimes de diferenciação e segregação da sociedade já foram acessados por eles em diferentes dimensões. Diante desse universo, surgem desafios ao corpo docente, não só diante do aprofundamentos sobre os conceitos de diferenciação e segregação, mas também multiculturalismo, identidades negras, cultura e valores negros na sociedade atual.

2 | PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se fundamenta no método dialético com foco na abordagem da construção da identidade negra no espaço escolar. Utilizou-se uma abordagem descritiva, bem como do caráter bibliográfico, no sentido do liame entre a relação e contribuição do espaço escolar no processo identitário dos jovens educandos a partir da fenomenologia e aspectos sociais.

Nesse sentido, a pesquisa é delineada a partir de uma pesquisa bibliográfica. Gil (2008) ressalta que a pesquisa bibliográfica parte dos estudos exploratórios em busca ampliar e fundamentar a análise do tema em discussão, com a realização de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdos. Dessa

forma, as fontes secundárias foram obtidas através de consultas em bases de dados disponibilizadas no Portal Periódicos Capes, como SciELO, Scopus e Google Academic, através dos indexadores de identidade, identidade negra, juventude e espaço escolar. Para a análise e discussão, a pesquisa baseou-se nas técnicas de investigação e redação filosófica propostas por Cunha (2013), que destaca a leitura analógica e analítica de textos filosóficos.

3 | A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Na formação de nossa sociedade, o espaço escolar era privilégio de poucos membros da sociedade brasileira, principalmente para as classes mais ricas. Os espaços escolares representavam o poder das classes economicamente ativas da sociedade e inicialmente era voltada para o público masculino. No entanto, no avançar da história, as mulheres conseguiram o acesso ao espaço escolar, mesmo que separadamente dos homens, a princípio. Porém isso já representou ganhos sociais e uma grande transformação no espaço escolar. Relacionada a elaboração de conteúdos e temáticas a serem trabalhadas junto a todo corpo discente

Os espaços escolares cumpriram a função social de democratizar o ensino e a disseminação do conhecimento no Brasil, promovendo a formação inicial de nossa sociedade, baseando-se nos valores dos povos europeus. Dessa forma, Guimarães (2018) ressalta que as instituições como espaços escolares são coloniais e se constituem como ferramentas políticas de um projeto colonial. Assim, torna-se necessário o processo de reflexão e desenvolvimento de uma pedagogia decolonial, como afirma Guimarães (2018). O espaço escolar traz as relações sociais para a discussão no meio educacional, possibilitando o pensamento crítico coletivo.

No entanto, no espaço escolar, estudantes e comunidade escolar vivenciam conflitos étnico-raciais que provocam o distanciamento da realidade cultural e identitária dos jovens. De acordo com Cavalleiro (2005), o espaço escolar é reconhecido como um espaço sociocultural que deve refletir nossa nação, no entanto, isso não ocorre e, em muitos casos, tem sido palco de exclusão racial.

Nessa perspectiva, de acordo com Nascimento (2019), no Brasil, os problemas étnico-raciais estão longe de serem resolvidos, e um dos lugares mais propícios para investigarmos e discutirmos essa questão é a escola. Assim, de forma planejada e pedagogicamente engajada de forma trans, multi e interdisciplinar, o espaço escolar tem a função de contribuir com a formação social dos educandos.

De acordo com Foucault (1999) o Estado tem a escola como um instrumento de controle social e um de seus aparelhos ideológicos. Então, o que o Estado brasileiro tem previsto como conteúdos às escolas?

Oliveira (2016) observa que no espaço escolar ocorrem diferentes relações

sociais e que estas refletem a diversidade cultural da sociedade brasileira. Dessa forma, o espaço escolar torna-se primordial para a preparação dos discentes para o reconhecimento dos valores, costumes e contribuições da cultura negra na formação da sociedade brasileira em um constante processo de construção da identidade negra. Ainda de acordo com Oliveira (2016) através de uma boa educação é possível quebrar o preconceito racial contra os negros e deixá-los ser eles mesmos, expondo suas culturas, religiões, usando de seus direitos como todo cidadão brasileiro, onde estiver, pois são livres, não importando a cor da pele.

Fernandes e Souza (2016) ressaltam que a identidade é algo em processo, permanentemente inacabado, e que se manifesta através da consciência da diferença e contraste com o outro, pressupondo a alteridade. Dessa forma, sobre identidade e identificações, Guimarães (2008) explica que a condição humana é compreendida a partir de concepções científicas repressivas, que possibilitam o enclausuramento nos objetivos dos projetos políticos. Nesse sentido, Guimarães (2008) ressalta que na discussão sobre identidade e identificações, é necessário retomar questões profundas das sociedades, guiadas por múltiplos devires sociais.

De acordo com Munanga (2008) a nossa percepção de diferença situa-se no campo visual e ressalta a importância do hábito de pensar nossas identidades. Assim, surge a necessidade da discussão e compreensão da temática, como forma de contribuir para o processo de escolarização dos jovens. Torna-se relevante o processo de socialização e de inserção de todos os envolvidos no ambiente escolar, com a finalidade de aproximar e abranger uma discussão integradora.

As constantes interações e modificações das relações sociais no mundo contemporâneo tornam o processo de construção da identidade negra como um complexo de ações, pensamentos e ideologias necessários para o desenvolvimento social dos discentes. Dessa forma, esse processo de identidade evidencia a importância do estudo no espaço escolar. De acordo com Souza e Gomes (2017) a questão da identidade negra do adolescente no contexto escolar é algo que chama a atenção e que merece ser estudado, tendo em vista a importância disso na formação deste indivíduo para que seja sujeito e protagonista de sua própria história.

Joaquim (2001) explica que a identidade consiste em um fenômeno derivado da dialética entre um indivíduo e a sociedade e que os tipos de identidade são produtos socialmente determinados. Dessa forma, a identidade é resultado da interação do indivíduo com a sociedade na qual está inserido, podendo ocorrer interferências negativas e positivas ao longo da construção identitária.

Nesse sentido, a escola torna-se um ambiente propício para o debate e discussão, possibilitando o reconhecimento da identidade negra. Assim, Bastos (2015) ressalta que:

A escola é um lugar privilegiado no complexo devir da construção de identidades. Os diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo desencadeado por instituições de ensino - professores, professoras, alunos, alunas e responsáveis - constroem diferentes identidades ao longo de sua história de vida, e a escola, como espaço de aprendizagem e socialização, tem grande importância nisso (p. 616).

O espaço escolar, a partir de suas práticas socializadoras, tem a capacidade de incluir e excluir o jovem negro na sociedade atual. Para isso, o espaço escolar tem grande relevância na construção de embates e no reconhecimento da cultura negra em suas diferenças. Assim, o estudante negro passa e vivencia vários momentos importantes no espaço escolar, onde é possível destacar importantes experiências na definição de sua identidade.

Dessa forma, segundo Souza e Gomes (2017), pode-se dizer que a escola exemplifica a construção dinâmica da identidade, já que possui padrões de identificação e de atuação entre os indivíduos, mas também deve levar em conta algumas particularidades deles. Como Souza (1991) afirma que a formação da identidade do sujeito negro é resultante de sua vida pessoal, da sua história psicossocial, bem como do contexto histórico que vivenciou.

Nesse aspecto, Severino (2010) destaca que:

A escola tem como função oportunizar à criança a expansão de suas experiências, proporcionando ao aluno aprofundar o seu processo de aquisição de conhecimentos, não esquecendo, do respeito às questões culturais que cada um traz, a partir da qual se constrói a identidade dos alunos, tendo a atenção necessária no resgate de suas origens e história, respeitando os direitos humanos, e promovendo a convivência com o diferente (p. 20).

A construção da identidade negra precisa ser discutida, valorizada e reconhecida no espaço escolar. Pois todo o processo da identidade negra confronta com a realidade da nossa sociedade, enfrentando o racismo e o preconceito. Assim, de acordo com Carvalho (2012) a instituição escolar é um espaço social no qual os adolescentes compartilham significados, referências, representações e outras práticas identitárias presentes nas sociedades.

Movimento Negro brasileiro vem trabalhando para que a representação social do negro seja revista, em todos os contextos sociais, mas sobretudo na escola. A escola passa a ser vista como principal espaço de desconstrução de fixações, termos e conceitos construídos historicamente, por ser ambiente privilegiado de trocas culturais e de vivências entre indivíduos oriundos de diferentes grupos étnico-raciais (FERNANDES; SOUZA, 2016, p. 112-113).

Assim, o espaço escolar não consiste apenas em um lugar para o compartilhamento de conteúdos, mas para o desenvolvimento das relações sociais e a valorização ética dos educandos. Conforme Pinto e Ferreira (2014) ao estudarmos o processo de construção da identidade da pessoa negra, é muito comum as pessoas categorizarem os indivíduos quanto às suas características raciais de maneira reducionista, baseando-se exclusivamente na cor da pele - classificando-

os em negros ou brancos. No entanto, o que torna importante é o conhecimento do processo de como a pessoa negra se constitui no mundo, o processo de construção de sua imagem, cultura e suas formas de existir.

Dessa forma, a discussão da identidade negra torna-se um processo complexo diante das possibilidades do processo de construção, bem como de desconstrução. Pois se torna abrangente desde a sua territorialização, de forma espacial, temporal e cultural. Assim, a discussão da identidade negra evidencia a sua característica holística.

Queiroz et al. (2018) destaca que:

A identidade negra não surge apenas da tomada de consciência de uma diferença na cor da pele. Acredita-se que a construção da identidade acontece juntamente com um longo processo histórico que se inicia com a chegada dos navegantes portugueses ao continente africano (...) a identidade negra é entendida, aqui, como um processo construído historicamente em uma sociedade que padece de um racismo ambíguo e do mito da democracia racial. Como qualquer processo para a construção da identidade, ela se constrói no contato com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo; (...) ser negro no Brasil é tornar-se negro. (p. 67).

De acordo com Martins e Silva (2018) a escola é o espaço onde não só aprendemos conteúdos e saberes escolares, mas também valores, hábitos, ética e formamos nossa identidade. Para Corti e Souza (2012), ações voltadas para a aproximação do jovem e o espaço escolar contribuem para o fortalecimento de propostas educativas. Por isso a importância do espaço escolar na formação dos jovens, bem como a inclusão da discussão no currículo, com a finalidade de trazer os alunos à reflexão, ao entendimento e ao combate ao preconceito e discriminação.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço escolar possibilita o desenvolvimento dos principais elementos de construção e pertencimento da identidade negra, como um currículo que agregue a valorização da afrodescendência e indígena, como previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais. O espaço escolar, através de práticas socializadoras tem a capacidade de engajar os jovens no debate e reflexão crítica para um processo de reconhecimento de uma identidade considerada às margens das oportunidades de um jovem não negro, que precisa de políticas públicas para o acesso as vagas em universidades e instituições públicas. Dessa forma, através de práticas interdisciplinares, com o uso do debate da Ciência, das Inovações, da Literatura, da Música, do Cinema e das demais áreas, o espaço escolar pode contribuir no processo de construção identitária dos jovens estudantes.

Assim, é possível compreender que a construção da identidade consiste na relação de aspectos políticos, culturais e sociais, de forma individual e coletiva, que

uma pessoa vivencia em sua realidade. Dessa forma, o processo de construção da identidade é diferente para cada um, trazendo elementos e aspectos originários do seu grupo de pertencimento, que ao tomar as relações sociais assumi a identidade que o caracteriza, podendo se adaptar ao grupo que pertence.

Portanto, a construção da identidade racial dos discentes tornar-se-á fundamentalmente a partir das suas interações e relações sociais no ambiente em que vive e na sociedade que faz parte. Assim, a importância do espaço escolar na construção da identidade negra permeia como esse discente se autoreconhece como integrante dessa relação, como se constituem suas dinâmicas de pertencimento ao grupo, de disseminação de sua cultura e como se estabelece a relação consigo mesmo. Dessa forma, essa construção identitária está em constante transformação e reconstrução.

Nesse sentido, o espaço escolar consiste no lugar de socialização, discussão e esclarecimentos no processo de construção das identidades dos jovens estudantes. Sendo essa construção envolvida em todo o processo educativo, podendo ocorrer manifestações de conflito, como o racismo, a segregação dos jovens e conseqüentemente as negações de identidades. Assim, os estereótipos ou até mesmo representações da identidade negra podem influenciar no desenvolvimento pessoal, social e educacional dos jovens.

REFERÊNCIAS

BASTOS, P. C. "Eu nasci branquinha": construção da identidade negra no espaço escolar, **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 615-636, 2015.

BOURDIEU, P. **Sociologia**. Trad. Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983.

CARVALHO, M. A construção das identidades no espaço escolar. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 20, n.1, p.209-227, jan./jun.2012.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil, São Paulo: Contexto, 2000.

CORTI, A. P. O.; SOUZA, R. **Diálogos com o mundo juvenil**: subsídios para educadores. 2. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2012.

CUNHA, J. A. **Iniciação à investigação filosófica**: um convite ao filosofar. 2. ed. Campinas-SP: Editora Alínea, 2013. 456 p.

FERNANDES, V. B.; SOUZA, M. C. C. C. Identidade negra entre exclusão e liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 63, p. 103-120, abr., 2016.

FOULCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, R. S. A condição humana, essa invariante antropológica: notas sobre produções fílmicas dos Bálcãs. **Emancipação**, v. 8, n. 1, p. 37-46, 2008.

_____. Pedagogia micropolítica decolonial na Universidade: reflexões sobre modos de re-sentir. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 207, p. 29-36, ago. 2018.

JOAQUIM, M. S. **O papel da liderança religiosa feminina na construção da identidade negra**. Rio Grande do Sul: Pallas; São Paulo: Educ, 2001. 188 p.

MARTINS, K. F.; SILVA, C. S. O processo de (des)construção da identidade negra na escola: o olhar de professores e alunos em uma escola do município de Quixadá-CE. **Revista da ABPN**, v. 10, ed. especial, p. 215-237, maio, 2018.

MIZAE, N. C. O.; GONÇALVES, L. R. D. Construção da identidade negra na sala de aula: passando por bruxa negra e preto fudido a pretinho no poder. **Itinerarius Reflections** - Revista Eletrônica da Pós-Graduação em Educação, v. 11, n. 2, p. 1-21, 2015.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NASCIMENTO, A. J. O ambiente escolar e a construção da identidade negra. **Revista Opara - Ciências Contemporâneas Aplicadas**, Petrolina, v. 9, n. 1, p. 98-112, jan./abr., 2019.

OLIVEIRA, M. J. C. **Construção da identidade do aluno negro no âmbito escolar**. 2016. In: X Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental; VIII Colóquio Internacional "As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia". Disponível em: <revistas.ufac.br/revista/index.php/simposiufac/article/download/850/447>. Acesso em: 02 jun. 2018.

PINTO, M. C. C.; FERREIRA, R. F. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 9, n. 2, p. 257-266, jul./dez., 2014.

QUEIROZ, H. A.; ALVARENGA, J. B. S.; MORAES FILHO, I. M.; FIDELIS, A.; ARAÚJO, L. M.; ARAÚJO, L. M. O reconhecimento da identidade racial na educação infantil. **Rev. Cient. Sena Aires**, v. 7, n. 1, p. 66-75, jan./jun., 2018.

SEVERINO, R. A. **A formação da identidade da criança negra no contexto escolar**. 2010. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010.

SILVA, P. B. G. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. In: FONSECA, M. V.; SILVA, C. M. N.; FERNDANDES, A. B. **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. p. 11-37.

SOUZA, A. K.; GOMES, C. O. B. A construção positiva e negativa da identidade da criança e do adolescente afrodescendente no contexto escolar. **Revista Brasileira de Psicologia**, n. 2, n. especial, p. 73-84, 2017.

SOUZA, I. S. **O resgate da identidade na travessia do movimento negro: arte, cultura e política**. Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humanos, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1991.

SOBRE PROCESSOS E ELEMENTOS PRESENTES NAS RECONFIGURAÇÕES IDENTITÁRIAS DE PROFESSORES HOMENS NOS ANOS INICIAIS

Data de aceite: 12/05/2020

Maria da conceição Silva Lima

RESUMO: o presente artigo traz um estudo horizontal acerca da construção identitária profissional de professores homens atuantes nos anos iniciais. Como pressuposto, partiu do desafio de retomar uma pesquisa realizada em 2009 com dois professores acerca da opção pela sala de aula, oito anos após sua formação inicial. Ao revisitá-los, observamos que a dinâmica identitária profissional foi sendo processada na experiência com o campo de trabalho que atribuiu-lhes novos contornos em suas falas, reconfigurando-as. Os dados foram analisados na perspectiva da Análise Temática de Bardin (1999). Como resultante, evidenciamos que as representações docentes, cujo universo ainda envolve uma série de estereótipos ligados à maternagem e a forte presença feminina, impactam diretamente na reconfiguração da identidade profissional da profissão, que, por vezes, ocasiona uma fuga e abandono por parte das figuras masculinas do magistério.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade profissional. Magistério. Homens.

ON PROCESSES AND ELEMENTS PRESENT IN THE IDENTITY RECONFIGURATIONS OF TEACHERS MEN IN INITIAL YEARS

ABSTRACT: this article presents a horizontal study about the professional identity construction of working men teachers in the Initial Years. As a presupposition, the challenge of resuming a research conducted in 2009 with two teachers about the option for the classroom, eight years after their Initial Training. When revisiting them, we observed that the professional identity dynamics was being processed in the experience with the field of work, which attributed new contours to their lines, reconfiguring them. The data were analyzed from the perspective of the Thematic Analysis of Bardin (1999). As a result, we show that the teaching representations, whose universe still involves a series of stereotypes related to mothering and the strong female presence, directly impact on the reconfiguration of the professional identity of these subjects, causing an escape and abandonment of the initial identification with the teaching profession.

KEYWORDS: Professional identity. Teaching. Men.

1 | INTRODUÇÃO

Discutir sobre formação de identidades significa sempre uma tentativa provisória e imprecisa de se compreender a sociedade e as pessoas que a constituem. Nesse sentido, o que podemos tomar por identidade, e, em que medida, ela afeta a formação identitária profissional de professores homens atuantes nos anos iniciais?

De acordo os Estudos Culturais, a noção mais aproximada de identidade seria a de uma espécie de exteriorização, um fragmento temporário e representativo do sujeito. Tal afirmação, conforme pontuado por Hall (2001), considera que sua configuração é operada em articulação com o espaço-tempo, o que a faz extremamente vulnerável aos contextos a que é submetida, tornando-a efêmera. Nesse sentido, as certezas e afirmações de si como sujeitos tornam-se voláteis, de maneira que inúmeras alterações podem ser operadas, indiciando novos direcionamentos, rendendo à identidade contínuas reconfigurações.

Portanto, do ponto de vista da definição, o conceito de identidade tende a ser pouco palpável, sendo apenas uma expressão momentânea e não rígida de elementos de pertença e apego, podendo coexistir inúmeras identidades em articulação, sem que, necessariamente, uma suceda a outra. O que implica dizer que “dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas» (HALL, 2011, p. 13). E, nesse sentido, o elemento cultural também ganha destaque.

Segundo Dubar (1991,2005), cada indivíduo opera seus arranjos identitários dentro de um sistema particular e articulador de elementos. Tal aparato compreende não apenas referências primárias, advindas de nossas socializações iniciais, a exemplo da herança cultural familiar, como também, secundárias, que são fruto de nossas interações junto à sociedade.

Dessarte, Hall (1997) ratifica a importância da cultura enquanto instrumento de afirmação pessoal e coletivo, sobretudo, ao respaldar ou não, as identidades dentro de seu sistema alegórico, no qual cada sujeito toma um posicionamento e se faz reconhecer pelo outro. Para Woodward (2009), ela funciona como balizador das identidades, mediando a relação indivíduo-coletivo, implicando leituras prévias de comportamentos e de posturas, a partir de símbolos compartilhados, e que ao mesmo tempo, funcionam como localizadores do sujeito em termos de atributos, diferencia-o ou aproximando-o dos demais, num misto de pertença e exclusão.

Portanto, a identidade pode ser tomada pelas afirmações sobre si, principiada em diferenciações do outro, numa marcação social indicativa de quem somos e com o que nos identificamos, sendo caracterizada por “pontos de apego temporários às posições de sujeito” (SILVA, 2000, p.112). Dessa maneira, ocorre uma dinâmica dual, entre idas e vindas, (re)feita cotidianamente no âmbito das relações sociais e

das infinitas informações e conhecimentos que nos chegam na contemporaneidade.

Assim, ao entendermos uma formação identitária principiada por processos de construções e rupturas, atribuímos ao sujeito a qualidade de ator ativo em suas escolhas e rejeições, aproximações ou distanciamentos, adaptações, crises e superações. Tais cenários não abarcam apenas a vida particular, como também, têm penetrações na vida laboral, podendo acarretar tanto escolhas quanto redirecionamentos profissionais.

Dessa maneira, Dubar (1991,2005) alega que ao elegermos uma atividade profissional, inúmeros elementos são considerados. Esses englobam a representação em termos de *status* associado e passam por inclinações pessoais e operacionais em que essa escolha é realizada, por exemplo. Tal compreensão indica que nenhuma escolha profissional é realizada aleatoriamente. Antes, ela é feita em conformidade com as condições momentâneas de interesse/desinteresse que podem ter seus desdobramentos sentidos posteriormente, na medida em que esse profissional adentra e interage com os atores e com os jogos de poder pertinentes ao campo de atuação.

Para o autor citado, a construção das identidades profissionais não se encerra na formação inicial, sendo transformada por situações de crises e conflitos relacionados ao cotidiano do espaço de trabalho. No embate entre uma identidade prescrita ou idealizada na formação e uma identidade real vivenciada com os pares no campo de atuação. Portanto, Dubar (2012) entende que um recém-formado, ao entrar no mercado de trabalho, passa por uma (re)conversão à realidade, à cultura do grupo laboral, ocorrendo uma releitura de suas escolhas, levando-o a uma confirmação, ou ao abandono da profissão.

E, é nessa interlocução entre a cultura e o campo de trabalho que situamos o nosso objeto de pesquisa. Afinal, falar de professores homens em salas de aula com crianças ainda soa pitoresco, para não dizer controverso, se levarmos em consideração que, no Brasil, ainda existe uma imagem da docência, nesse segmento de ensino principalmente, atrelada à figura da mulher-mãe-cuidadora (ARCE, 1997; SAYÃO, 2005).

Assim, reiterada é a referência expressa a elementos de gênero que endossam um modelo excludente de figuras masculinas em salas de aula, tornando aqueles que conseguem vencer essa barreira figuras fundamentais para a compreensão das relações profissionais dentro do grupo docente e da sociedade como um todo. Ainda mais, se tivermos em conta que o Censo do Professor, no ano de 2007, apontou que apenas 5,1% dos professores atuantes em creches, pré-escolas e anos iniciais eram do sexo masculino.

Tal fato nos fez investigar como os nossos sujeitos de pesquisa se relacionam com essa realidade, com fins a compreendermos como ela interfere ou não em suas

escolhas e atuações profissionais, permitindo revelar elementos e contraposições expressos dentro dos processos (re)configuratórios de marcos da profissão docente na contemporaneidade.

2 | SOBRE OS ENTREVISTADOS E O PROCESSO DE PESQUISA

No ano de 2009 foi realizada uma pesquisa acerca das pretensões profissionais de 66 estudantes homens, matriculados no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. O objetivo era evidenciar as identificações dos estudantes com o curso e com o magistério, indicando elementos presentes nesse contexto.

Em linhas gerais, esses indivíduos estavam na faixa entre 24 e 33 anos, possuíam filhos, já atuavam no mercado de trabalho em áreas não conexas à educação, e, em sua maioria, estudavam no horário noturno. Detectamos também que os contatos com a escola e com a sala de aula ocorreram pela primeira vez no âmbito das disciplinas de Estágio Supervisionado, e nem sempre foram encaradas de maneira positiva.

Os dados revelaram uma resistência, de cerca de 81,8% dos sujeitos, ou seja, 54 estudantes pesquisados, em pensarem futuras atuações no âmbito da sala de aula, o que em si, já poderia ser considerado como algo relevante. Aos termos em conta que o curso em tela tem como eixo privilegiado a formação de professores para educação infantil e anos iniciais. A inclinação e expectativa dos referidos estudantes se relacionavam majoritariamente a inserções em ambientes expressos por ONGs e/ou empresas.

Ainda assim, sobrerresta notar que os estudantes apresentaram identificações com a área educacional, mas não necessariamente com a docência. Em contrapartida, 10% dos pesquisados que almejavam a sala de aula também cogitaram mudar para outras atividades, conforme o nível de aceitação ou de identificação com a escola. É para esse grupo que essa nova investigação está voltada.

Oito anos passados após o contato inicial, tentamos localizar novamente 06 estudantes que se prontificaram a atuar em salas de aula, numa perspectiva de estudo longitudinal, com vistas à investigação dos processos de (re)construção de identidades ocorridas a partir impacto da inserção no mercado de trabalho entre aqueles que fizeram a opção profissional pela sala de aula. Contudo, só conseguimos localizar dois, aqui chamados de *professor Aldo* e *professor Beto*.

O objetivo desse novo reencontro foi identificar elementos de conflito, mudança ou ratificação da opção profissional. E, para tal, conduzimos o processo a partir de três perguntas norteadoras: *Quais expectativas iniciais foram efetivamente realizadas nesses anos como docente? Qual o balanço que fazem das transformações em*

suas identidades profissionais? Como definem hoje a sua identidade profissional?

Os professores apresentaram os seguintes perfis:

- **Professor Aldo**- 38 anos, estudou a vida toda em escola pública, formou-se em Pedagogia, embora já tenha prestado vestibulares anteriores para Administração. Fez uma pós-graduação em Gestão Educacional. À época do segundo encontro, trabalhava como coordenador pedagógico em uma escola.
- **Professor Beto**- 32 anos, estudou em escola particular, formou-se em Pedagogia, que foi sua primeira opção de vestibular, fez uma pós-graduação em Gestão e Administração Escolar. À época do segundo encontro, atuava como coordenador de cursos técnicos.

A dinâmica foi estabelecida em dois momentos: no primeiro, foram realizadas entrevistas a partir das perguntas norteadoras. No segundo, os entrevistados foram convidados a relerem suas respostas dos questionários que responderam, em 2009, para assim, realizarem suas próprias reflexões. Momento em que puderam ponderar sobre o passado e o presente e vislumbrar os conflitos e crises dentro do campo de trabalho docente, refletindo então sobre fatos que fizeram rever, ou não, suas ideias iniciais.

Esse movimento nos permitiu detectar aspectos que se desenrolam com o passar do tempo na formação de identidades e que constituem esse estudo como algo que pode ser analisado a contento da contemplação de provisoriedades. Pois, conforme indicado por Josso (2004), há uma tênue fronteira na investigação sobre identidades profissionais de professores, que unem o passado e o presente, numa perspectiva analítica de futuro. Para a autora, cada professor agrega ao seu processo pessoal de construção da profissão suas histórias de vida, que vão direcionando novas afirmações e refutações, daí o caráter de provisoriedade. Então, na medida em que um professor vai tomando parte de novos processos de interação em sua vida profissional e pessoal, tende a alterar suas percepções de si próprio e de seu trabalho, conseqüentemente, fato que será melhor exposto a seguir.

3 | SOBRE EXPECTATIVAS E REALIDADES: A IDENTIDADE EM TRANSIÇÃO

De acordo com Tardif (2002), os primeiros anos de atuação no magistério são cruciais para a permanência dos docentes na profissão. Os processos de crises ou de choques de realidades (LOPES, 2006) pelos quais esses iniciantes passam afetam diretamente a identidade projetada para atuação em sala de aula. Assim, ao reencontrarmos nossos sujeitos de pesquisa oito anos após o primeiro contato, observamos de imediato que ambos, ao contrário da perspectiva inicial, não estavam lecionando em sala de aula, como anteriormente pretendido, mas atuavam como coordenadores pedagógicos.

Ao serem inquiridos sobre o que mudou em relação às projeções iniciais,

os dois suscitaram experiências e dificuldades de aceitação por parte de escolas particulares, e uma espécie de tendência desses estabelecimentos à efetivação em cargos administrativos, conforme depoimentos.

Naquela época que a gente conversou, mesmo eu sabendo que seria complicado, não pensei que fosse tanto. Como nunca atuei antes em escola nenhuma, não sabia exatamente como seria esse embate. Enfim, pensei que em escolas de alto poder aquisitivo fosse diferente. Coloquei alguns currículos e fui chamado para entrevistas, mas toda vez que eu chegava lá, era pra cargos de coordenação, gestão (Professor A).

Acho que eu entrei muito cedo na faculdade. Não imaginava como seria isso [risos!]. As pessoas na faculdade já estranhavam eu querer ser professor, e olhe que eu até atuei por seis meses, tranquilamente, num estágio com crianças. Mesmo eu colocando isso, uma diretora me disse numa entrevista que seria bem difícil. Então, aqui estou (Professor B).

Os depoimentos acima mostram que, embora tenham tentado de alguma maneira atuar como docentes, houve resistência das escolas em aceitá-los, conduzindo os processos seletivos para o âmbito da atuação administrativa. Sobre esse aspecto, ao analisar o discurso de diretores e gestores acerca da presença masculina no magistério, Abreu (2003) identificou que o gênero feminino tem prioridade para a contratação nas primeiras etapas da Educação Básica, conforme fragmento do depoimento dado por uma diretora:

Um dos nossos critérios para admissão de professores é não contratar homens para trabalhar com crianças. Do ensino infantil até a 5ª série só admitimos mulheres e de preferência que sejam mães, porque é consenso entre nós (direção e coordenação) de que o homem não tem jeito para lidar com as crianças, não tem a mesma afetividade da mulher, observados nas relações entre professor(a) e aluno(a) (ABREU, 2003, p.14).

Entendemos que os relatos apresentados representem um panorama de como a docência é ainda hoje sectária em termos de gênero, o que acaba por direcionar professores do sexo masculino para assumirem outros cargos dentro do ambiente escolar, supostamente mais condizente com o estereótipo de poder e de comando, a exemplo da Coordenação ou Gestão Pedagógica.

Ainda, conforme relatado por Cardoso (2007), existe uma tendência de que sejam dadas “maiores oportunidades aos homens para que eles abandonem a sala de aula a fim de ocupar cargos de administração, chefia, ou aqueles mais próximos a um padrão social de masculinidade” (ibidem, p.11). Dentro dos contextos apresentados, podemos inferir a forte influência dos aspectos culturais que nomeiam e representam o masculino e o feminino em nossa sociedade, extrapolando os limites das relações sociais, impactando também o mundo do trabalho.

Contudo, por serem instáveis, os processos de construção de identidades também estão a mercê de novas identificações. Foi dessa maneira que professor Aldo justificou a sua permanência na coordenação escolar.

Então, como eu precisava trabalhar, eu acabei aceitando coordenar, e vi que realmente era o que queria, porque, você sabe, trabalhar com o Fundamental I é fogo. De certa forma, acho que onde estou é mais tranquilo do que em sala de aula, acabei me identificando nisso, eu acho. (PROFESSOR ALDO)

Diante desse depoimento, ficou explícito que embora as identificações iniciais com uma profissão sirvam para nortear algumas escolhas, nem sempre elas se colocam de forma permanente, permitindo flexibilizações. No caso em tela, o docente expõe toda maleabilidade e capacidade adaptativa que as identidades profissionais podem sofrer, corroborando para que antigas certezas sejam reelaboradas no cotidiano do campo de atuação profissional (DUBAR, 2005).

Por outro lado, no caso específico de homens e docência, temos que considerar que, muitas vezes, tais percursos são seguidos muito mais em virtude de contingências, do que propriamente vontade. Além disso, salientamos que conforme expôs o professor Aldo, a necessidade de trabalhar, em algumas ocasiões, pode conduzir a mudanças de rota, sobretudo, dentro de um grupo de indivíduos que recebe pressões para serem provedores, exigindo assim uma rápida inserção no mercado produtivo, em comparação com as mulheres.

Sobre tal fato, o professor Beto relatou que ainda sentia vontade de atuar no magistério, mesmo que tenha gostado de trabalhar como coordenador de cursos técnicos:

Quando eu tive minha experiência de estágio, adorei o contato com as crianças. Mas, como eu vi que a coisa não ia rolar, me dei a oportunidade de trabalhar com coordenação de cursos técnicos, gostei. Então, hoje eu acho legal o meu trabalho, mas penso em fazer um concurso na área. Eu estudei e gostaria de ser professor, mas o que pesa mesmo é eu ter um dinheiro fixo todo mês. E, eu também acho que lá terei mais oportunidade de ir para sala de aula, mas eu não quero ir com os meninos muito pequenos não. Queria que eles fossem maiorzinhos, pequenos não seria minha praia. (PROFESSOR BETO).

O professor Beto em sua fala apresentou uma articulação entre as distintas facetas identitárias que podem habitar nos sujeitos. O fato de estar na coordenação e de gostar de atuar nesse segmento não implicou uma ruptura definitiva com antigas pertencas, aqui exemplificadas no desejo de ir para sala de aula. Tal perspectiva é entendida, de acordo com Bauman (2001), em virtude das identidades serem fluídas, sem necessariamente terem sua formação atual principiada pela total exclusão de antigas formações.

Esse hibridismo, termo defendido por Canclini (2008) ao se referir aos processos constitutivos identitários, faz com que os sujeitos se reagrupem em suas antigas e novas identificações, de maneira a achar um posicionamento mais cômodo diante das novas exigências. A identidade projeta-se, configura-se, refaz-se, desfaz-se, enfim, nada fica definitivamente acabado, podendo muitas identidades viver articuladas, formando arranjos.

Em termos de como os professores Aldo e Beto encaram tais mudanças, percebemos que eles se mostraram aparentemente satisfeitos com a atividade, com destaque para o professor Beto, que ainda mantém interesse em ir pra sala de aula mediante aprovação em concurso público, visto, ser essa via a que pode lhe garantir a referida inserção posto o universo que encontrou nas instituições particulares.

Ressaltamos também, nesse fragmento, seu desejo de trabalhar com alunos de maior faixa etária, o que pode estar ligado ao conceito de cuidados que cerca a educação infantil, conforme apontou Cardoso (2007). Uma das estratégias de inserção e adaptação daqueles docentes que não querem abandonar a sala de aula para cargos burocráticos, mas que não se identificam com alunos menores pode ser essa.

Ao serem questionados acerca da relação que fazem entre as perspectivas iniciais e a presente condição profissional, houve, de ambas as partes, um momento de reflexão e as respostas não foram tão imediatas.

Bem, acho que a gente faz uns planos e nem sempre eles saem como queremos. Hoje eu tenho outra realidade, fui pai e tenho que pensar nisso também. Acho que como coordenador, eu tenha talvez maior qualidade de vida, posso curtir mais meu pirralha, minha mulher, é isso. (PROFESSOR ALDO)

Ainda acho um absurdo não poder atuar na minha área de formação pelo fato de ser homem, mas eu também gosto do que faço agora. O público é diferente. Eu preciso organizar a vida de muita gente, porque você sabe, né? Coordenador é um faz tudo na verdade, a gente fica no fogo cruzado, mas eu estou gostando. (PROFESSOR BETO)

Em relação a como se definem em termos de identidade profissional, o magistério não é mais vislumbrado pelo professor Aldo. Já para o professor Beto, essa passou a ser uma opção também como garantia de uma estabilidade financeira.

Engraçado, quando você me chamou para gente conversar depois de tanto tempo, achei estranho, mas ao mesmo tempo fiquei curioso com a proposta de rever as respostas, nem me lembrava mais. Agora, lendo o que eu respondi, percebo como eu mudei, sabe? Acho que durante o curso, a gente se apaixona muito pelas ideias. Quando a gente bota o pé aqui fora, é que vemos que a coisa é outra. Há muito preconceito envolvendo a gente. Chega a ser bizarro. Hoje eu quero ser coordenador, gestor. Tenho botado currículos também em empresas. Não me vejo mais em sala de aula e planejando aulas. Poxa, mudei mesmo! (PROFESSOR ALDO)

Eita, acho que eu era bem idealista, né? [risos!!!] Esses anos de D.A¹. me fizeram assim. Não que hoje eu não pense em dar aulas, mas é que aquele fogo de revolucionar, essas coisas, eu não tenho muito. Acho que dentro de uma prefeitura, eu consiga trabalhar melhor em sala de aula, acho as pessoas não teriam tanta frescura. Mas, em relação a como me sinto agora, em termos da minha profissão, eu estou bem. Sou coordenador, e é isso. (PROFESSOR BETO)

Os professores, de acordo com os depoimentos acima, ao serem confrontados

1. Diretório Acadêmico

com as respostas dadas há oito anos atrás, revelaram surpresa com a mudança em suas identidades profissionais. Compararam as expectativas e influências iniciais com a realidade em que estavam mergulhados na atualidade. Deram-se conta do quanto suas identidades foram reformuladas, e que as projeções de agora buscam uma aproximação maior com a área de gestão e coordenação escolar.

Contudo, podemos perceber em meios aos discursos, a menção aos preconceitos enfrentados diante da opção de homens pela sala de aula, o que nesses casos, pode ter sido o fator de afastamento e redirecionamento profissional de Aldo e Beto. De acordo com um estudo implementado por Rabêlo (2013) envolvendo figuras masculinas na Pedagogia, a opção pelo magistério se realiza não apenas por questões intrínsecas de identificação com a atividade. Ela também considera os elementos extrínsecos aos sujeitos, relacionados a como a sociedade vê cada profissional e delinea suas possibilidades de sucesso na área inicialmente pretendida.

A referida autora afirmou que “no Rio de Janeiro, por exemplo, ouvimos declarações preconceituosas até mesmo por parte dos setores administrativos da educação, insinuando que só havia professores homossexuais nesse segmento” (RABELO, 2013, p. 914). Tal assertiva nos faz refletir acerca de possíveis resistências e preconceitos que ainda persistem em determinados setores da vida produtiva, afetando diretamente as expectativas de futuros profissionais.

No caso específico do magistério, entendemos, a partir dos depoimentos dos professores Aldo e Beto, que essas configurações sociais os levaram a outros rumos profissionais, adequando suas identificações às oportunidades surgidas. Contudo, em um país que carece de profissionais comprometidos e dedicados à docência, estereotipar o trabalho de homens e de mulheres tendo como base, não a capacidade profissional, mas antigas construções binárias que determinavam o lugar de homens e de mulheres no mundo do trabalho é um preconceito que deve ser ultrapassado.

Além do que, entendemos que tal postura enfraquece a noção de profissionalidade adquirida mediante a formação adequada e da aquisição de saberes que permitem ao profissional habilitado o pleno exercício de suas funções. Em se tratando da docência, entendemos que tais posturas colaboram contra o reconhecimento da função para além de vocação, dom ou maternagem, agregando um caráter mais profissional aqueles que a desempenham.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos esse trabalho algumas considerações podem ser tecidas. A principal remete a um entendimento não estático e linear dos processos de

construção de identidades. Considerou-se não apenas o fato de nossos sujeitos terem cambiado suas pretensões iniciais, como também, a identificação desses com novos elementos e situações estabelecidos *no e pelo* campo de atuação.

O fato de não abandonarem a área educacional demonstrou, em nosso entendimento, uma permanência de identificações iniciais, embora essas tenham sido reconfiguradas no decorrer de suas trajetórias, aparentemente muito mais pela falta de oportunidade de atuar em sala de aula, do que, propriamente, pela vontade inicial dos professores. Isso indica os conflitos envolvendo a aceitação de homens na docência no Brasil vai muito além da suposta falta de atratividade desses em relação ao magistério, mas estão situados na ausência de uma estrutura de pensamento social que aprove e legitime tal escolha, de forma a oportunizar a experiência em sala de aula.

Tal comprovação foi confirmada nos depoimentos que delinearam a resistência em se ter homens atuando no magistério na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, enquanto expressão de um ranço que envolve construções de gênero e o setor educacional (LOURO, 1997), cujos desdobramentos ainda ocasionam clivagens entre homens e mulheres.

Quanto ao balanço que os nossos entrevistados fizeram desses oito anos, notamos certa frustração quando os professores revelaram situações nas entrevistas de emprego para o cargo de docente. No entanto, mostraram-se satisfeitos com a situação profissional atual, o que nos leva a compreensão de que o campo de trabalho também é formador de novas identidades profissionais, cuja posição foi destacada nas trajetórias profissionais de Aldo e Beto.

Em linhas gerais, pudemos observar que a dinâmica identitária opera em várias direções, dependendo dos contextos a que são submetidas. No caso do professor Aldo, ela possibilitou uma aproximação com a coordenação, área não contemplada como campo de interesse durante a Formação Inicial, mas que se configurou numa opção satisfatória ao mesmo, que não cogita mais a possibilidade de ir para sala de aula.

Em relação ao professor Beto, a docência ainda aparece em seus planos, mas está muito relacionada aos aspectos de estabilidade financeira do concurso público para o magistério, embora ainda transpareça identificação com a sala de aula com alunos maiores. E, isso nos revelou uma articulação em que antigas e novas perspectivas profissionais podem caminhar lado a lado, podendo ser ativadas conforme o contexto.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jânio Jorge Vieira. *O Masculino Nos Caminhos da Docência Primária em Teresina (Pi)* –

(1970-2000). 2002. Disponível em www.ufpi.br/mesteduc/eventos/enconctros/GT-02-06.htm acesso em 10/03/2018.

ARCE, A. *Jardineira, Tia e Professorinha: a realidade dos mitos*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 1997. 128 p.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1979.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

CARDOSO, Frederico Assis. Homens fora de lugar? *A identidade de professores homens na docência com crianças*. In: ANPEd: 30 anos de pesquisa e compromisso social. Caxambu. **Anais**. Rio de Janeiro, 2007.

DUBAR, Claude *A crise das identidades: a interpretação de uma mutação* Lisboa: Porto Editora, 1991.

_____. *A socialização: Construção das identidades sociais e profissionais*. Lisboa: Porto Editora, 2005.

_____. *A construção de si pela atividade do trabalho: a socialização profissional* In Cadernos de Pesquisa vol 42, n.146, p 351-357, 2012.

HALL, Stuart. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo* In Educação e Realidade. Jul-dez. 1997 disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361/40514> acesso 01/04/2018.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

JOSSO, Marie-Christine. *Experiências de vida e formação*. São Paulo: Cortez, 2004

LOPES, Amélia. *Da formação à profissão – choque da realidade ou realidade chocante?* In: ALONSO, M. L.; ROLDÃO, M. C. Ser professor do 1º ciclo – construindo a profissão. Coimbra, 2006. p. 85-92.

LOURO, Guacira L. *Gênero, sexualidade e educação - uma perspectiva pós-estruturalista*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

RABELO, Amanda. *Professores discriminados: um estudo sobre os docentes do sexo masculino nas séries do ensino fundamental* Educação e. Pesquisa., São Paulo, v. 39, n. 4, p. 907-925 out./dez. 2013

SAYÃO, Debora T. *Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo de professores em creche*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - UFSC, Florianópolis, 2005..

SILVA, Thomas T. da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual* In: SILVA, Thomas T. (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

A IMPORTÂNCIA DA INTERSETORIALIDADE NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA REGIÃO CENTRO SUL DO ESPÍRITO SANTO - BRASIL

Data de aceite: 12/05/2020

Daniele Custódio Gonçalves das Neves

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Alimentos e Nutrição, Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Campinas/ SP

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3755332522604492>

E-mail: dani.custodioneves@gmail.com

Katia Cilene Tabai

Professora da área de Políticas de Alimentação e Nutrição. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Seropédica / Rio de Janeiro

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5973361421417139>

E-mail: ktabai@ufrj.br

RESUMO: A intersetorialidade das políticas públicas é fundamental. Principalmente no tocante as ações de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política intersetorial amparada pela Lei nº 11.947/2009 que estipula alocação mínima de 30% do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a aquisições de itens provenientes da agricultura familiar. Fato

que contempla medidas necessárias à SAN. Essa pesquisa exploratória de caráter qualitativa analisa o desenvolvimento da PNAE em algumas localidades do Estado do Espírito Santo no período compreendido entre 2011 e 2017. Tem como objetivo principal investigar se os municípios desse Estado cumpriam a exigência do percentual mínimo estabelecido por lei. A região Central Sul apresentou percentual médio de 41,5% das aquisições oriundas da agricultura familiar, apresentando desempenho satisfatório, pois fez aquisições acima do mínimo exigido. A referida região é composta pelos municípios de Apiacá, Atílio Vivacqua, Cacheiro de Itapemirim, Castelo, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muqui e Vargem Alta. O município que mais se destacou, nesse período de análise, foi Cachoeiro de Itapemirim, pois apresentou percentual médio de aquisições da agricultura familiar de 53%. O município que apresentou o pior desempenho nesse período histórico foi Mimoso do Sul com 19,44%. Destaca-se que essas aquisições possibilitam a oferta de mais alimentos *in natura* aos alunos, viabilizando o acesso a alimentos variados e oportunizando, em alguns casos, o consumo de alimentos que, muitas vezes, não se tem acesso em casa.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Alimentar

e Nutricional, Políticas Públicas Intersetoriais, Programa de Alimentação Escolar, Agricultura Familiar.

THE IMPORTANCE OF INTERSECTORIALITY IN THE NATIONAL SCHOOL FOOD PROGRAM IN THE CENTER SOUTH REGION OF ESPÍRITO SANTO - BRAZIL

ABSTRACT: The intersectorality of public policies is fundamental. Especially with regard to actions to promote Food and Nutritional Security (SAN). The National School Feeding Program (PNAE) is an intersectoral policy supported by Law 11,947 / 2009, which stipulates a minimum allocation of 30% of the National Education Development Fund (FNDE) for the acquisition of items from family farming. Fact that includes measures necessary to SAN. This qualitative and quantitative exploratory research analyzes the development of PNAE in some locations in the state of Espírito Santo in the period between 2011 and 2017. Its main objective is to investigate whether the municipalities in that state met the minimum percentage requirement established by law. The Central South region had an average percentage of 41.5% of acquisitions from family farming, showing satisfactory performance, as it made acquisitions above the minimum required. This region comprises the municipalities of Apiacá, Atílio Vivacqua, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muqui and Vargem Alta. The municipality that stood out the most in this period of analysis was Cachoeiro de Itapemirim, as it had an average percentage of acquisitions from family farming of 53%. The municipality that had the worst performance in this historic period was Mimoso do Sul with 19.44%. It is noteworthy that these acquisitions make it possible to offer more fresh food to students, enabling access to varied foods and making it possible, in some cases, to consume food that is often not available at home.

KEYWORDS: Food and Nutrition Security, Intersectoral Public Policies, School Feeding Program, Family Farming.

1 | INTRODUÇÃO

Em 2019, mais de 820 milhões de pessoas apresentaram dificuldade no acesso a alimentos. Ao mesmo tempo, o mundo inteiro apresenta casos de epidemias relacionadas ao excesso de peso e obesidade. A situação da insegurança alimentar e nutricional, no mundo, está ainda mais grave quando comparada a índices de anos anteriores (FAO, 2017; 2019).

O Brasil avançou muito no quesito governança e segurança alimentar e nutricional nessa última década, principalmente, em ações intersetoriais. Como resultado desse esforço, ocorreu a diminuição da pobreza e da fome (Tabai, 2017). Entretanto, a descontinuação de políticas públicas importantes como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem assustado especialistas da área e pode

ocasionar a volta do Brasil ao mapa da fome (Melito, 2020).

A operacionalização de políticas intersetoriais é complexa, pois envolve diversos âmbitos para a sua operacionalização. Nesse contexto, o fomento à Agricultura Familiar apresenta-se relevante à formulação e implementação de ações municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de desenvolvimento local visto promover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (Saraiva, 2013; Tabai, 2017).

Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), entende-se por Segurança Alimentar e Nutricional a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente. Sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Tem como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

O Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) objetiva promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável a toda população. Tem como prioridade famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Engloba as unidades produtivas rurais como fontes para o abastecimento regular e permanente de toda população brasileira à alimentação adequada e saudável.

No entanto, no Brasil, ainda há um grande número de pessoas que sofrem de insegurança alimentar crônica ou transitória, apesar do rápido progresso na redução da pobreza e da insegurança alimentar em muitas partes da realidade telúrica (Azeredo et al, 2017; Castro et al, 2014; Tabai, 2017).

Nessa lógica, conforme prerrogativas do Ministério da Educação, a alimentação e as práticas alimentares constituem temática transversal a ser constantemente refletida nas unidades de ensino em suas diferentes nuances (Bizzo, 2005; Fiore et al 2012).

Nesse bojo, destaca-se ainda o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE e suas interlocuções com a lei nº 11.947/2009. O referido programa é referência no mundo todo, mas principalmente nos países da América Latina e Caribe. A alimentação escolar é defendida como um direito dos estudantes e considerada uma das estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O cardápio adotado contém alimentos básicos, incentivando o uso de produtos regionais, respeitando, assim, a cultura alimentar local e ao uso de produtos *in natura*, típicos da agricultura familiar (Villar et al, 2013).

A intersetorialidade de políticas públicas – como o PNAE – requer a quebra de paradigmas estruturais verticalizados entre as instituições públicas. Isso porque, problemas de segmentos específicos da população exigem uma remodelagem das velhas estruturas organizacionais, novas respostas, das quais a intersetorialidade é

uma das alternativas possíveis (Perini, 2013).

A intersectorialidade em SAN pode ser entendida como o conjunto de possibilidades para a promoção de ações e programas integrados em que os diversos setores de governo e da sociedade ultrapassam dificuldades de comunicação e ação de forma integrada (Tabai, 2017; Maluf, 2007).

Este artigo apresentará o estudo de caso, realizado no município capixaba de Cachoeiro de Itapemirim e dos municípios pertencentes a Região Central Sul do Espírito Santo diante da PNAE, a partir da exposição dos quantitativos e percentuais relativos a evolução de aquisições de itens provenientes da agricultura familiar pelas municipalidades.

2 | MATERIAIS E MÉTODO

A pesquisa possui caráter exploratório e de natureza quali-quantitativa. Optou-se por escolher essa metodologia devido às facilidades que apresenta na análise dos dados brutos através de instrumentos padronizados, sem perder os traços ricos substanciais de análises qualitativas (Barros et al, 2000; Gerhardt et al, 2009).

Essa pesquisa faz parte do projeto de estudos intitulado “Segurança Alimentar: a intersectorialidade no Brasil” submetido à Comissão de Ética em Pesquisa na UFRRJ (COMEP/UFRRJ). Segue os princípios éticos da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo humanos. Obteve parecer favorável à sua realização, conforme descrito no protocolo nº 797/2016.

Os dados do Programa Nacional de Alimentação Escolar foram obtidos por meio da plataforma do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) consoante às prestações de contas dos municípios ao referido Fundo. O período analisado foi de 2011 a 2017, pois foi o período disponível para análise na plataforma. A fim de compreender melhor a efetividade desta política pública no município de Cachoeiro de Itapemirim, foi averiguada também as aquisições em outros seis municípios pertencentes a microrregião Central Sul do Espírito Santo.

Os dados coletados foram organizados e agrupados por ano e município. Na plataforma do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) constavam apenas os valores totais das aquisições para a alimentação escolar e os valores das aquisições oriundos da agricultura familiar por ano. Para a organização e análises dados estatísticos foi utilizado o Microsoft Excel o que permitiu o desenvolvimento de tabelas com os valores absolutos e percentuais.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Região Central Sul do Espírito Santo possui 8 (oito) municípios e todos receberam repasses do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para o PNAE durante o período estudado (2011 a 2017). Entretanto, o desempenho dos municípios, no cumprimento do artigo 14 da lei nº 11.947, apresentou discrepâncias.

Em 2011 (Tabela 1 abaixo), cinco municípios estudados adquiriram percentual superior ao mínimo estipulado. Com destaque para o município de Cachoeiro de Itapemirim que adquiriu aproximadamente 84%.

Dois municípios fizeram aquisições tímidas como 16,78% (Atílio Vivacqua), e 3,01% (Castelo).

O município de Mimoso do Sul sequer realizou aquisições nesse ano.

	Percentual (%)
Apiacá	40,35
Atílio Vivacqua	16,78
Cachoeiro de Itapemirim	84,01
Castelo	3,01
Jerônimo Monteiro	51,20
Mimoso do Sul	0,00
Muqui	37,80
Vargem Alta	49,49
CENTRAL SUL	57,59

Tabela 1. Percentuais de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar na região Central Sul do Espírito Santo em 2011.

Fonte: FNDE, 2018.

Na tabela 2, que se segue, vislumbra-se o ano de 2012, no qual alguns municípios apresentaram quedas percentuais como Apiacá, Muqui e Atílio Vivacqua.

O destaque dessa Região ficou para o município de Mimoso do Sul que apresentou variação no período de +25,40%. Outro destaque da Região foi Cachoeiro de Itapemirim que ainda cresceu em 5,23% sua marca anterior relativa aos alimentos oriundos da agricultura familiar.

	Percentual (%)
Apiacá	36,31
Atílio Vivacqua	16,00
Cachoeiro de Itapemirim	89,24
Castelo	20,90
Jerônimo Monteiro	56,48
Mimoso do Sul	25,40
Muqui	34,42
Vargem Alta	27,35
CENTRAL SUL	64,29

Tabela 2. Percentuais de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar na região Central Sul do Espírito Santo em 2012.

Fonte: FNDE, 2018.

Comparando as tabelas 1 e 2, verifica-se que entre 2011 e 2012, a totalidade de municípios estudados acresceu em 6,7% às compras de itens provenientes da agricultura familiar.

O ano de 2013 pode ser observado na tabela abaixo:

	Percentual (%)
Apiacá	7,07
Atílio Vivacqua	23,04
Cachoeiro de Itapemirim	33,04
Castelo	21,16
Jerônimo Monteiro	0,00
Mimoso do Sul	0,00
Muqui	27,10
Vargem Alta	0,00
CENTRAL SUL	25,00

Tabela 3 Percentuais de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar na região Central Sul do Espírito Santo em 2013.

Fonte: FNDE, 2018.

Em 2013, diferentemente dos percentuais atingidos nos anos anteriores, a Região Central Sul, em sua globalidade, pela primeira vez não ultrapassou o percentual de 30%. Interessante observar que os municípios de Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul e Vargem Alta zeraram suas aquisições da agricultura familiar. Desses municípios, somente Mimoso do Sul foi reincidente em zerar aquisições oriundas da agricultura familiar.

Outro fator interessante se refere ao município líder em aquisições da agricultura familiar, Cachoeiro de Itapemirim, que vinha apresentando percentuais acima de 80%. Nesse ano, conteve-se em atingir um pouco mais do mínimo exigido.

Destaca-se que, o ano de 2013, foi o primeiro ano de exercício dos novos prefeitos eleitos. Somente na prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim o prefeito dava continuidade a seu mandato.

Os dados referentes ao período de 2014 serão observados a seguir:

	Percentual (%)
Apiacá	23,21
Atilio Vivacqua	29,47
Cachoeiro de Itapemirim	53,00
Castelo	32,54
Jerônimo Monteiro	28,62
Mimoso do Sul	15,88
Muqui	27,22
Vargem Alta	0,00
CENTRAL SUL	40,65

Tabela 4. Percentuais de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar na região Central Sul do Espírito Santo em 2014.

Fonte: FNDE, 2018.

Após apresentar percentual médio de 25%, em 2013, a Região Central Sul do Espírito Santo conseguiu recuperar e ultrapassar o percentual mínimo (Tabela 4). Novamente, Vargem Alta zerou as aquisições oriundas da Agricultura Familiar, demonstrando o desinteresse da nova gestão diante do programa.

Observa-se, tão logo, que a Região, em tempos áureos, atingia percentuais acima de 55% de aquisições de itens relacionados a agricultura familiar, começando reestruturações que levaram a queda dessas para pouco para mais de 40% em 2014. Decréscimo que permanece nos anos seguintes.

As tabelas a seguir se referem as quantitativos dos anos de 2015 e 2016:

	Percentual (%)
Apiacá	22,20
Atilio Vivacqua	27,39
Cachoeiro de Itapemirim	40,15
Castelo	20,80
Jerônimo Monteiro	65,14
Mimoso do Sul	29,74
Muqui	20,15
Vargem Alta	118,32
CENTRAL SUL	40,14

Tabela 5. Percentuais de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar na região Central Sul do Espírito Santo em 2015.

Fonte: FNDE, 2018.

	Percentual (%)
Apiacá	29,93
Atilio Vivacqua	22,95
Cachoeiro de Itapemirim	40,81
Castelo	28,92
Jerônimo Monteiro	36,34
Mimoso do Sul	33,35
Muqui	27,74
Vargem Alta	33,89
CENTRAL SUL	35,60

Tabela 6. Percentuais de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar na região Central Sul do Espírito Santo em 2016.

Fonte: FNDE, 2018.

Na Região Central Sul do estado capixaba (Tabela 5) notamos a surpreendente marca de 118,12% do município de Vargem Alta. Acredita-se que, por não terem sido realizadas aquisições, nos períodos anteriores (2013/2014), houve recursos para a aquisição de produtos da agricultura familiar no ano de 2015. O município de Jerônimo Monteiro teve seu melhor percentual no período estudado (65,14%), seguido por Cachoeiro de Itapemirim (40,15%). Somente esses três municípios atingiram o mínimo exigido por lei.

Em 2016, conforme observável na tabela 6, os oito municípios apresentaram percentuais muito próximos ao mínimo exigido pela legislação (30%), sendo que metade dos municípios apresentaram percentuais entre > 20% e < 30%; três municípios apresentaram valores percentuais entre > 30 % e < 40%, incluindo Mimoso do Sul. Somente Cachoeiro de Itapemirim apresentou valores superiores a 40%.

No ano de 2017, os decréscimos de aquisições aumentam em quase todos os municípios como observaremos na tabela 7 a seguir:

	Percentual (%)
Apiacá	3,87%
Atilio Vivacqua	15,27%
Cachoeiro de Itapemirim	32,01%
Castelo	27,54%
Jerônimo Monteiro	45,33%
Mimoso do Sul	31,74%
Muqui	0,00%
Vargem Alta	12,38%
CENTRAL SUL	27,23%

Tabela 7. Percentuais de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar na Região Central Sul do Espírito Santo em 2017.

Fonte: FNDE, 2018.

Com a troca dos prefeitos na eleição de 2016 todos os municípios estudados apresentaram quedas súbitas nos percentuais das aquisições, tendo somente os municípios de Cachoeiro de Itapemirim (32,01%), Jerônimo Monteiro (45,33%) e Mimoso do Sul (31,74%) apresentado aquisições acima dos 30%. Apesar disso, Mimoso do Sul ainda apresentou decréscimo de 1,61% das aquisições.

O ano de 2017 foi o segundo pior ano para as aquisições da região Central Sul do Espírito Santo, só não foi pior que o ano de 2013 com seus 25%.

Salienta-se, mais uma vez, que as trocas das gestões das prefeituras tendem a gerar alterações nas aquisições oriundas da agricultura familiar.

Ainda assim, sobrerresta notar que alguns municípios ao longo do período estudado conseguiram manter percentuais acima dos 30%.

Agora apresentaremos, no 'gráfico 1', mostra do desenvolvimento da Região Central Sul capixaba comparando todo o período (2011-2017) e suas aquisições:

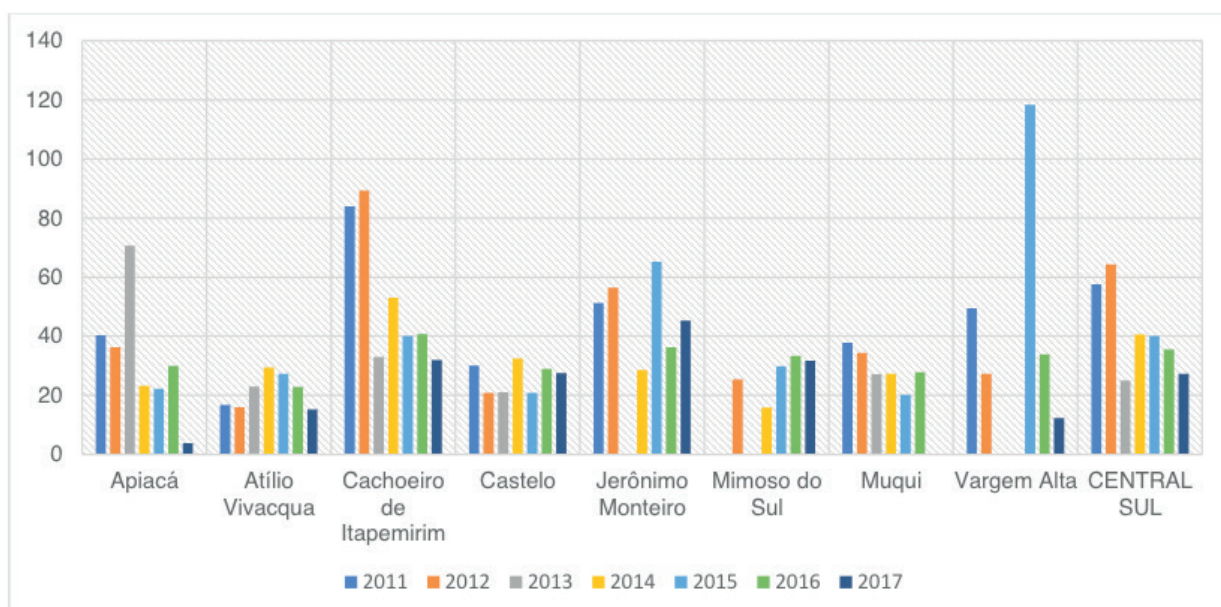


Gráfico 1. Percentual (%) da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar na Região Central Sul do Espírito Santo para o PNAE nos períodos entre 2011 e 2017.

Fonte: FNDE, 2018.

Perceptível é que o município que mais se destacou foi Cachoeiro de Itapemirim visto que manteve margem superior a 30% durante todo o período.

Os municípios da Região Central Sul demonstraram engajamento e comprometimento com o PNAE, pois, na média entre as regiões no período, houve percentual de 41,50% de aquisição de itens provenientes da agricultura familiar.

Ressalta-se que esse comprometimento alcança não só auxílios à compra de produtos da agricultura familiar, mas representa também a oportunidade aos alunos da educação básica de terem acesso regular a alimentos saudáveis em

quantidade e qualidade suficientes conforme previsões da norma.

Dessa maneira, enfatiza-se que o comprometimento municipal na melhoria dos alimentos a serem servidos nas escolas afeta o rendimento escolar dos estudantes e conforma hábitos alimentares mais saudáveis e dinâmicas produtivas em diferentes escalas.

O perfil de aquisições apresentado por essa microrregião infelizmente não é uma realidade nacional, pois no estudo de Neves e Tabai (2017), realizado em todo o Brasil, percebe-se que, somente em 2013, a região do Centro-Oeste conseguiu cumprir a obrigatoriedade do quantitativo de 30% da agricultura familiar. E, somente, a partir de 2014, a região Sul do Brasil passou a fazer aquisições acima dos 30%. No estudo de Ferigollo et. al (2017), ao avaliar o cumprimento da legislação no estado do Rio Grande do Sul, averiguou-se que a maioria dos municípios analisados cumpriu o determinado pela legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Entretanto, na pesquisa realizada por Villar et. al (2013) pode-se perceber o descumprimento é uma realidade ainda existente em municípios brasileiros, principalmente no estado de São Paulo. Nesse, apenas 47% dos municípios realizaram compra oriunda da agricultura familiar conforme o período analisado pelos autores.

Na pesquisa liderada por Aleixo (2018) apresentaram-se dados alarmantes. O autor nota que, em municípios pequenos (com até 50 mil habitantes), a tendência é de aquisições iguais a zero, fato que representa até 40% dos municípios do estado do Rio de Janeiro. Apesar de a partir de 2015, mais de 20 prefeituras, das 92 existentes no estado, terem feito aquisições superiores a 30% da agricultura familiar.

A pesquisa realizada por Bezerra e Tabai (2018) na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro mostrou que nenhum dos municípios pesquisados cumpriu o mínimo exigido por lei, tendo nesse cenário o melhor desempenho o município de Itaguaí que apresentou aquisição de 22,55%.

Além dos referidos quantitativos, em todas as pesquisas sobre o assunto, pontos como a necessidade do aumento da diversidade de alimentos, tanto de origem vegetal quanto de origem animal, sendo a maior parte deles *in natura*, são exaltados (Bezerra et al, 2018; Ferigollo et al. 2017; Lottenberg al., 2010; Soares et al., 2018; Villar et al., 2013;).

É sabido que o consumo regular de frutas e hortaliças traz efeitos benéficos para a saúde dos indivíduos como preconiza o novo Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014; Malta et al., 2014).

Ainda assim, ao analisarmos de forma longitudinal o programa de SAN e o Programa de Aquisições de Alimentos (PAA), notamos várias similaridades, tais quais poucas adesões a tais programas e baixa aquisição de itens oriundos da

agricultura familiar.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é uma política pública complexa, pois, para a sua efetividade é necessária integração entre diferentes órgãos, instituições e agentes de diferentes setores e repartições. Requer uma atuação integrada, de modo intersetorial, que objetive aperfeiçoar os meios de alimentação de escolares de todo o Brasil.

É importante compreender que o PNAE é uma política que vai além de fornecimento de alimentos *in natura*, minimamente processado, afinal é também parte de uma abordagem integradora, na qual a alimentação saudável assume um viés que visa fortalecer práticas agrícolas sustentáveis que colaboram para uma alimentação escolar mais humanizada, nutritiva e saudável.

O PNAE, em seu desiderato, possibilita, estimula, que novos gêneros alimentícios sejam cultivados proporcionando aos agricultores uma melhoria em renda familiar, lhes assegurando comercialização livre de atravessadores, promovendo a eles também vivenciar a SAN.

Espera-se, tão logo, que os benefícios desse sistema produtivo se façam presentes na vida de todos os escolares a partir da oferta de alimentação rica em frutas e hortaliças, livres de resíduos tóxicos e com uma oferta nutricional adequada e diversificada. Oferta essa, que se propiciada, fortalece os meios para o desenvolvimento acadêmico e desempenho escolar.

Contudo, muitos ajustes precisam ser feitos, principalmente relacionados a mitigação das quedas percentuais provenientes das trocas de mandatos. Visível se fez que há perdas percentuais significativas na aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar nesse momento.

Assim, importante é que se faça o acompanhamento periódico do PNAE a fim de compreender sua evolução como política pública. Notando as necessidades de adaptações locais específicas que possam aperfeiçoar ainda mais seu efetivação, tais quais localização de movimentos sociais que vertam subsídios na ocasião de carências, adaptação da norma a pequenos comerciantes que garantam a diversidade de itens necessários a adequada alimentação, além de checagens constantes dos quantitativos de agricultores familiares que sejam suficientes a produção de artefatos que garantam o cumprimento dos índices mínimos equacionadas por observações sobre técnicas, solos e perfil desses agricultores e viabilidade de meios de transporte que perpassam a distribuição dos alimentos em uma mesorregião.

Espera-se também que sejam desenvolvidas outras pesquisas sobre a temática

contemplando maior número de localidades e suas particularidades, enfatizando-se quais são os alimentos, em sua diversidade, que compõem as citadas aquisições, assim como as percepções dos escolares diante dessas.

REFERÊNCIAS

- ALEIXO, D.N.S. Aquisição de alimentos da agricultura familiar, incluindo produtos orgânicos, pelas Prefeituras Municipais do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, no período de 2011 à 2016. p.206. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.
- AZEREDO, R.M.M.C.; JORGE, K.; AZEVEDO, D.R.P. Evolução do Conceito de Segurança Alimentar. In.: Inocuidade dos Alimentos. p. 03-17, 2017.
- BARROS, A.J.S.; LEHFELD, N.A.S. Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica. 2 Ed. São Paulo: Makron Books. 84p., 2000.
- BEZERRA, I.G.C.; TABAI, K.C. Segurança Alimentar: A Intersetorialidade em Municípios do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Revista SODEBRAS. v.12, edição 145, p.60-66, 2018.
- BIZZO, Maria Leticia G; LEDER, Lidia. Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. Revista de Nutrição. vol.18 número:5. Campinas Sept./Oct. 2005
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Alimentar para a População Brasileira/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.
- BRASIL. Casa Civil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF, 2006. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm >, acessado em 23 de outubro de 2016.
- CASTRO, F. T.; TABAI, K. C; OLIVEIRA, S. P. Consumo de frutas e hortaliças: fatores determinantes. In: Tendências e Inovação em Ciência, Tecnologia e Engenharia de Alimentos. Atheneu. p. 269-299, 2014.
- FAO. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. Alimentación Escolar: Desarrollo de programas sostenibles a partir del caso Brasileño. Núcleo de Capacitación en Políticas Públicas. 33p., 2017.
- FAO. 2019: The State Of Food Security and Nutrition in the World - Safeguarding Against Economic Slowdowns And Downturns. 239p., 2019. Disponível em: < <http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf> >, acessado em 16 de janeiro de 2020.
- FERIGOLLO, D.; KIRSTEN, V.R., HECKLER, FIGUEREDO, O.A., PEREZ-CASSARINO, J.; TRICHES, R.M. Products purchased from family farming for school meals in the cities of Rio Grande do Sul. Revista de Saúde Pública. n.51, v.6, p.1-9 2017.
- FIORE, Elaine Gomes et. al. Abordagem dos Temas Alimentação e Nutrição no Material Didático do Ensino Fundamental: interface com segurança alimentar e nutricional e parâmetros curriculares nacionais. Saúde Soc. São Paulo, v.21, n.4, p.1063-1074, 2012.
- GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 120p., 2009.

LOTTENBERG, A.M.P.; Fan, P.L.T.; Buonacorso, V. Efeitos da Ingestão de Fibras sobre a Inflamação nas Doenças Crônicas. *Einstein*. v.8, n.1, p. 254-258, 2010.

MALUF, R.S.J. *Segurança Alimentar e Nutricional*. Petrópolis: Editora Vozes. 174p., 2007.

MALTA, D.C.; ANDREAZZI, M.A.R.; Oliveira-Campos, M.; ANDRADE, S.S.C.A.; SÁ, N.N.B.; MOURA, L.; DIAS, A.J.R.; CRESPO, C.D.; JUNIOR, J.B.S. Trend of the risk and protective factors of chronic diseases in adolescents, National Adolescent School-based Health Survey (PeNSE 2009 e 2012). *Rev. Bras. Epidemiol. Supl Pense*. p.77-91, 2014.

MELITO, L. Arquitetura da destruição das políticas de combate à fome no Brasil. In.: *O Joio e o Trigo: Comer Bem, Comer Mal*, 2020. Disponível em: < <https://outraspalavras.net/ojoioeotriogo/2020/02/arquitetura-da-destruicao-das-politicas-de-combate-a-fome-no-brasil/> >, acessado em 04 de fevereiro de 2020.

MONTEIRO, B. L.; DIAS, A.; TABAI, K. C. Políticas Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Seropédica, Rio de Janeiro-Brasil. *Cadernos de Agroecologia*, v. 13, p. 1-10, 2018.

MONTEIRO, B.L.; TABAI, K.C.; PORTILHO, E.S.; BEZERRA, I.G.C.; PINTO, M.A.M.; FERNANDEZ, P.SC.; MAJEROWICZ, N.; MELLO, G.A.B.; BILHEIRO, L.C.R.; DIAS, A. Reflexões Sobre Políticas de Fortalecimento da Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Seropédica-RJ. In.: *Agroecologia: Debates sobre a Sustentabilidade*. Atenas Editora. p.1-12, 2019.

NEVES, D.C.G.; TABAI, K.C. Programa de Aquisição de Alimentos: Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e Hábitos Alimentares Saudáveis a Vulneráveis. In: Vanessa Bordin Viera; Natielei Piovesan. (Org.). *Avanços e Desafios da Nutrição 4*. 1ed. Ponta Grossa: Atena editora, 2019, p. 213-222.

NEVES, D.C.G.; TABAI, K.C. Analysis of the National School Food Program (NSFP) like Public Policy on Food and Nutrition Security in Brazil. In: *International Conference on Childhood Obesity - Conference Book*. Lisboa, Portugal, p. 84-85, 2017.

PERINI, J.H.M. *Desafios da Gestão Intersetorial na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Fundação Oswaldo Cruz (Dissertação). 95p., 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMAG). *Censo Rural, 2012*. Disponível em < http://www.cachoeiro.es.gov.br/nap/censo_rural.html >, acessado em 21 de maio de 2016.

SOARES, P.; MARTINELLI, S.S.; FABRI, R.K.; VEIROS, M.B.; DAVÓ-BLANES, M.C.; CAVALLI, S.B. Programa Nacional de Alimentação Escolar como promotor de Sistemas Alimentares Locais, Saudáveis e Sustentáveis: uma avaliação da execução financeira. *Ciência & Saúde Coletiva*. n. 23, v.12; p.4189-4197, 2018.

TABAI, K.C. A Segurança Alimentar e Nutricional no contexto da intersetorialidade. In: Denise Regina Perdomo Azeredo (Org.). *Inocuidade dos Alimentos*. São Paulo: Ed. Atheneu, p. 19-30, 2017.

VILLAR, B.S.; SCHWARTZMAN, F.; JANUARIO, B.L.; RAMOS, J.F. Situação dos Municípios do Estado de São Paulo com Relação à Compra Direta de Produtos da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Revista Brasileira de Epidemiologia*. n. 16, v. 1, p. 223 – 226, 2013.

AÇÕES DE CONTROLE DA RAIVA ANIMAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA USINA HIDRELÉTRICA DE SERRA DA MESA, NORTE DE GOIÁS, BRASIL

Data de aceite: 12/05/2020

Data de submissão: 22/03/2020

Leonardo Aparecido Guimarães Tomaz

Agência Goiana de Defesa Agropecuária
Goiânia-GO

<http://lattes.cnpq.br/1503174075033108>

Valéria de Sá Jayme

Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
- UFG
Goiânia – GO

<http://lattes.cnpq.br/0603234425928309>

Marlon Zortéa

Campus Avançado de Jataí - UFG
Jataí-GO

<http://lattes.cnpq.br/8333704273610638>

Aires Manoel de Souza

Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
- UFG
Goiânia – GO

<http://lattes.cnpq.br/2205630749435756>

RESUMO: Apesar da indiscutível participação dos morcegos na transmissão da raiva, estudos que os relacionam à distribuição da raiva animal ainda são escassos. Neste contexto, o presente trabalho teve como objetivo avaliar aspectos epidemiológicos relacionados ao ciclo

aéreo da raiva e sua evolução espaço-temporal na microrregião de Porangatu-GO através da captura de morcegos em abrigos naturais e artificiais em Niquelândia e Barro Alto; além da análise dos resultados de exames laboratoriais (IFD e ICC) para a raiva animal nos dezenove municípios integrantes na série histórica 1999-2008. *Desmodus rotundus* foi a única espécie hematófaga capturada e compôs 38,8% da amostra. O tamanho médio de suas colônias foi de 48 indivíduos, com prevalência de animais adultos. Fêmeas não grávidas representaram 67,9% dos animais capturados e foram mais abundantes no período chuvoso; dentre os machos 61% estavam ativos sexualmente com maior predominância de machos escrotados no período seco. A razão sexual das colônias foi de 1:1, em 43. Outras doze espécies não hematófagas foram amostradas, cinco compartilhando abrigo com morcegos-vampiro. O baixo número de *D. rotundus* capturados assinala um eficaz controle populacional de morcegos-vampiro e o número de espécies amostradas confirma a riqueza da quiropterofauna dos Cerrados. Estudou-se a situação epidemiológica da raiva bovina, eqüina, suína e de morcegos hematófagos e não hematófagos na microrregião de Porangatu-GO na série histórica 1999-2008. Foram analisados

1301 diagnósticos laboratoriais da raiva por imunofluorescência direta e inoculação intracerebral em camundongos. Do total dos exames, 82,63% apresentaram resultados negativos para a raiva, enquanto 17,37% foram positivos. A taxa de infecção variou entre as espécies pesquisadas. Verificou-se tendência anual oscilatória no número de amostras submetido a exame e de resultados positivos. A raiva esteve presente com maior ou menor intensidade em todos os municípios, não tendo sido observada estacionalidade ao longo do ano.

PALAVRAS-CHAVE: morcegos, epidemiologia, infecção, diversidade

RABIES CONTROL IN THE RANGE OF THE HYDROELECTRIC PLANT OF SERRA DA MESA, NORTH OF GOIÁS, BRAZIL

ABSTRACT: Despite the indisputable participation of bats in rabies transmission, studies that relate them to the distribution of animal rabies are still scarce. In this context, the present study aimed to evaluate epidemiological aspects related to the air cycle of rabies and its spatio-temporal evolution in the micro-region of Porangatu-GO through the capture of bats in natural and artificial shelters in Niquelândia and Barro Alto; in addition to the analysis of the results of laboratory tests (IFD and ICC) for animal rabies in the nineteen municipalities included in the 1999-2008 historical series. *Desmodus rotundus* was the only hematophagous species captured and made up 38.8% of the sample. The average size of their colonies was 48 individuals, with a prevalence of adult animals. Non-pregnant females represented 67.9% of the captured animals and were more abundant in the rainy season; among males 61% were sexually active with a greater predominance of male scrotum in the dry period. The sex ratio of the colonies was 1: 1.43. Twelve other non-hematophagous species were sampled, five sharing shelter with vampire bats. The low number of *D. rotundus* captured indicates an effective population control of vampire bats and the number of species sampled confirms the richness of the Cerrados chiropterofauna. The epidemiological situation of bovine, equine, swine and hematophagous and non-hematophagous bats was studied in the micro region of Porangau-GO in the 1999-2008 historical series. 1301 laboratory diagnoses of rabies were analyzed by direct immunofluorescence and intracerebral inoculation in mice. Of the total exams, 82.63% showed negative results for rabies, while 17.37% were positive. The infection rate varied among the species surveyed. There was an annual oscillatory trend in the number of samples submitted to examination and positive results. Anger was present to a greater or lesser extent in all municipalities, with no seasonality observed throughout the year.

KEYWORDS: bats, epidemiology, infection, diversity

1 | INTRODUÇÃO

Os conhecimentos epidemiológicos do vírus transmissor da raiva pelo morcego *Desmodus Rotundus (DR)* ao homem demonstraram a necessidade da adoção de uma série de estratégias com fins a prevenção da enfermidade, sendo que uma delas foi o desenvolvimento de métodos de controle populacional dessa espécie (Uieda et al., 1994).

Inicialmente, tais métodos não eram seletivos e causavam enormes prejuízos à dinâmica das comunidades biológicas (Delpietro et al., 1991), porém estudos envolvendo diversos aspectos da biologia e ecologia dos *DR* conferiram um precioso esforço no controle da raiva impresso pela referida medida (Flores-Crespo, 2003).

Contudo, pesquisas sobre quirópteros no Brasil ainda são incipientes, o que dificulta o aprimoramento das técnicas de controle populacional dos *DR* e obstaculiza a compreensão aprofundada da epidemiologia da raiva (Tomaz et al., 2007).

Suspeita-se que a composição das colônias de *DR* e a sua distribuição no interior dos abrigos diurnos infere dados relevantes sobre tal realidade. Isso porque, o formato e a estrutura dos abrigos podem influir no formato das colônias. Habitualmente essas colônias contêm aproximadamente de 10 a 50 indivíduos, contudo, em áreas onde seu controle populacional não é realizado sistematicamente, agrupamentos de 100 ou mais morcegos podem ocorrer. Colônias ainda maiores foram mencionadas por Taddei et al. (1991) e por Bredt et al. (1999) nos Estados de São Paulo e na região do Distrito Federal. Daí a eficiência proveniente do controle de suas populações realizada através de uma pasta vampiricida de aplicação tópica em morcegos (Uieda, 1996).

No Brasil, estudos realizados na região nordeste (Alencar et. al., 1994) e em São Paulo (Uieda et al., 2004) confirmaram esses padrões. Alencar et. al. (1994) verificaram ainda diferenças na razão sexual em diversos abrigos, sendo observados machos escrotados e fêmeas grávidas em todos os meses do ano, indicando uma reprodução contínua ao longo do período. Contrastando com os relatos de Nunes & Viana (1997), que observaram picos de nascimentos na estação chuvosa na Argentina.

O padrão reprodutivo dos morcegos está intimamente ligado à sua proliferação e propagação. Contudo, esse aspecto da biologia dos morcegos é bastante carente de estudos no Brasil (Zorteia, 2003), o que torna difícil, se não impossível, sua associação à dinâmica da raiva numa região uma vez que esses padrões já foram descritos como extremamente diversos e de difícil compreensão (Racey, 1982). Além do fato do comportamento variar até mesmo dentro de uma mesma família, gênero ou espécie, em função de gradientes latitudinais e do tipo de hábitat (Taddei, 1996).

Repisa-se, tão logo, que estudos que revelem aspectos ecológicos e reprodutivos dos *DR* trarão importantes contribuições para o campo sanitário e de saúde pública e possibilitarão a adoção de estratégias de controle da raiva mais eficazes e com menor prejuízo para o ambiente.

A ordem *Chiroptera*, com 1.117 espécies já registradas, compreende a segunda maior ordem de mamíferos, sendo superada apenas pelos roedores (Simmons, 2005). Os morcegos possuem distribuição telúrica, abrangendo quase todo o planeta, com exceção das regiões polares e de ilhas muito afastadas dos continentes. São subdivididos em duas subordens com aproximadamente 186 gêneros e 18 famílias (Simmons, 2005). Nove dessas incidem nas Américas: *Emballonuridae*, *Noctilionidae*, *Mormoopidae*, *Phyllostomidae*, *Furipteridae*, *Vespertilionidae*, *Molossidae*; *Natalidae* e *Thyropteridae*, todas com representantes no Brasil. A lista mais atualizada de espécies de morcegos do Brasil registra 164 espécies, cerca de 15% da fauna mundial de morcegos (Reis et al., 2007).

A presença maciça dos quirópteros nos diversos ecossistemas ressalta sua importância na manutenção desses. Atributos como a notável variabilidade de formas, a capacidade de voo, o enorme leque de hábitos alimentares e a versatilidade na exploração de abrigos os tornam espécies-chaves na fauna (Aguirre, 2003).

A importância dos morcegos na epidemiologia da raiva é outro aspecto relevante na ecologia das espécies. Os morcegos são bastante versáteis e se adaptaram bem às modificações introduzidas pelo homem ao ambiente. Greenhall et al. (1988) destacam que, dentre outros aspectos, sua capacidade em utilizar diferentes tipos de abrigos diurnos para sua sobrevivência e sua versatilidade em explorar diferentes abrigos naturais e artificiais os tornam indivíduos com ampla distribuição geográfica (Schneider et al., 1995).

Todavia, a ocupação desordenada do solo, tida como fator chave na disseminação desses animais, ocasiona sérios problemas à sobrevivência de várias espécies, provocando a dispersão dos morcegos de abrigos originais (Germano et al., 1992), tornando-lhes propagadores da raiva quando infectados (Côrtes et al. 1994; Uieda et al. 1996).

Obstante a esses fatos, a literatura sobre a diversidade de morcegos no cerrado ainda é escassa, podemos citar apenas, nesse momento, os trabalhos como os de Willig et al. (1993), Trajano & Gimenez (1998) e Coelho (2005).

O estudo dos padrões de diversidade é citado como importante instrumento na biologia da conservação de um ecossistema sadio, e constituem um bom indicador no controle de distúrbios ambientais (Medellin et al., 2000). A crescente preocupação com a degradação do Cerrado e a necessidade de novas estratégias para sua preservação assinalam para a importância da investigação científica que priorize estudos de diversidade num variado número de regiões desse bioma.

Neste contexto, o presente estudo pretende elucidar aspectos bioecológicos dos morcegos, em uma região do Cerrado Goiano, atualizando a lista de espécies existentes na região e avaliando aspectos bioecológicos do *DR* considerando sua abundância e estágio reprodutivo em grutas do município de Barro Alto, Goiás.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Locais de coletas e referenciais das análises

A pesquisa de diversidade e composição de comunidades de morcegos deu-se em três sítios de pesquisa localizados em Niquelândia (14° 09' S; 48° 20' W – 480 m) e Barro Alto (14° 35' S; 48° 45' W – 570 m). Região essa que compreende uma área de Floresta Estacional Semidecidual, referida nesse estudo como Mata Seca (MT), localizada as margens do lago da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, além de englobar as proximidades da usina de refinamento de ferro-níquel em Niquelândia (14° 08' S; 48° 20' W – 490 m) e o Horto Aranha.

A localização de abrigos diurnos ocorreu a partir de informações de relatórios de monitoramento de populações de *DR* da Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa) em sua atuação relativa as ações de reflorestamento em Barro Alto.

Nos sítios amostrados em Niquelândia, a localização dos abrigos seguiu a busca ativa nas áreas supracitadas orientado por registros de coleta realizados por Tomaz et al. (2008), além de contar com informações obtidas junto aos moradores da região e colaboradores da usina de refinamento de ferro-níquel.

Foi considerado abrigo diurno de morcegos qualquer estrutura ou artefato, natural ou artificial, capaz de abrigar da luz e de intempéries ambientais um ou mais animais pelo período mínimo de um dia.

Foram realizadas ainda quatro expedições de captura aos sítios da *Anglo American*, em Niquelândia, e em Barro Alto. Sendo duas no período seco e duas no período chuvoso datadas de 2007 e 2008 (maio, julho, novembro, janeiro). Obedeceu-se o calendário lunar, selecionando as noites de lua nova para as coletas.

Cada um dos três sítios foi amostrado durante duas noites consecutivas, totalizando oito noites de capturas em cada expedição. Ao todo foram 24 noites de capturas e observações.

Os morcegos foram capturados com redes de neblina, ao nível do solo, utilizando-se 10 redes de nylon de malha fina, de tamanho 3,0 m x 2,5 m (75 m²), com suporte de tubos de alumínio de 2,5 cm de diâmetro e 3,0 m de altura, armadas à entrada de abrigos naturais e artificiais. Estas foram abertas no crepúsculo e permaneceram abertas por um período de cinco horas, sendo vistoriadas a cada 30 minutos ou uma hora, de acordo com a frequência de captura. Imediatamente após

a captura, os morcegos foram retirados manualmente e acomodados em sacos de pano individuais.

Dos animais capturados foram registrados os seguintes dados: espécie, sexo e tamanho do antebraço. A análise dos padrões reprodutivos e alimentares também foi realizada.

A identificação dos animais seguiu baseada no trabalho de Taddei (1996) e foi complementada com os estudos específicos relacionados a alguns grupos taxonômicos conforme os seguintes gêneros: *Lonchophylla* (ADDEI et al., 1983), *Artibeus* (HANDLEY, 1987), *Saccopteryx* (JONES & HOOD, 1993) e *Micronycteris* (SIMMONS, 1998). As espécies ainda foram classificadas conforme *status* de conservação definido por Lucn (2004).

Os morcegos identificados foram soltos após o registro dos dados.

Os morcegos que não puderam ser identificados em campo foram mortos em câmara mortuária com clorofórmio e fixados em solução de formol a 10% permanecendo, as espécies menores, imersas no fixador por 24 horas e as espécies maiores, 48 horas. Após fixação os animais foram alocados em vidros e conservados em álcool 70%. O material testemunho foi posteriormente identificado e tombado no Laboratório de Quirópteros da Escola de Veterinária-UFG.

Para a análise dos dados foi utilizado o programa Biodiversity Pro 2 e os resultados foram descritos por meio de médias e proporções conforme Dean et al. (1994) e Zar (1996).

O índice de Berger-Parker foi utilizado para verificar o nível de participação das espécies dominantes em cada sítio (MAY, 1973; Saw et al., 1983). O cálculo da diversidade alfa de morcegos foi obtido através do índice de Shannon-Wiener (H') (MAGURRAN, 1988).

A comparação entre o número e a frequência de espécies em cada sítio amostrado teve como base o trabalho de Tomaz & Zortéa (2008), o único estudo sob este enfoque na região e o de mais amplo espectro.

Para descrição da distribuição da raiva bovina nos municípios da microrregião de Porangatu foram analisados relatórios da Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa) contendo informações sobre os resultados de exames realizados pelo Labquali de Goiânia. Os diagnósticos foram realizados pelas técnicas de imunofluorescência direta (IFD) e inoculação intra-cerebral em camundongos (IIC) no período de janeiro de 1999 a dezembro de 2008.

Elaborou-se um banco de dados estruturado com recursos do pacote estatístico do programa Microsoft Excel® 2007, conforme recomendações de Dean et al. (1994), no qual foram registradas, para cada exame, as variáveis: município de origem do animal; o resultado da testagem; mês; e ano. O banco de dados foi organizado agrupando-se todos os municípios da microrregião de Porangatu em pastas dentro

de uma mesma planilha.

Foi realizado ainda o cruzamento de dados na referida planilha a partir da demarcação de pastas divididas em linhas que contemplavam os meses de janeiro a dezembro de 1999 a 2008 e em colunas nos quais foram registrados os resultados do exame laboratorial para bovinos, equinos, suínos, morcegos hematófagos e não hematófagos.

Para descrição da distribuição da raiva bovina nos municípios da microrregião de Porangatu foram analisados relatórios da Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa) contendo informações sobre os resultados de exames realizados pelo Labquali de Goiânia. Os diagnósticos foram realizados pelas técnicas de imunofluorescência direta (IFD) e inoculação intra-cerebral em camundongos (IIC) no período de janeiro de 1999 a dezembro de 2008.

Elaborou-se um banco de dados estruturado com recursos do pacote estatístico do programa Microsoft Excel® 2007, conforme recomendações de Dean et al. (1994), no qual foram registradas, para cada exame, as variáveis município de origem do animal, o resultado, mês e ano. O banco de dados foi organizado agrupando-se todos os municípios da microrregião de Porangatu em pastas dentro de uma mesma planilha. Cada pasta continha nas linhas os meses de janeiro a dezembro de 1999 a 2008 e em colunas os resultados do exame laboratorial para bovinos, eqüinos, suínos, morcegos hematófagos e não hematófagos. Os dados dessa série temporal equivalem aos números de diagnósticos laboratoriais positivos para raiva destes cinco grupos animais por mês, ano e municípios atingidos pela doença.

A distribuição temporal da raiva bovina, equina, suína, de morcegos hematófagos e não hematófagos foi representada por tabelas e estimativas de tendência. As informações foram estruturadas no programa Microsoft Excel® 2007.

3 | RESULTADOS

Foram capturados 402 animais de treze espécies de duas famílias, *Phyllostomidae* e *Molossidae*, com absoluta dominância da família *Phyllostomidae*, compondo 99,4% dessas capturas. O único representante da família *Molossidae* foi *Molossops temminckii*, com quatro indivíduos capturados (1,6%).

Quatro subfamílias de *filostomídeos* foram amostradas, com maior variedade de *Sternodermatinae*, *Phyllostominae* e *Glossophaginae*, com três espécies cada uma, representando mais de 80% das espécies capturadas.

As subfamílias *Carolliinae* e *Molossinae* apresentaram apenas uma espécie cada (em torno de 18% das espécies observadas). *Carollia perspicillata* foi a espécie dominante dentre os não-hematófagos, com 156 capturas (63,4%), *Glossophaga soricina* foi a segunda mais abundante, com 18,7% (46/246), e *Anoura geoffroyi*

representou 4,9% (12/246). A somatória de captura destas três espécies fez um total de 87% dos não hematófagos coletados. De uma maneira geral as espécies reveladas nesse levantamento já foram amostradas para o cerrado e não se apresentam em risco de extinção, contudo, destaca-se aqui, a presença de *Lonchophylla dekeyseri*, com 1,2% de captura, espécie constante da lista atual de espécies brasileiras ameaçadas de extinção e o registro de *Trachops cirrhosus* (Spix, 1823), não descrito anteriormente como existente em Goiás, segundo Nogueira et al. (2007).

Observou-se um rápido acúmulo de espécies nos primeiros estágios do inventário, quando cerca de 70% dessas foram amostradas ao término da primeira metade do levantamento.

Quanto à frequência de captura, *C. perspicillata* foi a única espécie capturada em todos os sítios e em todas as expedições. *Desmodus rotundus* foi capturado nas quatro incursões às grutas do Horto Aranha- Niquelandia, GO. As demais espécies tiveram flutuações na frequência e no local de captura durante a pesquisa.

A contribuição para o tamanho total da amostra e o número de espécies variou significativamente nos quatro ambientes. Horto Aranha foi responsável por cerca de 70% do total de coletas e abrigou oito espécies. A área do cerrado *stricto sensu* apresentou a menor abundância relativa (9,2%), contudo revelou um maior número de espécies que a Mata Seca e as grutas do Horto Aranha.

Desmodus rotundus e *Carollia perspicillata* foram as espécies mais abundantes, com uma diferença de apenas seis capturas de uma para outra. Das 13 espécies analisadas, somente duas foram encontradas nas quatro áreas amostradas (*Carollia perspicillata*, *Glossophaga soricina*). *Trachops cirrhosus* teve ocorrência registrada apenas em ambiente de Mata Seca e *Phyllostomus hastatus* foi capturado exclusivamente no Horto Aranha. As demais foram observadas em pelo menos duas áreas simultaneamente. O índice de Berger Parker revelou uma composição de 76% de espécies dominantes na região. O índice de Shannon-Wiener encontrado para a região foi de 1,114. Os dados revelaram também uma baixa diversidade de espécies para as quatro áreas: Mata Seca: $H' = 0,602$; cerrado: $H' = 1,000$; cerrado *Stricto sensu*: $H' = 0,954$ e Horto Aranha: $H' = 903$.

Troficamente a comunidade de todas as áreas se mostrou composta de espécies frugívoras (4/13), nectarívoras (3/13), insetívoras (3/13), carnívora (1/13) e hematófaga (1/13). Em termos de biomassa, os frugívoros e hematófagos foram mais significativos, aspecto demonstrado pela abundância de *Carollia perspicillata* e *Desmodus rotundus*. Incluem-se na guilda dos insetívoros *Micronycteris minuta* e *Mimon bennettii*, espécies descritas na literatura como de hábitos alimentares flexíveis, que completam sua dieta alimentando-se também de frutos.

A composição das guildas entre os ambientes teve mudanças significativas.

O ambiente de Mata Seca apresentou quatro guildas, nesse estudo, com um único representante de cada guilda e ampla dominância de frugívoros, seguidos pelos nectarívoros, insetívoros. Constituindo-se ainda o ambiente a abrigar o único representante da guilda dos carnívoros amostrados: *Trachops cirrhosus*.

Frugívoros também foram maioria no cerrado. Houve quatro espécies em ampla dominância: *C. perpicillata*; *cinereus*, *P. lineatus* e *P. helleri*. A guilda dos nectarívoros foi a segunda mais abundante. Contemplou três espécies. Seguidos dos insetívoros, com duas espécies (*Mimon bennettii* e *Molossops temminckii*) e hematófagos (*D. rotundus*).

As grutas amostradas no Horto Aranha resultaram em absoluta dominância de *D. rotundus*, sendo a única espécie hematófaga observada neste estudo. Os frugívoros foram a segunda guilda mais abundante neste sítio, devido à grande abundância de *C. perpicillata*. Outros frugívoros coletados no Horto Aranha incluíram: *P. lineatus* e *P. hastatus*. Nectarívoros aparecem em terceiro lugar sendo representados apenas por *G. soricina* e, finalmente, os insetívoros, com três espécies (*Micronycteris minuta*, *Mimon bennettii* e *Molossops temminckii*).

Foram analisados 1.301 exames laboratoriais para a raiva animal (ELRA) de cinco grupos animais; três de herbívoros domésticos: bovinos, eqüinos, suínos; e duas categorias de silvestres: morcegos hematófagos e não hematófagos todos oriundos dos áreas sinalizadas anteriormente. Do total de exames, 82,63% (1075/1301) apresentaram resultados negativos para a raiva. Os resultados positivos (226/1301) representaram os outros 17,37%.

Assim, as taxas de infecção nos grupos e a taxa de infecção total, pareceram estabilizar-se em torno de 17,5% nos três últimos anos da série histórica sugerindo amostragem satisfatória de ELRA para a amplitude da série histórica analisada.

As taxas de infecção dentro dos grupos oscilaram de menos de 0,5% para não hematófagos a menos de 4% para morcegos hematófagos, aproximadamente. Os eqüinos apresentaram a maior taxa de infecção observada (56,82%), já para bovinos este índice foi de 40,40% e suínos 14,29%.

Em números absolutos, o maior número de amostras bovinas foram submetidas ao exame laboratorial (n = 453), seguidas pelos morcegos hematófagos (n = 419), morcegos não hematófagos (n = 371), eqüinos (n = 44) e suínos (n = 14).

Ressalta-se que a análise do envio anual de amostras e do resultado dos ELRA revelou dois picos de amostragem entre 1999 e 2005. O primeiro e mais expressivo ocorreu no primeiro ano avaliado (1999), quando 285 amostras foram analisadas, obtendo-se, contudo, apenas dois resultados positivos; e o segundo ocorreu no quinto ano da série (2004), com 278 amostras analisadas e 51 casos positivos. O maior número de exames positivos foi obtido no sexto ano da série (2005) (n = 61).

A positividade das amostras variou para todas as espécies ao longo do período

revelando uma tendência ascendente do número de diagnósticos positivos para as três espécies domésticas, demonstrada pelas equações em bovinos: $y = 2,2x + 6,2$ ($R^2 = 0,105$), equinos: $y = 0,0485x - 0,0667$ ($R^2 = 0,087$) e suínos: $y = 0,3091x + 0,8$ ($R^2 = 0,121$). Para o grupo dos morcegos a análise da tendência dos diagnósticos positivos não foi possível pela baixa taxa de infecção observada no período.

4 | DISCUSSÃO

A explicação para a variação dos padrões de diversidade entre os morcegos é complexa, uma vez que diversos autores enumeram um profuso contingente de causas que podem determinar a presença ou ausência de espécies numa área. Sua distribuição provavelmente ocorre devido a características intrínsecas de cada área, que podem influenciar na composição da comunidade. Tais aspectos incluem a estrutura e a formação da vegetação aliadas a fatores abióticos como gradientes de temperatura, luminosidade, umidade precipitação anual, viabilidade energética do sítio, altitude, latitude e longitude, como demonstram os estudos de PATTERSON et al. (1996), GRAY et al. (1997), PEDRO (1998), GAISLER & CHYTIL (2002), SAMPAIO et al. (2003) e STONER (2005), além de fatores antrópicos diversos (JAYME, 2003).

Diferenças entre os dados apresentados e os levantamentos realizados na região, anteriormente, e aqui comparados evidenciaram os efeitos da diferença entre as metodologias de amostragem no resultado final do estudo. As nove espécies encontradas por TOMAZ & ZORTÉA (2008) em ambiente de Mata Seca estão aquém do esperado para este habitat, havendo assim uma sub-amostragem neste sítio. Muito embora a simples amostragem de abrigos não seja apropriada para levantamentos de biodiversidade, a captura em bueiros próximos às lâminas d'água revelou a presença de *Trachops cirrhossus* neste sítio, não demonstrado anteriormente pelos autores, aumentando a lista de espécies para a região.

Diversos autores relataram ainda uma significativa diversidade de espécies comumente distribuída nos vários níveis de estratificação em ambiente de Mata Seca (KALKO, 1998; BERNARD, 2001). Tais trabalhos demonstram a importância da amostragem de diversos níveis de estratificação para verificação segura da riqueza desse ambiente. Contudo, poucos estudos envolvendo redes armadas a mais de três metros foram realizados, podendo-se citar os trabalhos de KURTA (1982), e BERNARD (2001). Novos estudos envolvendo metodologias diferentes e um maior esforço de captura seguramente acrescentarão espécies ainda não capturadas nos ambientes amostrados. A enorme abundância de plantas do gênero *Piper* spp. na Mata Seca seguramente contribuiu para a maior captura desta espécie neste

ambiente, contudo, a Mata Seca não foi o sítio que apresentou a maior abundância de indivíduos, contrastando com um levantamento realizado anteriormente na mesma área (TOMAZ & ZORTÉA, 2008). Isso se deu principalmente pela metodologia adotada, que não privilegia a captura de frugívoros desta espécie.

Em relação aos demais sítios, postula-se que a grande disponibilidade de abrigos e principalmente de água durante o ano seja um fator importante na distribuição das espécies existentes no Cerrado, como será discutido a seguir. Outra provável alternativa que explica os valores de restrição aos sítios amostrados, especialmente entre ambientes florestais e áreas abertas, é considerar que as comunidades associadas às plantas no Cerrado tendem a se encontrar difusas entre a vegetação, que é notadamente diversa e distribuída em mosaico, muitas vezes com razoável distância entre indivíduos da mesma espécie de planta.

Contudo, estratégias de amostragem mais diversificadas seguramente revelarão um maior contingente de espécies nestas áreas e um maior empenho na localização e monitoramento de abrigos deverá demonstrar uma contribuição ainda mais significativa da guilda dos hematófagos na composição trófica de morcegos, sobretudo nos sítios amostrados em Niquelândia. Como pode ser comprovado, o presente estudo reforça esta assertiva ao demonstrar a ampliação da área de ocorrência de algumas espécies em sítios os quais não foram pesquisados anteriormente.

Quatro espécies amostradas por TOMAZ & ZORTÉA (2008) tiveram sua área de ocorrência atualizada: *A. cinereus* coletado anteriormente em Cerrado *stricto sensu* foi observado no Cerrado; *P. helleri* encontrado no estudo anterior em Mata Seca foi coletado no Cerrado; *Mimon bennettii* registrado anteriormente apenas na Mata Seca foi amostrado para os dois cerrados e *Trachosp cirrhosus* que foi amostrado pela primeira vez na Mata Seca. Além destas atualizações o estudo expôs ainda oito espécies na área de reflorestamento do Horto Aranha e, embora não seja o método de amostragem de fauna mais indicado para o levantamento de espécies, conforme discutido anteriormente, esta amostragem demonstra a grande diversidade de morcegos na região.

A grande remessa de amostras para diagnóstico laboratorial de raiva no início da série histórica motivou-se, principalmente, devido ao aumento de casos clínicos suspeitos da doença e a maior preocupação por parte da Agrodefesa com a dispersão de morcegos ocasionada pelo enchimento da barragem da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa.

Aponta-se que há necessidade de uma melhor infraestrutura dos laboratórios oficiais para elucidar diagnósticos diferenciais de outras enfermidades infecciosas e intoxicações diante da possibilidade de diagnóstico de infecção pelo vírus da raiva, sobretudo frente ao desafio da vigilância das Encefalites Espongiformes

Transmissíveis, estabelecido pelo Ministério da Agricultura a partir de 2005.

Especificamente para os suínos a ausência de dados epidemiológicos dificulta uma análise mais precisa de sua real situação. SANTOS et al. (2001) abordaram a falha na documentação dos casos de raiva em suíno no Estado.

A tendência de decréscimo do número de ELRA realizados na região nos quatro últimos anos da série histórica 1999-2008 pode estar relacionada ao pequeno número de médicos veterinários do serviço oficial de defesa sanitária responsáveis pela estratégia de captura e tratamento de morcegos e seus consequentes. O fato assinala a necessidade de maior critério por parte dos médicos veterinários para no diagnóstico da raiva a fim de se estabelecer, com maior precisão, a situação epidemiológica da raiva animal na microrregião.

Ressalta-se que a diminuição do número de amostras submetidos a ELRA pode estar relacionada também ao não envio de material para laboratórios por parte dos médicos veterinários autônomos. Uma alternativa que poderia minimizar este problema seria regulamentar a obrigatoriedade do envio de amostras para ELRA no caso de suspeita de raiva, a exemplo do que foi estabelecido em outros estados da federação.

Dessarte, apesar de serem notórios o desenvolvimento e estruturação de programas de combate à raiva animal, bem como à melhoria das notificações, em termos gerais, posto a coordenada alocação de médicos veterinários junto a centros regionais, ainda assim foi possível observar o aumento gradual do número de diagnósticos positivos demonstrado pela curva de tendência de diagnósticos positivos conforme a ampliação de quantitativos de amostragem. Tal conduta ascendente dos diagnósticos positivos confirmou as informações de SILVA et al. (1999; 2001), JAYME (2003) e MENEZES et al. (2007).

Todavia, sobressalta-se que tais números podem ainda estar subestimados, sobretudo pela conduta do médico veterinário que, em sua rotina de campo, tendem a submeter a testagem apenas os animais mortos que tenham apresentado sinais da doença em vida. No final da década de 90, SILVA et al. (1999) já alertavam para a discrepância entre o número de diagnósticos laboratoriais para a raiva animal em bovinos e a real incidência da doença no estado de Minas Gerais considerando a prática de subnotificação como “institucionalizada”. Os autores ainda alertaram para dificuldade de uma análise mais precisa da situação epidemiológica da doença gerada por essa prática, de modo especial, quanto às perdas reais do efetivo bovino no Brasil. Esta discussão também fora evidenciada por JAYME (2003) que expôs uma relação semelhante no estado de Goiás onde, ainda assim, foi observada uma relação aproximada de um exame laboratorial positivo para cada seis animais mortos.

O número de municípios com resultados positivos diminuiu ao longo da série

histórica, contudo o número de municípios sem informações sobre raiva aumentou a partir de 2004. Tal constatação sugere que as medidas de vigilância da raiva devem ser intensificadas. Os três municípios que concentraram o maior número de ELRA também são os que abrigam escritórios locais da Agrodefesa. Estes escritórios formam a base do sistema de vigilância para a raiva na microrregião e contam com suporte do convênio estabelecido com Furnas S.A., subsidiária de um programa de controle de morcegos-vampiro na região que compreende o lago de Serra da Mesa. Esse pode ter sido um fator fundamental para a melhor vigilância da raiva na localidade. A melhor estruturação da defesa sanitária estadual, com melhoria das condições de trabalho, aumento do número de equipes de captura, criação e manutenção de escritórios em outras localidades deverão contribuir para o aumento do número de amostras submetidas a ELRA nos municípios com menor envio.

Pela análise da distribuição espaço-temporal verificou-se a regularidade da presença da raiva bovina e, a partir de 2003, de eqüinos em todos os municípios, com maior ou menor intensidade. Os períodos de diminuição ou de expansão espacial da raiva bovina devem-se, provavelmente, às medidas de combate aplicadas e às modificações da natureza pelo homem que implicam na coexistência de condições epidemiológicas diversas na população de morcegos. Outro fator que pode explicar a flutuação no número de amostras submetidas a ELRA, ao longo da série histórica, é a própria estrutura da defesa sanitária estadual, cujas modificações sofridas no período do estudo refletiram no controle da raiva na microrregião. Isso pode explicar a evolução intermitente e a continuidade do endemismo da raiva no período compreendido na série histórica.

Enfatiza-se ainda que o conhecimento da epidemiologia da raiva em equinos e suínos é diminuto. Nestas áreas a atuação do médico veterinário frente ao diagnóstico diferencial de raiva tende a ser ainda mais reservado.

Ressalta-se ainda que foram inconclusas as testagens relacionadas a qual período do ano há maior índice de infecção por raiva. Embora, para o mês de novembro, tenha se demonstrado uma maior concentração de diagnósticos positivos.

5 | CONCLUSÕES

A diversificação das estratégias de captura garante a amostragem de um maior número de espécies no tocante a visualização da riqueza de morcegos na área observada. O primeiro registro de *Trachops cirrhosus* para o cerrado de Niquelândia reflete tal fato.

A presença de *Lonchophylla dekeyseri* indica a necessidade de maior atenção às áreas de Cerrado consideradas como prioritárias para a preservação.

A abundância de filostomídeos, especialmente *Carollia perspicillata*, sugere bom um grau de conservação das áreas da Codemin, em Niquelândia, e na área de reflorestamento do Horto Aranha.

As manifestações de raiva animal ocorrem com regularidade na região estudada. A tendência ao aumento do número de casos positivos, na série histórica, sugere necessidade de aperfeiçoamento de mecanismos inerentes a vigilância e controle da doença na microrregião. Educação continuada de seus técnicos e melhoria das condições de trabalho nos escritórios locais são medidas primordiais.

O número de diagnósticos laboratoriais negativos para bovinos e equinos pressupõe a ocorrência de outras enfermidades com sintomatologia nervosa similar demonstrando que deve ser dada maior atenção a diagnósticos diferenciais e ampliadas testagens que evidenciem outras comorbidades.

A raiva em suínos ocorre de forma esporádica na microrregião e em morcegos ocorre principalmente na guilda dos hematófagos.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A raiva continua sendo um grande problema sanitário que abarca aspectos econômicos e de saúde pública, afetando inclusive comunidades humanas. Neste contexto, torna-se pertinente a análise de morcegos e outros mamíferos que têm se destacado como possíveis hospedeiros do vírus causador da doença, principalmente, considerando a grande diversidade de *Chiropteras* nos diversos biomas brasileiros e as modificações no espaço agrário que podem gerar implicações para a elevação dos ciclos da raiva.

A diversidade de morcegos demonstrada para os cerrados de Niquelândia e Barro Alto é alta em comparação a outros trabalhos realizados em biomas como a Caatinga e a Mata Atlântica. A família *Phyllostomidae* é a mais comumente capturada em abrigos nos sítios amostrados com ampla maioria de espécies hematófagas. A amostragem de *Lonchophylla dekeyseri* e o primeiro registro de *Trachops chirrosus* para o cerrado de Goiás demonstram a urgência da preservação dos remanescentes de Cerrado e o desenvolvimento de pesquisas a fim de compreender melhor as comunidades desse bioma.

Dentre os abrigos mais comumente observados, grutas são os abrigos diurnos mais propícios para captura do morcego-vampiro-comum, enquanto os bueiros e outras construções antrópicas são mais frequentemente utilizados por espécies insetívoras e frugívoras.

A população de *D. rotundus* apresenta baixa prevalência no cerrado de Niquelândia, sendo que, nesse estudo, os espécimes foram mais comumente

encontrados em grutas no município de Barro Alto. A captura de morcegos em abrigos diurnos facilitou a amostragem de espécies não capturadas em redes de neblina armadas ao longo da vegetação.

A raiva animal esteve presente com maior ou menor frequência nos municípios da microrregião de Porangatu no período estudado, inclusive com episódios de aumento e diminuição do número de diagnósticos laboratoriais para a raiva durante a série histórica. Não houve estacionalidade aparente no número de casos de raiva, apesar do maior número de exames realizados no período chuvoso.

Houve baixa remessa de morcegos não hematófagos para exame e apenas um resultado positivo durante o período. Dentre as espécies domésticas de interesse econômico, o maior número de exames laboratoriais realizados no período refere-se a bovinos. Os exames de equinos foram bastante reduzidos e suínos tiveram resultados pouco expressivos.

A maior proporção de resultados positivos foi obtida de amostras de bovinos enquanto a menor foi de morcegos não hematófagos, sendo que a melhor vigilância da raiva em morcegos não hematófagos, traduzida por maiores índices de captura e de envio de espécimes clínicos para diagnóstico laboratorial foi observada para o município de Minaçu. Já a maior captura de morcegos hematófagos foi verificada no município de Campinaçu sem, entretanto, qualquer resultado laboratorial positivo para a raiva.

Número mais elevado de bovinos e equinos suspeitos de raiva concentrou-se no município de Niquelândia no período estudado.

Ainda assim, sobressalta-se que o diagnóstico da raiva baseado em sintomatologia clínica contribui para sua subnotificação e, conseqüentemente, subverte a estatística dos casos e dificulta avaliações epidemiológicas mais consistentes.

As perdas econômicas devido à raiva animal estão subestimadas na microrregião estudada, o que aponta para a necessidade de mais encaminhamentos de amostras para exames laboratoriais de raiva e outras comorbidades com sintomatologia similares. O referido procedimento deve compor a rotina de diagnóstico do médico veterinário em campo, o que indiscutivelmente contribuirá para equalizar as estatísticas da raiva na região e o controle dessa e outras doenças. As ações de vigilância sanitária devem ser intensificadas em toda a microrregião de Porangatu.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, L. F.; LENS, L.; VAN DAMME, R. et al. **Consistency and variation in the at assemblages inhabiting two forest inslands within a neotropical savanna in Bolivia.** *Journal of Tropical Ecology*, v. 19, p. 367-374, Part 4, jul. 2003.

BERNARD, E. **Vertical stratification of bat communities in primary forests of Central amazon,**

Brazil. Journal of Tropical Ecology, v. 17, p. 482-482 Part 3, maio 2001.

BERNARD, E.; FENTON, M. B. **Bat Mobility and Roosts in a Fragmented Landscape in Central Amazonia, Brazil.** Biotropica, v. 35, n.2, p. 262–277, 2003.

BRASIL. Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Lista da fauna Brasileira Ameaçada de Extinção.** 2003. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/fauna/downloads/lista%20spp.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2004.

BREDT, A.; UIEDA, W.; MAGALHÃES, E.D. **Morcegos cavernícolas da região do Distrito Federal, centro-oeste do Brasil (Mammalia, Chiroptera).** Revista Brasileira de Zoologia, n. 16, v. 3, p. 731-770, 1999.

BREDT, A.; CAETANO-JÚNIOR, R. J. **Diagnóstico da situação da raiva na região do futuro reservatório da UHE de Serra da Mesa – Goiás.** Relatório Técnico. 1996. 56 p.

COELHO, D. C. **Ecologia e conservação da quiropterofauna no corredor Cerrado-Pantanal.** Tese (Doutorado em Biologia animal) - Instituto de Ciências Biológicas, Universidade de Brasília, Brasília. 2005. 113 f.

COIMBRA-JUNIOR, C. E. A.; BORGES, S. M. M.; GUERRA, D. Q. et al. **Contribuição à zoogeografia e ecologia de morcegos em regiões de cerrado do Brasil Central.** Bol. Tec. Revista Brasileira Florestal, IBDF, v. 7, p. 34-38, 1982.

CÔRTEZ, V. A.; SOUZA, L. C.; UIEDA, W.; FIGUEIREDO, A. C. **Abrigos diurnos e infecção rábica em morcegos de Botucatu,** São Paulo, Brasil. Vet. Zootec., São Paulo, v.6, p.179-186, 1994.

DEAN, A.G.; J.A. DEAN; D. COULOMBIER; K.A. BRENDEN; D.C. SMITH; A.H. BURTON. 1994. **Epi info, version 6: a word processing database and statistics program for epidemiology on microcomputers.** Atlanta, Centers of Disease Control and Prevention, 589p.

DELPIETRO, H.A.; RUSSO, G.; ALLI, C.; PATIRE, J. **Uma nueva forma de combatir vampiros.** Veterinaria Argentina, v. 8, n. 77, p. 455-463, 1991.

EMMONS, L. H.; FEER, F. **Neotropical rainforest mammals.** Chicago: University of Chicago Press, 1997.

FLORES-CRESPO, R. **Técnicas, substancias y estrategias para el control de murciélagos vampiros.** México, D.F: Organización Panamericana de la Salud, 2003.

GAISLER, J.; CHYTIL, J. Mark. **Recapture results and changes in bat abundance at the cave of Na Turoidu,** Czech Republic. Folia Zoologica, v. 51, n. 1, p. 1-10, 2002.

GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. G.; MIGUEL O.; LAGOS, C. B. T. **O papel dos morcegos hematófagos na cadeia de transmissão da raiva silvestre.** Comunidade Científica Faculdade de Medicina Veterinária Zootecnia, v. 16, n.1/2, p. 21-5, 1992.

GRAY, A. E.; MULLIGAN, T. J.; HANNAH, R. W. **Food habits, occurrence, and population structure of the bat ray, *Myliobatis californica*, in Humboldt bay,** California. Environmental Biology of Fishes, v. 49, n. 2, p. 227-238, jun. 1997.

GREENHALL, A. M. **Feeding behavior.** In: GREENHALL, A. M.; SCHMIDT, U. (eds.) Natural history of vampire bats. Florida: CRC Press, 1988. 246 p. p. 111-131.

HANDLEY JR., C. O. **New species of mammals from northern South America: fruit-eating bats, genus *Artibeus* Leach.** Fieldiana, Zoology, Field Mus. Nat. Hist., v. 39, p. 163-172, 1987.

- JAYME, V. **Modificação do espaço agrário e a dinâmica da raiva em Goiás, Brasil, 1970-2001.** Tese (Doutorado em Ciência Animal) – Escola de Veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- JAYME, V. **Modificação do espaço agrário e a dinâmica da raiva em Goiás, Brasil, 1970-2001.** Tese (Doutorado em Ciência Animal) – Escola de Veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- KALKO, E. K. V. **Organisation and diversity of tropical bat communities through space and time.** *Zoology*, Balboa, Panama, v. 101, p. 281-297, 1998.
- KURTA, A. **Flight patterns of *Eptesicus fuscus* and *Myotis lucifugus* over a stream.** *Journal of Mammalogy*, v. 63, p. 335-337, 1982.
- MAGURRAN, A. E. **Ecological Diversity and Its Measurement.** London, Croom Helm Limited. 1988, 179 p.
- MAY, R. M. **Patterns of species abundance and diversity.** In: CODY, M. L.; DIAMOND, J. M. (eds). *Ecology and Evolution of communities.* Cambridge: Harvard University Press, 1973. p. 81-120.
- MEDELLIN, R. A.; EQUIHUA, M.; AMIN, M. A. **Bat diversity and abundance as indicators of disturbance in neotropical rainforests.** *Conservation Biology*, v. 46, n. 6, p. 1666-1675, dec. 2000.
- MENEZES, F. L.; SILVA, J. A.; MOREIRA, E. C.; MENESES, J. N. C.; MAGALHÃES, D. F.; BARBOSA, A. D.; OLIVEIRA, C. S. F. **Distribuição espaço-temporal da raiva bovina em Minas Gerais, 1998 a 2006.** *Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia*, v.60, n.3, p.566-573, 2007.
- PATTERSON, B. D.; PACHECO, V.; SOLARI, S. **Distributions of bats along an elevational gradient in the Andes of south-eastern Peru.** *Journal of Zoology*, v. 240, p. 637-658, Part 4, dec. 1996.
- PEDRO, W. A. **Diversidade de morcegos em habitats florestais fragmentados do Brasil.** 1998, 37 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) - Instituto de Ciências Biológicas. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 1998.
- PEDRO, W. A.; TADDEI, V. A. **Taxonomic assemblage of bats from Panga Reserve, southeastern Brazil: abundance patterns and trophic relations in the Phyllostomidae (Chiroptera).** *Bol. Mus. Biol. Mello Leitão*, n. 6, p. 3-21, 1997.
- REIS, N. R. et al. **Diversidade de morcegos (Chiroptera, Mammalia) em fragmentos florestais no estado do Paraná, Brasil.** *Revista Brasileira de Zoologia*, Paraná, v. 17, n. 3, p. 697-704, 2000.
- REIS, N. R.; PERACCHI, A. L.; PEDRO, W. A.; LIMA, I. P. (eds.) **Morcegos do Brasil.** Curitiba: Universidade Estadual de Londrina, 2007.
- SAMPAIO, E. M.; KALKO, E. K. V.; BERNARD, E. et al. **A biodiversity assessment of bats (Chiroptera) in a tropical lowland rainforest of Central Amazonia, including methodological and conservation considerations.** *Studies on Neotropical Fauna and Environment*, v. 38, n. 21, p. 17-31, apr. 2003.
- SANTOS, B. S. **Ecologia e conservação de morcegos cavernícolas na Bacia metassedimentar do Rio Pardo, sul da Bahia.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Santa Cruz, Santa Cruz, 2001.
- SANTOS, M. F. C. ; RESENDE, M. R.; PÔRTO, R. N. G.; BRITO, L. A. B.; SOBESTINASKY, J. ; SANTIN, A. P. I.; SOUZA, A. M. **Casística de raiva em suínos no Estado de Goiás no período de 1977 a 2001.** In: X Congresso Brasileiro de Veterinários Especialistas em Suínos, Porto Alegre. Concórdia. EMBRAPA Suínos e aves, 2001. v. II. p. 103.

SCHNEIDER, M. C.; SANTOS - BURGOA, C. **Algumas considerações sobre a raiva humana transmitida por morcego**. Rev. Sal. Pub. Méx., v.37, n.4, p.354-362, 1995.

SILVA, J. A.; MOREIRA, E. C.; HADDAD, J. P. A.; MODENA, C. M.; TUBALDINI, M. A. S. **Distribuição temporal e espacial da raiva bovina em Minas Gerais, 1976 a 1997**. Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia, v.53, n.3, 2001.

SIMMONS, N. B.; VOSS, R. S. **The mammals of Paracou, French Guiana: a Neotropical lowland rainforest fauna part 1. Bats**. Bulletin of the American Museum of Natural History, v. 237, n. 1/218, 1998.

SIMMONS, N. B. Chiroptera. In: WILSON, D. E.; REEDER, D. M. (eds). **Mammal species of the world, a taxonomic and geographic reference**. 3.ed. Baltimore: Johns Hopkins University Press 2, 2005. 142 p. p. 312-529.

STEVENS, R. D. **Untangling latitudinal richness gradients at higher taxonomic levels: familial perspectives on the diversity of New World bat communities**. Journal of Biogeography, v. 31, n. 4, p. 665-674, apr. 2004.

STONER, K. E. **Phyllostomid bat community structure and abundance in two contrasting tropical dry forests**. Biotropica, v. 37, n. 4, p. 591-599, dec. 2005.

TADDEI, V. A. **Sistemática de quirópteros**. Bol. Inst. Pasteur, n. 1, v. 2, p. 3-15, 1996.

TADDEI, V. A.; VIZOTTO, L. D.; SAZIMA, I. **Uma nova espécie de *Lonchophylla* do Brasil e chave para identificação das espécies do gênero (Chiroptera, Phyllostomidae)**. Ciência e Cultura, v. 35, n. 5, p. 625-629, maio 1983.

TOMAZ, L. A. G.; ZORTEA, M. **Coposição faunística e estrutura de uma comunidade de morcegos do Cerrado de Niquelândia, Goiás**. In: REIS, N. R.; PERACCHI, A. L.; SANTOS, G. A. S. D. (Eds.) Ecologia de morcegos. Londrina: Technical Books, 2008. p.109-124.

TOMAZ, L. A. V.; ZORTEA, M.; SOUZA, A. M.; JAYME, V. S. **Isolamento do vírus rábico no morcego frugívoro *Carollia perspicillata* em Niquelândia, Goiás**. Chiroptera Neotropical, v. 13, n. 1, p. 309-3012, 2007.

TRAJANO, E. Cave. **Faunas in the Atlantic Tropical Rain Forest: Composition, Ecology, and Conservation**. Biotropica, v. 32, n.4b, p. 882-893, 2000.

TRAJANO, E.; GIMENEZ, E. A. **Bat community in a cave from eastern Brazil, including a new record of *Lionycteris* (Phyllostomidae, Glossophaginae)**. Studies on Neotropical Fauna and Environment, n. 33, v. 2-3, p. 69-75, dec. 1998.

UIEDA, W. **Comportamento alimentar de morcegos hematófagos ao atacar aves, caprinos e suínos em condições de cativeiro**. Tese (Doutorado em Biologia) - Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994. 135 p.

UIEDA, W.; HAYASHI, M. M.; GOMES, L. H.; SILVA, M. M. S. **Espécies de quirópteros diagnosticadas com raiva no Brasil**. Bol. Inst. Pasteur, São Paulo, v.1, n.2, p.17-35, 1996.

UIEDA, W.; HAYASHI, M. M.; GOMES, L. H.; SILVA, M. M. S. **Espécies de quirópteros diagnosticadas com raiva no Brasil**. Bol. Inst. Pasteur, São Paulo, 2004.

VOGEL, S.; MACHADO, I. C.; LOPES, A. V. ***Harpochilus neesianus* and other novel cases of chiropterophily in Neotropical Acanthaceae**. Taxon, n. 53, v.1, p. 55-60, feb. 2004.

WILLIG, M. R.; CAMILO, G. R.; NOBLE, S. J. **Dietary overlap in frugivorous and insectivorous bats from edaphic cerrado habitats of Brazil.** Journal of Mammalogy, n. 74, v.1, p. 117-128, feb. 1993.

ZAR, J.H. **Biostatistical analysis.** New Jersey, Prentice Hall, INC. 3a Ed. Upper Saddle River, 1996. 662p.

ZORTEA, M. **Diversidade e organização de uma taxocenose de morcegos do cerrado brasileiro.** Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) - Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2001.

ZORTEA, M. **Reproductive pattern and feeding habits of three nectarivorous bats (Phyllostomidae: Glossophaginae) from the Brazilian Cerrado.** Braz. J. Biol., v. 63, n. 1, p. 159-158, 2003.

ZORTEA, M., TOMAZ, L.A.G. **Two new bat records from Cerrado of Central Brazil.** Chiroptera Neotropical. v. 12, n. 2, p. 159-158, 2006.

A LITERATURA DEVOCIONAL OS CUIDADOS A SAÚDE EM PORTUGAL (SÉCS. XV-XVI)

Data de aceite: 12/05/2020

André Costa Aciole da Silva

Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás. Professor de História Medieval do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Goiânia.
<http://lattes.cnpq.br/3132866647239215>

RESUMO: O objetivo deste artigo é demonstrar como a literatura devocional colaborou para a difusão de uma série de ideias associadas à caridade, assistência e misericórdia, e, orientou práticas régias e sociais de apoio a enfermos. Dar-se-á destaque a criação, em fins da Idade Média, do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo, nas Caldas da Rainha, e do Hospital de Todos os Santos, em Lisboa, como exemplos da reforma da assistência aos enfermos.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência, enfermos, hospitais, Idade Média, Portugal, literatura devocional.

THE DEVOTIONAL LITERATURE HEALTH CARE IN PORTUGAL (15TH-16TH CENTURIES)

ABSTRACT: The objective of this article

is to demonstrate how devotional literature collaborated to spread a series of ideas associated with charity, assistance and mercy, and guided royal and social practices to support the sick. The creation of the Nossa Senhora do Pópulo Hospital, in Caldas da Rainha, and the Todos os Santos Hospital, in Lisbon, as examples of the reform of care for the sick, will be highlighted in the late Middle Ages.

KEYWORDS: Assistance, sick, hospitals, Middle Ages, Portugal, devotional literature.

1 | APRESENTAÇÃO

Quando estamos trabalhando diante das práticas em saúde no período final da Idade Média somos forçados a entrar em contato com uma gama de noções que remetem ao apoio a necessitados de cuidados a partir da assistência. Isso porque, junto à noção de assistência, encontramos: a caridade, a misericórdia, a piedade, a fraternidade, a solidariedade, entre outros. Os cuidados à saúde, dessa forma, estão associados à uma multiplicidade de sensações. São expressos como feitos objetivados com fins a dar apoio a quem necessita.

A assistência se apresentava das mais

variadas formas visto à multiplicidade de situações e fragilidades em que as pessoas se encontravam, necessitando, portanto, de diferentes modalidades de atenção.

As formas materiais de assistência, mais conhecidas e estudadas, são: as *gafarias*, *mercearias*, *albergarias* e os *hospitais*. Por serem formas de solidariedade vertical¹, há mais estudos sobre essas do que sobre outras formas de apoio, principalmente, em razão de uma maior documentação vertida por esse segmento.

Resta claro que existiram outras formas de apoio, não sistematizadas, que assistiram aos que mais precisavam e representavam várias formas de solidariedade horizontal (Maruqe, 1989, p. 11-93). Lembremos, por exemplos: dos *bodós* (distribuições de comida); das esmolos, (Abreu, 2010, pp. 347–351); e dos apoios surgidos de maneira espontânea (Almeida, 1973, p. 44.), dentre tantas outras formas de solidariedade. Assim percebemos que a assistência é multifacetada. Em razão disso vamos nos ater apenas em algumas das formas de assistência e alguns dos conceitos vertidos por essa.

Mas, antes de traçarmos o cenário da assistência, no final da Idade Média Portuguesa, nos cabe aqui, breve reflexão sobre quem são os destinatários dessas obras. Afinal, quem assiste, assiste à alguém. Não há assistência sem os assistidos.

2 | PERFIL DOS ASSISTIDOS NA IDADE MÉDIA PORTUGUESA

Está bastante difundida e fundamentada a tese de que as formas de assistência existentes no período medieval voltavam-se, quase exclusivamente, aos pobres. Nos hospitais criados a partir da ação régia, o cuidado com os pobres foi destacado. Importa salientar que foi para a cura dos pobres enfermos que o Hospital de Nossa Senhora do Pópulo, fundado por Dra. Leonor (1458-1525) esposa de D. João II (1455-1495), foi erguido e existe até hoje. Eram também os pobres aqueles que mais atenção recebiam no Hospital de Todos os Santos, em Lisboa.

O olhar sobre os pobres e sobre a pobreza foi, no período medieval, orientado pela doutrina e pela teologia da igreja católica. A exegese bíblica e os vários notados religiosos chegaram, até mesmo, a colocar um acento positivo nas diversas formas de pobreza. Essa foi uma percepção largamente difundida outrora.

Michel Mollat (1989) nos lembra a visão e a funcionalidade dos pobres nos escritos religiosos da alta idade média (Mollat, 1989, pp. 13-18) e de uma perpetuação dessa visão acerca dos mesmos. Para Portugal, em destaque para Coimbra, Maria

1. Entendemos aqui as formas de solidariedade vertical como aquelas promovidas por indivíduos de categoria social mais destacada em favor de outros que se encontram abaixo de seu estatuto social. Por solidariedade horizontal entendemos as instituições de apoio mútuo cuja mais conhecida para o período medieval é, sem dúvida, a confraria. Para o período moderno, outras formas de solidariedade horizontal vão surgir como as irmandades e as misericórdias mas todas com a mesma raiz: o mútuo apoio entre indivíduos que se identificam como iguais em algum aspecto de suas vidas.

Antônia Lopes (2000) tem apontado para a retomada desse discurso, ou seja, o de que os pobres desempenhavam um papel importante na dinâmica social desde o final da Idade Moderna (Lopes, 2000, pp. 23-38).

3 | VALORES EM SAÚDE VERTIDOS PELA IDADE MÉDIA

Dessa feita, importa notar que a espiritualidade e a religiosidade inspiravam a natureza das ações em saúde. Devemos destacar que ao menos parcela dos homens dessa época escolhiam suas posturas a partir de obras específicas que propiciavam a escolha de caminhos em quais assentar os prumos de sua realidade.

Temas como misericórdia, caridade, assistência, ternura, paixão, clemência, bondade e amor tenderam a iluminar as práticas em saúde no período. Contudo, percebe-se que a significância dos referidos temas se misturava. Ivo Carneiro de Sousa (1990) assenta que a misericórdia é uma palavra que estabeleceu ligação com, pelo menos, outras duas ideias cruciais pronunciadas nas sagradas escrituras: compaixão e fidelidade (SOUSA, 1990, p. 205).

Dessarte, a noção de compaixão se viu relacionada aos laços familiares de maternidade e paternidade, sendo traduzida como perdão e apoio ao sofrimento mútuo em situações difíceis. Destaca-se, aqui, o sentido primeiro da palavra compaixão, *compassio* que quer dizer ‘sofrer junto’.

De outra banda, a fidelidade, por resultar de uma relação entre duas pessoas, foi associada a piedade consciente, intencional e orientada. Dessa forma, a ideia de misericórdia, que se pretendeu inculcar, é aquela que leva o indivíduo à ação prática. Para ter compaixão com os mais necessitados, o fiel deveria se mostrar piedoso de forma a orientar sua ação para o exercício de diferentes obras de misericórdia.

Todavia, nem sempre era possível assegurar que as pessoas, mesmo as mais cultas, pudessem realizar caminhos de reflexão a partir de escrituras consideradas sagradas, o que não lhes levaria a associar misericórdia à compaixão e/ou fidelidade. Ou ainda, fazer alegorias relacionais entre misericórdia e justiça, por exemplo².

De qualquer forma, como veremos nas obras literárias mencionadas a seguir, as formas de cuidado perpassavam ainda elaborações sobre o que pode ser considerado ‘cuidado com a pobreza’ e caridade. Nesses casos, se promovia o pobre a objeto da caridade - a uma posição mais elevada do que a de seu doador. Sendo o pobre aquele que proporcionava aos que detinham maior riqueza uma forma de exercer a caridade e expiar seus pecados. Eram os pobres indivíduos providos de um papel social fundamental nesta economia da salvação. A doação de esmolas, por exemplo, assegurava uma forma de sobrevivência ao pobre enquanto

2. Para entender melhor como os homens deste período faziam a associação entre Misericórdia e Justiça veja-se o “*Auto de Deus Padre e justiça e mia: obra nouamente feita em a qual se representa a Misericórdia e a Justiça perante Deos Padre...*” de Gil Vicente.

possibilitava a salvação da alma daquele que lhe prestou ajuda.

Importa observar que, desse modo, a doação de esmolas estava ligada a entendimentos do doador sobre que tipo de futuro pretendia galgar no 'Além'. O pobre tinha o papel social de assegurar ao doador a prática de uma virtude teologal.

Não só os pobres, mas a pobreza tinham suas virtudes e funcionalidades, visão mais tarde reformulada e restaurada pelas ordens mendicantes com outros matizes. Para os religiosos eremitas, esta era a única forma de ascese espiritual. Em alguns casos, como aqueles que viveram na Espanha visigótica em mosteiros organizados sob a *Regula Isidori*, havia a obrigação de, na festa de Pentecostes, fazerem declaração solene de nada possuírem individualmente (DÍAZ, 1964, p. 223).

Noutro giro, não se pode deixar de salientar que não só benemérito foi legado a aqueles considerados pobres³. A condição de pobreza mesma era digna de contestações. Em alguns casos, eram evidentes aqueles que falseavam sua condição, se dizendo pobres para obter apoio. O problema dos “falsos pobres” não era novidade, pelo menos, desde 1427, havia uma regulamentação que exigia licença de juízes e vereadores para se mendigar em Lisboa (MENDES, 1973, p. 582).

Por outro lado, arrefecia-se a crítica a outra modalidade de pobreza, que, inclusive se mostrava desde então ao alcance de todos: a pobreza moral.

Assim, uma das grandes dificuldades do pesquisador, ao se aproximar das instituições hospitalares e de assistência no período tardo-medieval, é que essas estão sempre orientadas e organizadas em consideração à uma série de conceitos que, muitas vezes, são difíceis de definir.

4 | LIVROS QUE ILUMINAM ALGUMAS PRÁTICAS EM SAÚDE NA IDADE MÉDIA

A Bíblia foi fonte na qual se bebia entendimento do mundo e do papel social de cada um. O texto bíblico está repleto de passagens em que se evidencia uma preferência divina pelos pobres e marginalizados. Nesse bojo, os fiéis são instigados à prática da assistência e da caridade⁴.

3. Apesar de não poderem ser observadas para o caso de Portugal no final do século XV e início do XVI é curioso notar que surgem, até mesmo, discursos que pretendiam dar novo enquadramento à pobreza e a forma como lidar com ela. É o caso das ideias que defendiam o enclausuramento dos pobres como medida preventiva para os transtornos gerados nas cidades. Ao mesmo tempo foram aparecendo novas perspectivas que pretendiam diferir os pobres entre aqueles que, de fato, necessitavam da ajuda do seus irmãos dos pobres que falseavam sua condição para se aproveitar da boa vontade de outros. Alguns autores chegaram a escrever tratados sobre os pobres e sobre como resolver a pobreza das cidades. Em Portugal essas ideias tiveram penetração apenas no final do século XVI. Sobre essa temática ver: ABREU, Laurinda. Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII). Évora, Ed. Colibri, 2005. ABREU, Laurinda. Repressão e controlo da mendicidade no Portugal Moderno, In: *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social*. Iglesia, Estado y Comunidad, (Siglos XV-XX), Bilbao: Universidad del País Vasco, 2007, pp. 95-119.

4. O cotejamento entre o 'Compromisso do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo' e o 'Regimento do Hospital de

Também podemos notar, em passagens bíblicas, que a salvação poderá ser alcançada pelos ricos, apenas se a sua riqueza for colocada em favor dos pobres. Essa é uma importante assertiva para compreendermos o papel das formas materiais de assistência na baixa idade média.

Assim, na origem da reforma da assistência aos enfermos, está a espiritualidade e devoção próprias dessa relação entre ricos e pobres, cuja salvação do primeiro está na prática da misericórdia e da caridade para com o segundo.

Para entendermos a origem e a finalidade dos hospitais régios e as formas mais acabadas dos cuidados com a saúde, daquele tempo, devemos ter em mente que a caridade para com os pobres enfermos era requisito à salvação da alma dos fundadores das instituições de assistência a doentes.

O tema das obras de misericórdia, objetivo máximo da caridade tardo-medieval portuguesa, tiveram como fonte, por exemplo, as leituras do Evangelho de São Mateus. Isabel dos Guimarães Sá (1998) identificou, no capítulo 25 de um texto bíblico, doutrinação relativo à prática do que foi considerado como “sete obras corporais” (SÁ, 1998. pp .42-46).

“(...)Quando o Filho do homem voltar na sua glória e todos os anjos, com ele sentar-se-á no seu trono glorioso. Todas as nações se reunirão diante dele e ele separará uns dos outros, como o pastor que separa as ovelhas dos cabritos. Colocará as ovelhas à sua direita e os cabritos à sua esquerda. Então o Rei dirá aos que estão à direita: ‘Vinde benditos de meu pai, tomai posse do Reino que vos está preparado desde a criação do mundo porque tive fome e me destes de comer; tive sede e me deste de beber; era peregrino e me acolhestes, nu e me vestistes; enfermo e me visitastes; estava na prisão e viestes a mim. Perguntar-lhe-ão os justos: ‘Senhor, quando foi que te vimos com fome e te demos de comer, com sede e te demos de beber? Quando foi que te vimos peregrinos e te acolhemos, nu e te vestimos? Quando foi que te vimos enfermo ou na prisão e te fomos visitar?’ Responderá o Rei: ‘Em verdade eu vos declaro: todas as vezes que fizestes isso a um destes meus irmãos mais pequeninos, foi mim mesmo que o fizeste.’

Voltar-se-á em seguida para os da sua esquerda e lhes dirá: ‘Retira-te de mim, malditos! Ide para o fogo eterno destinado ao demônio a aos seus anjos. Porque tive fome e não me deste de comer; tive sede e não me deste de beber; era peregrino e não me acolheste; nu e não me vestiste; enfermo e na prisão e não me visitaste.’(...)”⁵

Textos outros foram elaborados com fins a orientar formas de se praticar a caridade. É o caso da pequena obra *“Explicações das obras de misericórdia”*⁶.

Esse pequeno texto datado do século XV, em linguagem vernacular, tem um fundo

Todos os Santos’ permite observar o cuidado que os monarcas portugueses envolvidos na fundação dos hospitais tiveram em definir como objetivo dos mesmos os cuidados aos pobres enfermos. Tais documentos encontram-se publicados em: PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM – volume III: A fundação das Misericórdias – O reinado de D. Manuel I. Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa; (coord. científico José Pedro Paiva) Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002.

5. BIBLIA SAGRADA. Livro de Mateus 25: 31-46.

6. Veja obra inteiramente disponível em: SOUSA, Ivo Carneiro de. *A rainha da Misericórdia na História da espiritualidade em Portugal na época do Renascimento. (policopiada)*. Tese de doutoramento em Cultura Portuguesa. 1992, Universidade do Porto, Vol. 2. pp. 280-294.

pedagógico.

É uma das fontes que acreditamos dar conta de sistematizar como a temática das obras de misericórdia eram entendidas no momento. Dedicar-se, em grande parte, a comentários sobre o exercício de ‘obras corporais’ e, por isso mesmo, nos interessa em particular, uma vez que uma dessas era cuidar dos enfermos.

Como nos referimos anteriormente, as noções do momento acerca da misericórdia estão vinculadas a ação concreta do cristão. Assim também a misericórdia é apresentada neste manuscrito alcobacense. O autor, provavelmente frei Luís de Melgaço, afirma que a misericórdia é a virtude da alma que permite a ação. O cristão deve então ser movido pela misericórdia no socorro aos irmãos.

A leitura dessa pequena obra escrita, voltada para a instrução de todos os que a ela tivessem acesso, demonstra não apenas o espírito didático do autor e a “cultura de caridade” da época, mas aponta para um mapeamento preciso de temas relacionados.

Podemos perceber, com uma rápida leitura dos títulos dos capítulos da obra, quais são os caminhos a serem percorridos por aquele que quer ser considerado cristão. Primeiro, há uma definição de misericórdia como virtude motivacional, depois uma exposição das obras de misericórdia corporais e espirituais.

Apresentadas as obras de misericórdia, é feita uma exposição do que é a misericórdia divina e sua grandeza. Repisa-se mais uma vez que para alcançar a misericórdia divina devem ser feitas obras de misericórdia para com os mais necessitados. Mas, como?

*“(...) se pode guañhar a mysericordia de Deus e dezemos que de quatro guisas **a primeira por maneira de mercee assy como se damos todos nosos beens a nosos irmãos os pobres (grifo nosso)** e por esto disse Jhesu Christo no Avangelho de Sam Mateus bem aventurados [fl. 186v] som os misericordiosos ca a misericordia averam e este foy o consselho que deu Daniel a Nobucadanator contra o qual foy dada sentença por Deus dizendo rimi teus pecados por esmollas e tuas maldades em misericordia dos pobres(...)”.*

Como sugerido na transcrição, os bens materiais que abundam para uns não existem por si só. São meios para que se possa servir e auxiliar o próximo, e assim se obter a misericórdia divina. Os bens dos ricos devem ser usados dessa forma. É esse desprendimento em favor dos pobres que cria o caminho para os ricos terem acesso a privilégios misericordiosos⁷.

7. Segundo o autor da referida obra, os privilégios dos misericordiosos são assim apresentados. “(...) dezemos que quatro o primeiro he que esta virtude de natura e as cousas que som de natura som mais onradas e mais perlongadas que as outras e por esto nom se podem tam aginha perder e asy dizia Job des a minha meninice creceo comigo a misericordia o segundo he que os homeens misericordiosos nunca pecam a sabendas ca tal pecado como este nom vem salvo de dureza de coração a qual nom he em os homeens misericordiosos e por esto dizem que os homeens misericordiosos am coração de carne e os cruees am coração de pedra o terceiro privilegio he que os misericordiosos veem ligeiramente a peemdença ca am a alma e a vontade piadosa e porem muito aginha fazem aquello que dise o proffeta tirade de vosos corações todo mal e pecado o quarto privilegio he os misericordiosos amalabes ou nunca se perdem [fl. 198v] ca nenhuum nunca se perde se non o que em a fim de sua vida nom faz peendença e os misericordiosos sempre se arrependem muito (...)”.Idem.

A fórmula final, presente na obra, poder ser sintetizada da seguinte maneira: é por meio do trabalho e usando dos bens materiais através das obras de misericórdia corporais e espirituais em favor dos mais necessitados que se alcança a misericórdia divina e os privilégios misericordiosos.

Faz-se agora menção a uma outra obra, publicada no início do século XVI, que se tornou bastante conhecida. É fundamental seu estudo, pois permite a identificação das obras misericordiosas e seus sentidos doutrinários. Publicada, inicialmente, em língua vernácula, reforçava a “cultura da caridade” em seu sentido religioso e prático. A obra intitulada “*Sacramental*”, de Clemente Sánchez de Vercial, publicada em 1502⁸.

Nessa, faz-se também uma boa demarcação do que deve ser entendido como misericórdia, assim como, através dessa, podem ser compreendidas as sete obras de misericórdia. Além disso, é fato confirmado que a obra referida está entre os primeiros livros impressos em língua portuguesa na península Ibérica. O que dimensionou imenso valor para a divulgação de uma série de ideias e noções de fundo religioso a um número maior de pessoas. Recebeu, inclusive, várias edições diferentes em um período inferior a um século (HORCH, 1987, p. 37).

Segundo podemos observar, nessa produção, assim é definida a misericórdia:

“Misericórdia he doerse homem da coyta e miseria de seu prouximo e christão e obra de misericórdia He oraçom de obra e a he a saber que duas maneyras som de oraçom lhua vocal que he da boca assy como a oraçom que fazemos roguando a Deos pedido-lhe algũa cousa. Outra he real que he de obra e esta he esmola e esta oraçom de obra som as obras de misericordia ou algua dellas e assi como as oras canonicas da ygreja som sete assy as obras de misericordia som sete segundo a diante se dira.”⁹

Aqui se faz a exortação à ação dos homens em favor de seu próximo. Por tratar-se de obra devocional, o objetivo é apelar para a obrigação moral do cristão, definida por Cristo e pela Igreja, com fins a promover mobilização social misericordiosa. Observa-se que o autor faz questão de afirmar que a misericórdia é tomada de atitude – “(...) *He oraçom de obra (...)*”. Sob a ótica do autor, os homens do século XVI não podem ser misericordiosos sem serem atuantes, daí o sentido de oração da obra.

A oração não deve ser apenas “*vocal*”, quer dizer, acontecer através de um contato íntimo com Deus ou a partir de devoção, mas implica em uma ação misericordiosa com valor “*real*”. O sentido dado a “misericórdia real” é que iluminará a elevação dos Hospitais reais em Portugal.

8. Utilizamos aqui duas fontes onde se pode encontrar a obra de Vercial. A primeira encontra-se disponível para download, na página da Biblioteca Nacional de Portugal, diversas cópias de diferentes edições. Utilizamos aqui a edição de 1502, publicada por João Pedro Bonhomini de Cremona (ou simplesmente Pedro de Cremona), disponível em : < <http://purl.pt/15164> >.

9. SANCHEZ DE VERCIAL, Clemente. Sacrame[n]tal/por Crimente Sanchez d^averchial bacharel em leys... – Lisboa: per loha[m] Pedro de Cremona, 28 Sete[m]bro 1502. Disponível em : < <http://purl.pt/15164> > .

A misericórdia é avivada constantemente nessa obra em sua conotação espiritual¹⁰ e novamente é retomada a ideia de ‘obras corporais’. O autor se utiliza de passagens bíblicas para explicar conceito último.

Dentre uma das obras misericordiosas, por exemplo, menciona: “*Nom soamente visitar mas dar-lhe fisico e mezinha se suas riquezas abastam*”. Essa obrigação estaria presente na ação monárquica voltada para a assistência à saúde. Tais valores foram um avanço na época no sentido de incentivarem a construção de uma política estatal assistencial de atenção à saúde que pretendia estar ao alcance de todos. Como sabemos os hospitais régios tinham sua atuação voltada não apenas para aqueles que “*suas riquezas abastam*”. Pelo contrário, sua atuação estava centrada na “*cura dos pobres enfermos*”.

Assim, buscou-se nesse momento, demonstrar como obras devocionais, de modo especial, as impressas em língua vernacular, tiveram papel importante nesse processo de expansão relacionada as atitudes de assistência aos mais necessitados. A monarquia concretiza seu legado reordenando a assistência aos enfermos de forma a ampliar a expansão das Santas Casas de Misericórdias no reino e no ultramar em consideração a tais obras.

Nesse bojo, gostaríamos de aludir à mais um dado que está relacionado a gênese do Hospital fundado em Caldas da Rainha no período: as leituras da rainha e da corte dos monarcas, assim como de D. Leonor, sua fundadora.

Leitura de algumas das obras mencionadas acima, ao que tudo indica, foram realizadas por elas. Fato comprovado a partir do Códice 11352, atualmente sob a guarda da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa.

A autora Isabel Vilares Cepeda (1987) realizou um levantamento das obras

10. Assim se apresentam as obras espirituais: “*As obras de misericórdia som sete como quer que alguns poõem xiiii mas reduzen-se a sete Ca som sete sprituaes e sete corporaes. As sete sprituaes som estas: ensynhar, conse-lhar, castigar, consolar, sofrer, perdoar, rogar. A premeyra he ensynhar aos ynorantes ca devemos ensynhar aos sympres que nom sabem o que fazem e nom devemos seer escassos de ensynhar o que sabemos e os prelados e os que tem curas devem ensynhar a seu povoo e a seus subditos a ter creença de Jesu Christo e emforma-los em os mandamentos de Deus e em os sacramentos da Santa Madre Ygreja (...) A segunda he aconselhar a seu prouximo se o vee errar ou estar prestes para pecar que o parta e tyre de error para que se guarde de pecar e o conselho verdadeyro he escolher o bem e leyxar o mal (...) A terceira he castigar. E primeiramente cada hum deve castigar a sy mesmo ca a caridade ordenada asy mesmo deve começar e depois correger e castigar ao que pecar (...) A quarta he consolar. Todo chrispaão boo deve consolar a seu prouximo se vee que teem algu~ua tribulaçom ou proveza ou esta em algum grande prigo e nom deve escarnecer delle nem gozar-se da sua tribulaçom e affliçom ante deve trabalhar-se de o tyrar de tristeza (...) A v he perdoar todo boo christaão deve perdoar a seu prouximo todo rancor odio e mal querença injuria offensa que lhe avia feyta (...) A vi he soffrer a seu prouximo que lhe fezer mal e lhe fezer injuria e deshonra nem deve logo tomar sanha com elle nem torvar-se e vengar-se (...) A vii He rogar. Cada hum deve rogar a Deus assi pollos vivos como pollos mortos e polla madre Sancta Ygreja que Deus a garde e deffenda e pollos reys e principes christaãos que Deus lhes de paz e perseverança em os seus mandamentos e que Deus conserve e garde a castidade aos virgeens e religiosos e continentes que prometerom castidade e aos casados de vontade as viuvas e orfaãos consolaçoões aos proves riquezas com que possam em este mundo passar, aos atribulados e afflitos o bem que desejam e consolaçom aos periginos e caminhantes que Deos os torne a suas casas, aos que andam no mar lhes de porto de saude e Deus de a todos graça e aos boons que preseverem e estem firmes em a fe. E aos maos que nom pereçam nem se percam.*” Vide a publicação disponível em: < <http://purl.pt/15164> >.

deixadas em testamento pela rainha ao Mosteiro e abadessa da Madre de Deus, em Xabregas. Em sua leitura, vislumbra-se a biblioteca da rainha, o que nos permite adentrar a esfera intelectual da monarca. D. Leonor possuía um acervo composto de obras em latim e português relativas à literatura didática, história, poesia, romance, filosofia, além das de caráter moral, religioso e, inclusive, um título ligado à medicina.

Destacaremos aqui uma obra que recebeu tradução para língua portuguesa, e primeira impressão por mecenato da mesma rainha, trata-se do “*Le livre des trois vertus*”, de autoria de Christine de Pizan que, na versão portuguesa recebeu o título de “*O Livro das Três Vertudes a Insinança das Damas*” ou, simplesmente, “*Espelho de Cristina*”.

A obra referida está construída de modo a transmitir uma série de conselhos morais às mulheres dos três estados: 1º realeza e grandes senhoras, 2º donzelas da corte e 3º burguesas e outras mulheres da corte. Nele encontramos orientações preciosas acerca das atitudes que se esperam das mulheres desses três estados. Destacamos uma passagem que trata da caridade para com os pobres. Aqui a caridade é associada a um caminho que dever ser percorrido pela princesa a fim de ter uma vida virtuosa:

“(...) Per esta via de caridade encaminhara a booa princesa. E com esto fara mais, assi como se ela reportasse a si meesma a palavra de Basillio onde diz ao rico: se tu conheces que os beens temporaaes te veerom per Deos, e tu conheces que has deles mais que outros muitos milhores que ti, pensarás, por isto, que Deos te fez justo? (...)

E a booa princesa deve seer bem avisada que compra as obras da misericordia, guardando seu estado vertuosamente, havendo boons servidores acerca de si e, isso meesmo, boons conselheiros, pera a bem conselharem e darem a eixucaçom seus boons propositos. E os senhores sempre devem a haver servidores de sua condiçom.

E ela, toda booa, haverá servidores a si semelhantes, os quaaes mandara que saibam, per toda parte, onde haverá pobres vergonhosos ou gintiis homeens doentes (grifo nosso); (...)

Nem haverá vergonha a booa pessoa de, per si meesma, vesitar os spritaaes e os pobres, acompanhada segundo seu estado. Falara aos pobres e doentes e os tocara e confortara docemente, fazendo-lhe grandes e frorecidas esmolos (grifo nosso) (...).”¹¹.

As grandes senhoras devem praticar as obras de misericórdia, dar esmolos aos “*giintis homens doentes*” sem se envergonhar de “*vesitar os spritaaes e os pobres*”. São atitudes que parecem tocar a rainha em sua assunção obrigacional que, inclusive, a levam a criação do hospital que é foco desse trabalho.

11. PIZAN, Christine. *O Livro das Três Vertudes a Insinança das Damas*. Ed. Crítica de Maria de Lourdes Crispim. Lisboa: Caminho, 2002, p. 110-111.

5 | FUNDAÇÕES EM SAÚDE PELA NOBREZA

No século XVI, a reforma, na assistência aos enfermos, foi uma das ações principais da monarquia portuguesa com fins a garantir cuidados a seus súditos. A reorganização ou fundação de hospitais, ao que tudo indica, tinha por objetivo a cura dos enfermos.

As bases doutrinárias dessa reorganização e/ou fundação se assentaram na criação de hospitais que enfatizavam o viés espiritual dado a temática. Essas foram acompanhadas ainda da ‘distribuição de obras’, inicialmente em língua vernacular e posteriormente em língua portuguesa, que disseminavam a ideia de ‘vantagens espirituais’ associadas à realização de ações misericordiosas.

São quase sempre os indivíduos de categoria sociais mais destacadas que vão executar tais obras de misericórdia, pois entendiam que a eles se dirigiam esses discursos. Esse era o entendimento que orientava a ação (Chartier, 1991, p. 180). Não queremos dizer que os menos favorecidos não exerciam as obras de misericórdia, mas, no nosso caso de estudo, são para os menos favorecidos, principalmente, que devem ser realizadas tais obras.

Portanto, a assistência era, em primeiro lugar, uma noção bastante ampla que se fundamentava essencialmente nas sagradas escrituras, na literatura devocional, nos sermões e exegese bíblica. Consoante, a assistência se constituiu como uma ação prática em favor daqueles considerados necessitados, seja por doenças, seja por condições sociais outras. Nessa exegese que surgiram formas materializadas de assistência como os lazaretos, mercearias, albergarias e hospitais.

Não se pode deixar de destacar que tais modelos de atenção tiveram como pontos de partida acontecimentos que mudaram a Europa na Baixa Idade Média: a Peste Negra, no século XIV, e o aumento da pobreza¹². Tais fatos conduziram ao surgimento de novas formas de se entender a assistência a necessitados.

No caso da Peste Negra, destacamos os contributos ainda dos estudos de John Henderson e Katharine Park (1991). Segundo os autores, a Peste Negra não foi a responsável por mudar a ótica sobre os pobres, mas sim a ótica acerca da assistência à saúde (HENDERSON, J.; PARK, K., 1991, p. 169). Nos estudos em questão, os autores apontam para um aumento das doações aos hospitais, que se reestruturaram e promoveram certa especialização de seus espaços surgindo espaços distintos para cada grupo de enfermos.

Ainda assim, naquele tempo, visível era a incapacidade de atendimento às novas demandas geradas pelo aumento do número de pobres, um maior número de doentes, com surtos epidêmicos recorrentes, como os caso da sífilis que brotaram na segunda metade do século XV, além de crises cíclicas de abastecimento que

12. Uma boa síntese da situação pela qual passava Portugal está na obra clássica: OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

faziam crescer a quantidade de famintos.

As guerras de Reconquista, ou entre reinos, na Península Ibérica, que fizeram que aumentasse o número de viúvas e órfãos e os patrimônios utilizados em benefício dos administradores, ou mesmo mal geridos, também confabulavam aspectos desse tempo.

Foi, portanto, neste contexto geral, e no acentuar dessas transformações, que os governos perceberam a necessidade de intervir no campo da assistência.

Nesse bojo, que se fortaleceram as medidas de separação dos doentes a partir do que hoje consideramos enfermarias, principalmente no Hospital de Nossa Senhora do Pópulo. Essa forma de organização o diferenciava dos demais hospitais conhecidos em Portugal na Idade Média. Havia inclusive um ambiente destinado aos peregrinos onde se mantinha a hospitalidade.

A particularização de cuidados cabia ainda a aqueles que exerciam os ofícios de físico, boticário, cirurgião, enfermeiro e toda uma gama de viventes cujas atividades se relacionavam a cura durante o tempo de tratamento.

Entendemos que a conjugação destes aspectos tornou possível a combinação de caridade, poder político e medicina, assim como do secular e do espiritual, num mesmo espaço – o hospital. Soma-se a isso motivação religiosa enraizada pela Casa Real e elites locais que difundiam à toda a população valores tidos como morais à época. Isabel Sá denominou que a “cultura da caridade” era capaz de fundamentar um ambiente motivacional fundamental a todo processo de reordenamento da assistência, que teve como expoentes máximos os Hospitais de Todos os Santos, em Lisboa, e Nossa Senhora do Pópulo, em Caldas da Rainha.

REFERÊNCIAS

ABREU, Laurinda. “*Limites e fronteiras das políticas assistenciais entre os séculos XVI e XVIII: continuidades e alteridades,*” In: *Varia Historia*. Belo Horizonte: vol. 26, n.º 44, 2010. pp 347–371.

ABREU, Laurinda. *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*. Évora, Ed. Colibri, 2005.

ABREU, Laurinda. *Repressão e controlo da mendicidade no Portugal Moderno*, In: *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad, (Siglos XV-XX)*, Bilbao: Universidad del País Vasco, 2007, pp. 95-119.

_____. “*Purgatório, misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX)*,” *Dynamis. Acta Hispanica ad Medicinae Scientiarumque Historiam Illustrandam*, N. 20, 2000. pp. 395-415.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de. *Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal*. In: *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, Actas das Primeiras Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval (vol.1), Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973.

BÍBLIA de Jerusalém. Paulus: São Paulo, 2002.

BRAGA, Paulo Drumond, “A crise dos estabelecimentos de assistência aos pobres nos finais da Idade Média,” In: Revista Portuguesa de História, tomo XXVI, 1991, pp. 175-190.

CEPEDA, Isabel Vilares, *Os livros da Rainha D. Leonor, segundo o códice 11352 da Biblioteca Nacional, Lisboa*. In: Revista da Biblioteca Nacional. Lisboa: Série 2, vol. 2, N.º. 2, pp. 51-81, 1987.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, vol.5, N.º 11, 1991.

DÍAZ Y DÍAZ, M. *El eremitismo en la España visigótica*. In: *Revista Portuguesa de História*, Lisboa: N.º 6, 1964. pp. 217-237.

HENDERSON, John. e PARK, Katharine, “*The First Hospital among Christians: The Ospedale di Santa Maria Nuova in Early Sixteenth Century Florence*”, In: *Medical History*, vol. 35, 1991.

HORCH, Rosemerie Erika. *O primeiro livro em português, um depoimento: os caminhos percorridos para comprovar a sua existência*. In: Revista da Biblioteca Nacional. Lisboa: Série 2, vol. 2, N.º. 2, 1987.

LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

LOPES, Maria Antónia. *Pobreza, assistência e controlo social: Coimbra, 1750-1850*. Viseu: Palimage, 2000, pp. 23-84.

MARQUES, José. *A assistência no norte de Portugal em fins da Idade Média*. In: Revista da Faculdade de Letras, Porto: Vol 6. 1989, p. 11-93.

MENDES, José Maria Amado, “*Pobres e pobreza à luz de alguns documentos emanados das cortes (séculos XIV e XV)*,” In: A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das Primeiras Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, vol. II, Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973.

MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

ORTIZ DE VILLEGAS, Diego. *Cathecismo pequeno de doutrina e instrução que os xpaãos ham de cree e obrar pêra conseguir a benaumentança eterna feito e copilado pollo reuerendissimo senhor dom Dioguo Ortiz bispo de çepta ...*. Lisboa: per Valent[m] Fernández alemã e Iohã Pedro Boõhomini de Cremona, 20 Julho 1504. Disponível em: < <http://purl.pt/14885> >

PIZAN, Christine. *O Livro das Três Vertudes a Insinança das Damas*. Ed. Crítica de Maria de Lourdes Crispim. Lisboa: Caminho, 2002.

PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM – volume III: *A fundação das Misericórdias – O reinado de D. Manuel I*. Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa; (coord. científico José Pedro Paiva) Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu (1490-1600)*. In: *Cadernos do Noroeste*. Braga: Universidade do Minho. Vol. 11, n.2, 1998. pp. 31-63.

_____. *Práticas de caridade e Salvação da alma nas Misericórdias metropolitanas e ultramarinas: algumas metáforas*. In: Oceanos. Comissão Nacional para Comemoração dos Descobrimentos

Portugueses. N.º 35, 1998. pp .42-50

SANCHEZ DE VERCIAL, Clemente. *Sacramental*. Lisboa: per Ioha[m] Pedro de Cremona, 28 de Sete[m]bro 1502. Disponível em : < <http://purl.pt/15164/3/> >.

SOUSA, Ivo Carneiro de. *O cardeal D. Jorge da Costa e a reforma da assistência em Portugal*. In: *Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga: Actas*. Braga: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa: Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, N. 2, vol. 1, pp. 646-660, 1990.

SOUSA, Ivo Carneiro de. *A Rainha D. Leonor (1458-1525): Poder, Misericórdia, religiosidade e espiritualidade no Portugal do Renascimento*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

SOUSA, Ivo Carneiro de. *A rainha da Misericórdia na História da espiritualidade em Portugal na época do Renascimento. (policopiada)*. Tese de doutoramento em Cultura Portuguesa. 1992, Universidade do Porto, Vol. 1 e 2.

ANÁLISE DO TRÁFICO DE ÓRGÃOS SOB O ÂNGULO JURÍDICO-SOCIAL

Data de aceite: 12/05/2020

Marcela Rodrigues Almeida

Graduada pela Universidade Federal de Goiás – Campus Cidade de Goiás. Pós-graduada em Direito Público pela Universidade Dom Pedro II. CV: <http://lattes.cnpq.br/4449312262163038>

Laís Moreira Barros

Graduada pela Universidade Federal de Goiás – Campus Cidade de Goiás. Pós-graduado em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes. CV: <http://lattes.cnpq.br/7018822459485232>

Orisval Paulino Dos Junior Santos

Graduado pela Universidade Federal de Goiás – Campus Cidade de Goiás. Pós-graduado em Direito Administrativo pela Universidade Cândido Mendes. CV: <http://lattes.cnpq.br/1325888982254245>

Renata Botelho Dutra

Universidade Federal de Goiás – Goiás/Go. Professora D.E do curso de Direito. CV: <http://lattes.cnpq.br/6422004145050067>

RESUMO: o corpo humano é constituído de órgãos, tecidos, músculos, etc. O Direito garante que o corpo é inviolável, sendo assim, quando ocorre sua violação, surge uma variedade de impasses jurídicos. Fato resguardado ainda pelos direitos civil e penal. No Direito Penal há inclusive a previsão de penas para infrações

dessa ordem. O presente trabalho visa analisar os aspectos concernentes ao tráfico de órgãos, as questões legais e sociais que envolvem eventos dessa ordem. De fato, o tráfico de órgãos perpassa questões relacionadas a integridade física, política, bioética, etc; é uma triste realidade que ocorra em nossa sociedade.

PALAVRAS – CHAVE: Tráfico de Órgãos, Crime Organizado, Direito Penal.

ANALYSIS OF ORGAN TRAFFICKING FROM A LEGAL-SOCIAL ANGLE

ABSTRACT:The human body is made up of organs, tissues, muscles, etc. The law guarantees that the body is inviolable, so when a violation occurs, a variety of legal impasses arise. Both in Criminal and Civil Law, we have the principle of inviolability, with punitive penalties for those who violate it. For example: a surgeon cannot operate without authorization from the interested party or person responsible for it (art. 13 C.). Attest false death (art. 302 C.P.), or coerce someone to donate organs (art.146 C.P. or art.151 C.C.). The present work aims to analyze aspects concerning organ trafficking, legal and social issues involving Law and Bioethics. In fact, organ trafficking involves questions of physical integrity, politics, bioethics,

etc; it is a sad reality that occurs in our society.

KEYWORDS: Organ Trafficking, Organized crime, Criminal Law.

1 | INTRODUÇÃO

O corpo humano integrado ao seu nível de organização biológica, em sua composição de células, tecidos, órgãos e sistemas, constitui um organismo que faz com que possamos gozar da vida de forma sadia quando tudo segue em pleno funcionamento. Por suas dimensões, o corpo é objeto de estudo da biologia, medicina, química e do direito, *inter alia*. Aqui nos ateremos nos resguardos, em matéria jurídica, desse bem o qual todos dispõem.

O princípio da inviolabilidade do corpo humano apresenta-se tanto no âmbito penal quanto civil. Na esfera penal, aquele que promove lesão corporal ou provoca periclitacão da vida e da saúde de outrem se expõe a pena privativa de liberdade (art. 132 do Código Penal- CP), assim como quem compeli à doacão de órgãos viola a norma (art. 149-A CP) ou também age de forma a atestar condicão de saúde de forma inverídica: promove falsidade de atestado médico (art. 302 CP). No âmbito civil, nota-se ainda que legislador aponta que os médicos necessitam da autorizacão do interessado ou responsável para realizar determinados procedimentos (art.15 Código Civil -CC).

O art.13 do CC brasileiro resguarda que, salvo por exigências médicas, é defeso o ato de disposicão do próprio corpo, quando importar diminuicão permanente da integridade física ou contrariar os bons costumes. O dispositivo referido traz, em seu parágrafo único, que o transplante deverá ocorrer conforme a Lei Especial 9.343, de 4 de fevereiro de 1997; tal lei veda a remoçã *post mortem* de tecidos, órgãos, ou parte do corpo humano, de pessoas cujo o transplante não foi autorizado e/ou os indivíduos não foram identificados. E, estabelece pena para quem comprar, vender, realizar transplantes ou enxertos, ou ainda, guarda, recolher, transportar ou fazer a distribuicão de partes do corpo humano.

A citada lei discorre basicamente sobre as condicões gerais em que deverá ocorrer a remoçã de órgãos, tecidos e partes do corpo humano com fins a transplante ou tratamento. Firma que a ocorrência de qualquer um desses procedimentos, em contrafeito a vontade do doador considerado civilmente capaz, em sua livre e espontânea vontade, é prática de crime.

Para uma primeira abordagem sobre o tema, faz-se necessário a compreensã relativa à ascensã da prática terapêutica do transplante de órgãos. Forçoso delimitar que o transplante é um procedimento cirúrgico que consiste na reposicão de um órgão (coraçã, pulmã, rim, pâncreas, fígado) ou tecido (medula óssea, ossos, córneas) de uma pessoa doente (receptor) por outro órgão ou tecido normal

de um doador vivo ou morto ¹.

Sobrerresta salientar que a Lei número 9.434/1997 dispõe ainda sobre a gratuidade do procedimento. Posto que ressalta que: “A disposição **gratuita** de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, em vida ou post mortem, para fins de transplante e tratamento, é permitida” (Art. 1). Diante esse conceito é entendível que o procedimento se baseia, ou ao menos deveria basear-se, na solidariedade e no altruísmo do ser humano.

Ressalta-se, contudo, que o referido ato só é possível de ter alcance efetivo com disposições em vida que se validarão em morte, geralmente. Exemplo disso é a doação dos olhos para transplante de córnea, que só é permitido após a morte

Parte do corpo como cabelos e dentes são passíveis de venda, já que tal ato não prejudica a integridade física da pessoa, pois não significa a retirada de membro ou órgão vital para o funcionamento do organismo. Nesse bojo, destaca-se que é também possível a doação de partes do corpo em vida, desde que não haja comprometimento da integridade de saúde do doador.

Desta feita, o princípio da inviolabilidade do corpo humano é garantido a todos. Sendo alguns procedimentos diante do corpo, por ação médica, tolerados desde que não interfiram na integridade física ou não contrariem o direito à vida e a dignidade humana.

A realidade expressa pelo número de pacientes nas filas de transplantes faz com que, cada dia, seja mais perturbador e real o tráfico de órgãos e tecidos humanos, atingindo uma parcela significativa da população mundial. A corrupção de organismos estatais e o fato de várias operações não serem detectadas, conseqüentemente não entrarem nas estatísticas oficiais, configuram uma grande dificuldade para se obter a quantificação e a dimensão exata desse crime.

2 | A RELAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO COM O TRÁFICO DE ÓRGÃOS

Diante da ausência de elementos legais para identificar a globalidade dos partícipes do crime organizado, cabe à doutrina e os aparatos do Direito proverem os meios e apontar os elementos envolvidos nesse ilícito penal. A Lei 12.850/13, no Brasil, firma subsídios outros que também estruturam arcabouço sobre o tema ao inferir o que caracteriza uma organização criminosa.

A citada lei em seu art. 1º, § 1º traz a seguinte definição:

Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas

1. Transplante de Órgãos. Disponível em :< http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/dicas/142transplante_de_orgaos.html>. Acesso em 27 de dezembro de 2018.

sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

Em comum e independentemente do tipo de atividade e da localização da organização criminosa no mundo, pode-se afirmar que todas têm como seus objetos principais: domínios e dinheiro. Tais organizações empregam evoluídos recursos tecnológicos para assegurar as suas atividades. Utilizam-se de estruturas lícitas (empresas, associações, ONGs e até mesmo ações em Bolsas de Valores) para dissimular a origem ilícita dos valores obtidos nas diversas modalidades criminosas praticadas.

O crime organizado é de forma notável uma violação aos direitos humanos. O comércio de órgãos se organiza fora dos hospitais, e dentro deles também, vitimando uma numerosidade de comunidades e indivíduos. É um dos crimes que possui maior escala lucrativa, sendo considerado o terceiro crime mais vantajoso, perdendo apenas para o tráfico de drogas e o de armas, segundo declaração feita pelo coordenador de operações especiais de fronteiras da Polícia Federal, Mauro Sposito, no ano de 2007 ². Um verdadeiro “açougue humano” .

3 | REALIDADES DOS TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS

Configurado pela transferência de células, tecidos, órgãos, ou partes do corpo do doador para seu receptor, o transplante, tem como finalidade restabelecer uma função perdida, sendo, muitas das vezes, a única saída.

A necessidade de ter que se submeter ao procedimento, encontra-se, em sua maioria, aqueles que, precisam de medula óssea, rim, fígado, coração, pulmão e pâncreas.

A pesquisa publicada pela Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (ABTO)³, relativa ao período de janeiro a junho do ano de 2018, identificou que houve ascensão, após leve queda diagnosticada no primeiro trimestre do referido ano, no tocante a doadores efetivos. Foram localizados 17 doadores por milhão de população (pmp). Apesar de ter sido relevante o aumento, ainda não está em concordância com a meta estabelecida (18 pmp).

2. Declaração feita, no ano de 2007, pelo coordenador de operações especiais de fronteiras da Polícia Federal, Mauro Sposito. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cindra/audiencias-publicas/audiencias/noticias/trafico-de-orgaos-e-terceiro-crime-mais-lucrativo-segundo-policia-federal>>. Acesso em 10 de outubro de 2018.

3. A ABTO é uma sociedade médica, civil e sem fins lucrativos, que tem como propósito a estimulação do progresso de todas as atividades relacionadas com os transplantes no Brasil; Congregar os profissionais e as entidades envolvidas com ou interessadas em transplante de órgãos; Ajudar na criação e aperfeiçoamento da legislação que se relaciona com o transplante de órgãos; Estimular a pesquisa e colaborar na propagação de conhecimentos sobre o assunto; Desenvolver estímulos para a criação de centros de doação, bancos de órgãos, serviços de identificação de receptores e outros correlatos; Disseminar junto ao público em geral, com os recursos de conscientização disponíveis, e respeitados a ética profissional, o significado humanitário, científico e moral da doação de órgãos para transplante. Disponível em: <<http://www.abto.org.br/abtov03/default.aspx?mn=461&c=903&s=0&friendly=a-instituicao---proposito>>. Acesso em 17 de dezembro de 2018.

Dados colhidos e apresentados pela ABTO sobre o dimensionamento dos transplantes no Brasil e em cada Estado, referente ao ano de 2017, demonstram que a taxa de doadores efetivos cresceu uma margem de 14%, atingindo 16,6 pmp, tal acréscimo propiciou atingir o previsto em 2015 no ano de 2017 (16,6 pmp). O relatório divulgado afirmou que houve uma retomada do crescimento da vontade de doar, da efetivação da doação e das operações de transplantes de órgãos.

No entanto, a divulgação feita pela ABTO, por meio do Registro Brasileiro de Transplantes (RBT)⁴, do período referente a janeiro/setembro de 2018, indicou que no terceiro trimestre do respectivo ano houve uma queda de 0,6% na taxa de doadores efetivos, em relação ao primeiro semestre do respectivo ano. Tal estagnação, acompanhada de uma leve, porém, considerável recaída, dificultará a obtenção da meta para o ano, que estava fincada no marco de 18 pmp.

Todo o desenvolvimento entorno do marco de reintegrar pacientes a sociedade produtiva, necessita primordialmente, de doações, e as mesmas não ocorrem sem empenho diário. Sobressalta-se, tão logo, a legítima e integral vontade dos possíveis doadores, ou de seus familiares, para que não haja crime no ato.

Nesse bojo, salienta-se ainda que o Sistema Nacional de Transplantes (SNT) é órgão responsável, no Brasil, pelo processo de captação e distribuição de tecidos, órgãos e partes retiradas do corpo humano para finalidades terapêuticas. Desse modo, responsabiliza-se por todo o processo de doação de órgãos e tecidos e transplantes realizados no país.

4 | ANÁLISE DO TRÁFICO DE ÓRGÃOS SOB ASPECTOS JURÍDICOS

Em uma breve exposição histórica do processo legislativo em torno da ilegalidade do comércio de órgãos identifica no ano de 1963 regulamento da matéria. A Lei n.º 4.280 diplomava sobre “(...) a extirpação de órgão ou tecido de pessoa falecida”. Segundo, as palavras de Eliana Faleiros Vendramini Carneiro (2010, p. 1123) ⁵ tal lei : “(...) não definia univocamente a morte que pretendia como marco inicial do procedimento estudado e não tinha qualquer caráter penal.”

Carneiro (2010, p. 1123) afirma:

“(...) que ficava a cargo do *de cujos*, por escrito, a autorização de retirada de seus órgãos ou, se inexistente o documento, ao cônjuge e parentes, até segundo grau, ou às corporações responsáveis pelos despojos, religiosas ou civis, e a oposição para a mesma (art. 1º)”.

Ressalta que, apesar da definição da finalidade terapêutica do ato médico,

4. Veículo Oficial da Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos – Registro Brasileiro de Transplantes. Disponível em: <<http://www.abto.org.br/abtov03/Upload/file/RBT/2018/rbt2018-let-3t.pdf>>. Acesso em 10 de dezembro de 2018.

5. CARNEIRO, Eliana Faleiros Vendramini. Transplante de Órgãos. Cordenação: Luiz Flávio Gomes e Rogério Sanches Cunha. **Legislação Criminal Especial**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

subjaz a insuficiência de conteúdos em tal norma de forma que essa se fez lacunosa.

Posteriormente, sofrendo uma modificação legislativa, a Lei n.º 5.479, de 10 de agosto de 1968, passa a vigorar, trazendo em sua leitura a retirada de órgãos em vida:

Art. 10. É permitido à pessoa maior e capaz dispor de órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins humanitários e terapêuticos. § 1º A autorização do disponente deverá especificar o tecido, ou órgão, ou a parte objeto da retirada. § 2º Só é possível a retirada, a que se refere êste artigo, quando se tratar de órgãos duplos ou tecidos, vísceras ou partes e desde que não impliquem em prejuízo ou mutilação grave para o disponente e corresponda a uma necessidade terapêutica, comprovadamente indispensável, para o paciente receptor.

É forçoso delimitar, nesse momento, que o fato da permissibilidade da retirada de órgãos em vida, sob amparo a alguns quesitos reticentes pontuados no histórico das leis sobre o tema, foi ensejada implicando o início da comercialização ilícita de órgãos *inter vivos*⁶.

A Lei n.º 8.489, de 18 de novembro de 1992, por vez, buscou nutrir a finalidade de regularização da matéria tendo em vista as mudanças na área política e também no campo social resultantes do período de redemocratização (pós-ditadura). A mesma diplomou pela maior flexibilidade na autorização a remoção de órgãos.

Por fim, em 04 de fevereiro de 1997, a Lei n.º 9.434 que “dispõe sobre remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências” foi regulamentada tendo eficácia até a atualidade, apesar de ter sofrido alterações em 27 de dezembro de 2007 pela Lei 11.633/2007 e em 23 de março de 2011 pela Lei 10.211. Repisa-se, nesse momento o real aspecto penal que passa a tanger ao transplante de órgãos.

4.1 Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997: transplante de órgãos e tecidos

A legislação brasileira evidenciada pelas lei 9.434/97 e lei 10.211 de 23 de março de 2001 determina que a doação de órgãos e tecidos pode ocorrer em duas situações: por vontade de doador vivo, desde que não comprometa sua integridade, para transplante em seu cônjuge ou parentes consanguíneos até seu quarto grau de parentesco ou em desconhecidos, conforme desígnio autorizativo do Juízo. Nesse último caso, apresenta exceção a essa regra à medula óssea.

A lei em estudo decreta que a disposição de órgãos e tecidos para fins de transplante e tratamento seja gratuita. Gratuitade essa repisada pela Constituição Federal do Brasil em seu artigo 199, parágrafo 4º⁷. Gratuitade essa também

6. SÉGUIN, Éilda. Biodireito, 4º edição. Rio de Janeiro: editora Lumen Juris, 2005.cit., p. 141.

7. “Art.199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada. § 4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos, e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.»

prevista no Código Civil, em seu artigo 14⁸, porém, tal dispositivo atenta para o ato de disponibilização do corpo poder se realizar somente “para depois da morte”.

Outra questão cara ao tema se refere ao princípio trazido pela Lei 9.434/1997 relacionado a doação presumida. Inclusive, a referida lei ficou conhecida como “Lei da Doação Presumida”, já que em seu texto, com base no artigo 4º, lecionava-se que, ressalvadas as hipóteses de expressa manifestação da vontade, todos são doadores. Sendo que a declaração negando a disponibilização de seus órgãos deveria estar expressa na Carteira de Identidade e na Carteira Nacional de Habilitação. Tal exigência ocasionou muitos questionamentos e uma problemática social, ao passo que em 6 de janeiro de 2000, a Medida Provisória nº 1.959-17 trouxe novo parágrafo ao então artigo 4º da Lei nº 9.434/1997 invalidando o procedimento estipulado anteriormente.

Fato é que o Art. 4º da Lei em vigor atualmente afirma o seguinte:

A retirada de tecidos, órgãos e partes do corpo de pessoas falecidas para transplantes ou outra finalidade terapêutica, dependerá da autorização do cônjuge ou parente, maior de idade, obedecida a linha sucessória, reta ou colateral, até o segundo grau inclusive, firmada em documento subscrito por duas testemunhas presentes à verificação da morte.

Noutro giro, a lei ativa dispõe ainda, entre seus artigos 14 a 20 sobre os vários tipos penais provenientes de condutas que permeiam a remoção, compra, venda, transporte, guarda ou distribuição de órgãos humanos. Desse modo, proibi todo e qualquer tipo de comercialização, tipificando-a como crime.

O artigo 15, por exemplo, imputa a prática de compra e venda de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano, como ato criminoso, prevendo ainda, em seu parágrafo único, que aquele que de alguma forma promove, intermedia, facilita, ou ainda auferir vantagem com o procedimento também pratica crime. Nesses termos, apontam-se como penas possíveis: a reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos e multa.

A proibição de venda, vê em contrabalanço, a possibilidade do comércio de órgãos de forma ilegal alternativa viável a alguns, Carneiro infere (2010, p. 1.132):

O Brasil acompanha a preocupação mundial crescente com o assunto, dada a efetiva ocorrência do chamado tráfico de órgãos, que muitos insistem em achar que faz parte da imaginação alheia. Fato é que a compra e venda do corpo humano têm, além da atual ocorrência, origem histórica. Há tempos o homem vem escravizando, impondo a servidão, certas formas de prostituição, contratando barrigas, realizando adoções pagas. O que hoje as torna tão macabras, a ponto de equipararem-se para remover e traficar órgãos a serem transplantados, é o desenvolvimento da tecnologia, que permite a fragmentação comercial do ser humano.

Ainda assim, não se pode deixar de salientar que a citada lei especial adensou o cerco ao ilícito pois asseverou penalidades diante de delito também previsto no

8 “ Art. 14. É válida, com objeto científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.”

4.2 Caso Paulinho Pavesi

Caso Paulinho Pavesi: Em 2000, Paulo Veronesi Pavesi acidentou-se em casa e foi levado em estado grave ao Hospital Pedro Sanches, em Poços de Caldas (MG), onde foi operado. O pai da criança acusou o primeiro médico que atendeu Paulinho de acionar a Central de Transplantes antes da confirmação da morte cerebral do garoto. Transferido para o Hospital Santa Casa de Misericórdia, lá sofreu retirada múltipla de órgãos, com declaração falsa de morte encefálica, denunciou o pai. (...)O fato pouco conhecido pela sociedade brasileira, foi exposto na CPI do Tráfico de Órgãos de 2004. O deputado Pastor Pedro Ribeiro, relator da comissão, destacou a gravidade do crime ocorrido na cidade de Poços de Caldas (MG), onde médicos foram acusados de acelerar a morte de pacientes para a retirada e transplante de órgãos humanos.⁹

Na época, alguns Deputados comentaram que há muitas dificuldades de investigar o tráfico de órgãos no Brasil. “Sempre que se tenta investigar denúncias de tráfico de órgãos, implicam-se investigações contra a fila de transplante. Na CPI, fomos acusados de estar prestando um desserviço à sociedade. “É um crime de alta complexidade que envolve médicos e outros profissionais de saúde”, desabafou Deputado Neuri Fraga na época da CPI.

O desenrolar da trágica história acima mostrou a falta de controle da justiça brasileira em crimes desse padrão, em depoimento cedido pelo pai de Paulinho, o senhor Paulo Airton Pavesi, relatou que “a CPI apresentou um relatório (...) indiciando nove (9) pessoas”, tal relatório foi arquivado pelo Procurador Geral da República em São Paulo, “certamente ele tem autonomia para arquivar o que achar que não deve ser investigado, mas para isso precisa ter um conjunto coerente de provas que inocentassem os acusados, que não era o caso”.

O processo que apura o homicídio do Paulinho está há dez (10) anos na justiça. Foram sete (7) anos para discutir se continuaria na esfera federal ou estadual. Na esfera estadual, um promotor tentou arquivá-lo alegando que não havia provas de homicídio. O último juiz que se inteirou do caso descobriu que o promotor é amigo pessoal de um dos acusados e já o livrou de outros processos.

A problemática do tráfico de órgãos está no envolvimento das organizações públicas da saúde brasileira. O desrespeito visível na prática de “assassinatos” com fins a captação de possíveis doadores ou a manipulação de corpos *humanos pós mortem* em contradito as normas afiançadas, na qual, muitos desses autores são contratados pelo Sistema Único de Saúde e passam a ser protegidos pelo sistema e pelo corporativismo médico, estrutura fato típico penal. A fiscalização, a legislação

9. Revista Radis Súmula. Número:28. Dezembro 2004.

e falta de informações deixam muitas brechas para ocorrência de tais situações.

4.3 Projeto de Lei Complementar (PLC) nº84

Em outubro de 2004, foi apresentado pelo Deputado Aloysio Nunes Ferreira o Projeto de Lei da Câmara, nº 84, que altera o Projeto de Lei Original Nº 7.398, de 2002, que por sua vez altera o art. 9º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997. O PLC nº84 foi aprovado pelo Senado Federal e enviado a Câmara dos Deputados em fevereiro de 2012.

As alterações propostas são as seguintes:

Art. 2º O art. 9º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

(...)

Art.9(...)

§ 9º A petição com o pedido de autorização judicial deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I – laudo subscrito por 2 (dois) médicos com pós-graduação ou título de especialista reconhecido no Brasil;

II – certidão negativa de infração ética, fornecida pelo órgão de classe em que for inscrito o médico.

§ 10. Poderá o juiz, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida, nomear perito para proceder a novo exame do doador.

§ 11. O juiz, convencendo-se da voluntariedade da doação e do atendimento dos requisitos legais, poderá conceder, desde logo, a autorização. Caso contrário, designará audiência para ouvir o doador no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 12. Em qualquer caso, será dada vista ao Ministério Público.”

O Deputado Aloysio Nunes Ferreira traz em seu texto de justificativa, menções a casos que chocam a todos como:

“doações de órgãos por empregados pressionados por patrões inescrupulosos, compra de cadáveres de indigentes por faculdades de medicina, retirada de órgãos de pessoas mortas sem o consentimento dos familiares, utilização de órgãos retirados de incapazes sem a autorização dos responsáveis”.

5 | DO COMÉRCIO DE ÓRGÃOS HUMANOS

Para Kant (2004)¹⁰, a dignidade é o valor de que se reveste tudo aquilo que não tem preço, ou seja, não é passível de ser substituído por um equivalente. Dessa

10. KANT, Immanuel – «Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos»; tradução de Leopoldo Holzbach – São Paulo: Martin Claret, 2004.

forma, a dignidade é uma qualidade inerente aos seres enquanto entes morais. Na medida em que exercem de forma autônoma a sua razão prática, os seres humanos constroem distintas personalidades humanas, cada uma delas absolutamente individual e insubstituível. Consequentemente, a dignidade é totalmente inseparável da autonomia para o exercício da razão prática.

A vida e a integridade física são inerentes ao exercício da dignidade humana e nosso ordenamento jurídico só permite a disposição de parte do corpo humano frente a justo e específico motivo, como no caso de transplantes terapêuticos gratuitos. E ainda assim, somente será permitido se não acarretar prejuízos ao doador. Esse, por vez, deve ser previamente informado dos riscos do procedimento pela equipe cirúrgica e médico responsável, que deve se recusar a operar se entender que o procedimento é prejudicial ao interesse do doador e contrário à sua saúde e bem-estar. Repisa-se, tão logo, que a venda de órgãos é proibida.

A venda de órgãos humanos já se viu ventilada por outros casos mundiais. Exemplifica-se aqui caso ocorrido na Itália. Em 1930, ocorreu um caso registrado pela Corte italiana. O fato envolveu o transplante de glândulas genitais, no qual um doador vivo submeteu-se a doação mediante pagamento. A questão chegou ao Juízo, sendo a norma proveniente do Código Civil italiano, em seu Livro I- Da pessoa e da família, em seu art. 5º, o meio para ponderação do caso. A referida norma afiança que os atos de disposição do próprio corpo estão proibidos se envolverem diminuição da integridade física, ou quando sejam contrários de outra forma à lei, à ordem pública ou aos bons costumes.

6 | CONCLUSÕES

A realização de uma pesquisa sobre o comércio de órgãos não se delimita como uma tarefa singela ou fácil de ser concretizada. Sua complexidade se ancora na insuficiência de visibilidade do assunto e, de certo modo, na diversidade de atores, em seus portes, necessários para sua consumação. Fontes para pesquisas sobre tal realidade podem advir, além de análises de processos da Egrégia Corte, dos inquéritos da Polícia Federal.

Ainda assim, fato é que o transplante de órgãos é fruto de anos de pesquisas e desenvolvimento da ciência para obter o seguinte resultado: preservação da vida humana, sendo tal procedimento, em si, um ganho para humanidade. Devido à complexidade de atos que tal procedimento requer, não só o campo de saber médico verte dados e ações para lhes compor. Assim, as considerações do direito sobre o corpo humano e preservação da vida também são contributos à temática.

Nesse bojo, sobrerresta notar que o restabelecimento das condições de saúde daqueles que necessitam de transplante, atenta, primordialmente, à mobilização

de atenções e vontades de possíveis doadores, ou de seus familiares, posto que contrafeitas as manifestações positivas desses configurar-se-á crime.

É possível identificar um trinômio relativo ao transplante por meio ilegal: 1. necessidades de transplantes maior que a oferta de órgãos; 2. população com maior carência socioeconômica que se sujeita a dispor de partes de seu corpo com fins ao aferimento de recursos financeiros coadunado ao avanço de modernos meios de comunicação que facilitam a integração, a proteção e a rentabilidade das organizações criminosas e aliciadores; 3. Corrupção dos agentes do Estado.

Diante de tais premissas, encontra-se no comércio de órgãos afronta às virtudes relacionadas ao altruísmo, beneficência, solidariedade social, legalidade e dignidade humana a todos os seres.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Política Nacional de Transplantes*. Portal da Saúde. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=1004. Acesso em: 27 fevereiro 2020.

BRASIL. *Exposição de Motivos ao Decreto nº 5948/2006*. In: Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Brasília; Ministério da Justiça, 2007, p. 60.

BRASIL. *Projeto de Lei da Câmara nº 84 de 2004*. Disponível: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=70781, acesso: 27 fevereiro 2020.

CARNEIRO, Eliana Faleiros Vendramini. *Transplante de Órgãos*. Cordenação: Luiz Flávio Gomes e Rogério Sanches Cunha. Legislação Criminal Especial. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

DA SILVA, José Afonso. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 35ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

KANT, Immanuel – “*Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*”; tradução de Leopoldo Holzbach – São Paulo: Martin Claret, 2004.

MICHAEL, Andréa. *Crime Organizado funciona como holding, diz estudioso*. Folha. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u74202.shtml>. Acesso em: 27 fevereiro 2020.

PINHO, Ruy Rebello; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Instituições de Direito Público e Privado*. 24 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RODRIGUES, Alan. *Tráfico de órgãos. Falta de fiscalização em IMLs e hospitais facilita ação de máfia e alimenta o comércio clandestino que vende até cadáver inteiro*. IstoÉ. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/13386_TRAFICO+DE+ORGAOS. Acesso em: 27 fevereiro 2020.

SARAIVA. *Vade Mecum Saraiva*. 10ed. Atualizada e ampliada São Paulo: 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 5ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SÉGUIN, Élica. *Biodireito*. 4º edição. Rio de Janeiro: editora Lumen Juris, 2005.

SUPER 163 - Novembro 2011. *Vende-se Órgãos*. Super Interessante. Disponível em: http://www.superinteressante.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1066:vende-se-orgaos&catid=3:artigos&Itemid=77. Acesso em: 27 fevereiro 2020.

SOBRE O ORGANIZADOR

HELTON RANGEL COUTINHO JUNIOR - Possui graduação em Serviço Social, História e Direito pelas instituições Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Estácio de Sá, respectivamente. Possui ainda especializações nas áreas de Historiografia Brasileira, Direito Constitucional (ambas pela Faculdade Venda Nova do Imigrante- ES) e Sociologia Urbana (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ). Mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro pela linha de pesquisa “Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social”. Atualmente cursa Letras junto a Universidade Cruzeiro do Sul e participa de projeto de extensão das Editoras parceiras Universidade do Livro/UNESP- Universidade Estadual Paulista com fins ao aprofundamento de elementos relacionados a editoração, preparo e produção de textos em suas diferentes modalidades. E-mail: heltonrcj@hotmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afrodescendência 58, 64
Agricultura Familiar 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90
Alfred Schütz 1, 2, 9, 12
Apiacá 78, 79, 82, 83, 84, 85
Aprendizagem 10, 38, 48, 63
Assistência 110, 111, 112, 113, 114, 117, 119, 120, 121, 122, 128
Atílio Vivacqua 78, 79, 82, 83, 84, 85

C

Cacheiro de Itapemirim 78, 79
Cachoeiro de Itapemirim 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90
Camundongos 92, 96, 97
Capoeira 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48
Castelo 78, 79, 82, 83, 84, 85
Crime Organizado 123, 125, 126, 133
Cultura 1, 2, 4, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 30, 35, 36, 38, 39, 40, 43, 46, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 77, 80, 108, 114, 115, 116, 120, 121, 122

D

Dignidade humana 125, 132, 133
Direito Penal 123
Diversidade 18, 20, 22, 23, 24, 27, 33, 39, 48, 59, 60, 62, 80, 87, 88, 89, 92, 94, 95, 96, 98, 100, 101, 104, 107, 109, 132

E

Educação 14, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 38, 39, 40, 45, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 65, 66, 70, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 86, 89, 104, 110
Enfermos 110, 111, 114, 115, 117, 119
Ensino 17, 18, 19, 23, 38, 39, 40, 47, 48, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 63, 69, 72, 76, 77, 80, 89
Epidemiologia 90, 92, 93, 94, 103
Escola 16, 17, 19, 23, 38, 39, 43, 46, 48, 53, 55, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 70, 71, 72, 96, 107
Espírito Santo 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86

F

Foucault 38, 39, 44, 49, 61

G

Goiás 95, 98, 102, 104, 106, 107, 108, 110, 123

H

Hospitais 110, 111, 114, 116, 117, 119, 120, 126, 133

I

Idade Média 110, 111, 112, 113, 114, 119, 120, 121

Intersetorialidade 78, 80, 81, 89, 90

J

Jerônimo Monteiro 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86

L

Lei 10.639/03 23, 39, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

Literatura Africana 14, 21, 22

Literatura devocional 110, 119

M

Max Weber 2, 9

Mimoso do Sul 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86

Ministério da Educação 23, 38, 49, 57, 80

Morcegos 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Muqui 78, 79, 82, 83, 84, 85

P

Patrimônio 38

PNAE 78, 79, 80, 81, 82, 86, 88, 90

Políticas Públicas Intersetoriais 79

Portugal 20, 21, 26, 27, 30, 77, 90, 110, 111, 113, 114, 116, 117, 119, 120, 121, 122

Práticas em saúde 110, 112, 113

R

Raiva 91, 92, 93, 94, 96, 97, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108

Região Central Sul 81, 82, 83, 84, 85, 86

S

SAN 78, 79, 80, 81, 87, 88

Sociedade 2, 4, 7, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 28, 29, 30, 33, 36, 39, 45, 47, 48, 51, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 72, 75, 81, 123, 126, 127, 130

Sociologia 1, 2, 3, 5, 10, 11, 12, 52, 58, 65, 135

T

Tráfico de Órgãos 123, 125, 127, 129, 130

Transplante de órgãos 124, 126, 128, 130, 132

U

Unidades de ensino 48, 80

V

Vargem Alta 78, 79, 82, 83, 84, 85

 **Atena**
Editora

2 0 2 0